

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
MESTRADO EM GEOGRAFIA**

Timothy Ongaro Orsi

**Estratégias Territoriais Contemporâneas de uma Comunidade Remanescente de
Quilombo: análise de um agroecossistema em transição agroecológica - *São Pedro de
Cima, Divino/MG***

**Juiz de Fora
2016**

Timothy Ongaro Orsi

Estratégias Territoriais Contemporâneas de uma Comunidade Remanescente de Quilombo: análise de um agroecossistema em transição agroecológica - *São Pedro de Cima*, Divino/MG

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Geografia, da Universidade Federal de Juiz de Fora, como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Geografia. Área de Concentração: Espaço e Ambiente.

Orientador: Prof. Dr. Vicente Paulo dos Santos Pinto

Juiz de Fora

2016

Ficha catalográfica elaborada através do programa de geração automática da Biblioteca Universitária da UFJF, com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

Orsi, Timothy Ongaro .

Estratégias Territoriais Contemporâneas de uma Comunidade Remanescente de Quilombo : análise de um agroecossistema em transição agroecológica - São Pedro de Cima, Divino/MG / Timothy Ongaro Orsi. – 2016.

172 f. : il.

Orientador: Vicente Paulo dos Santos Pinto

Dissertação (mestrado acadêmico) - Universidade Federal de Juiz de Fora, Instituto de Ciências Humanas. Programa de Pós Graduação em Geografia, 2016.

1. Pesquisa-ação. 2. Quilombo. 3. Agroecologia. I. Pinto, Vicente Paulo dos Santos , orient. II. Título.

ESTRATÉGIAS TERRITORIAIS CONTEMPORÂNEAS DE UMA
COMUNIDADE REMANESCENTE DE QUILOMBO: ANÁLISE DE
UM AGROECOSSITEMA EM TRANSIÇÃO AGROECOLÓGICA -
SÃO PEDRO DE CIMA, DIVINO/MG

TIMOTHY ONGARO ORSI

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Juiz de Fora, Área de Concentração Espaço e Ambiente, linha de pesquisa Dinâmicas Sócio-Ambientais, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Geografia.

DISSERTAÇÃO APROVADA EM 23 / 06 / 2016



Prof. Dr. Leonardo de Oliveira Carneiro (Membro Interno)
Universidade Federal de Juiz de Fora



Prof. Dr. Miguel Angelo Campos Ribeiro (Membro Externo)
Universidade do Estado do Rio de Janeiro



Prof. Dr. Vicente Paulo dos Santos Pinto (Orientador)
Universidade Federal de Juiz de Fora

*Dedico este trabalho aos moradores da
comunidade remanescente de quilombo São Pedro de Cima
que participaram como sujeitos ativos desta pesquisa.*

AGRADECIMENTOS

Agradeço aos moradores da comunidade remanescente de quilombo São Pedro de Cima, em especial, à família do Paulão, Ivanete e suas filhas Carine e Katiane, que aceitaram fazer este trabalho comigo ativamente, me acolhendo em sua casa e partilhando sonhos, experiências, saberes, fazeres e sabores do seu cotidiano, da luta pela construção da Agroecologia e pela garantia dos direitos de comunidades quilombolas.

Aos amigos, professores, parceiros, companheiros e companheiras do Núcleo de Estudos em Agroecologia e Produção Orgânica Ewè (NEA-Ewè) e do Kizomba Namata, esta dissertação é totalmente nossa, fruto do nosso engajamento na construção coletiva da Agroecologia na Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) e na Zona da Mata Mineira.

À Coordenação de Aperfeiçoamento do Ensino Superior (CAPES), pelo apoio financeiro que possibilitou a realização deste trabalho.

Ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFJF, professores, colegas e funcionários.

Aos professores membros da banca examinadora da defesa: meu orientador, Prof. Dr. Vicente Paulo dos Santos Pinto, que acreditou no meu projeto e me proporcionou importantes momentos de reflexão sobre a práxis da minha pesquisa; ao Prof. Dr. Leonardo de Oliveira Carneiro, obrigado por propiciar tantos momentos de construção dialógica do conhecimento e prática da Geografia, da Etnografia e da Agroecologia, desde os diálogos nas salas de aula, nos corredores da UFJF, nos encontros e atividades do NEA-Ewè, nos Intercâmbios de Saberes e nos trabalhos de campo em comunidades remanescentes de quilombo da Zona da Mata Mineira; e também ao Prof. Dr. Miguel Ângelo Campos Ribeiro, por ter, gentilmente, aceito o convite de participar da banca, pelas importantes sugestões e contribuições à minha dissertação.

A todas as pessoas que se interessaram, envolveram, empoderaram e discutiram comigo este trabalho, sou muito grato por todas as considerações positivas ou negativas que chegaram a mim, me ajudaram no esclarecimento, direcionamento e resignificação da teoria e

da prática empreendida na pesquisa. São muitas as pessoas que contribuíram com este trabalho.

À minha família, em especial, minha mãe, mulher corajosa e guerreira que atravessou a grande água em busca de um novo modo de vida social mais próximo da natureza.

À minha esposa Júlia pelo amor, companheirismo e paciência, por partilhar de todos meus momentos felizes e angustiantes durante estes dois anos de mestrado. Seu apoio foi indiscutivelmente vital para este trabalho acontecer.

“Se fosse necessário vender o lugar de morar, eu preferia vender a camisa do corpo. A camisa do corpo você compra outra fácil. Um lugar de morar você não compra outro não. Vendeu, acabou.”
(Paulão, agricultor da comunidade remanescente de quilombo São Pedro de Cima).

RESUMO

Este trabalho objetiva contribuir com o processo de transição agroecológica da comunidade remanescente de quilombo *São Pedro de Cima*, localizada em uma área rural do município de Divino, Minas Gerais, e o fortalecimento do Núcleo de Estudos em Agroecologia e Produção Orgânica Ewè, Da Universidade Federal de Juiz de Fora. Para isso, em uma perspectiva da pesquisa-ação, buscou-se elucidar quais são os limites e as potencialidades da transição agroecológica na comunidade, a partir de métodos de diagnósticos participativos. Estes diagnósticos colocaram em evidência pontos críticos centrais para a sustentabilidade econômica, ecológica, social, cultural e produtiva que orientaram os investimentos desta pesquisa. Debruçou-se, portanto, sobre estratégias territoriais e produtivas de um agroecossistema familiar em transição agroecológica, buscando evidenciar conexões sinérgicas entre os saberes tradicionais, as técnicas, a organização social da produção agrícola e os sujeitos envolvidos no processo. Concluiu-se, portanto, que a sustentabilidade local depende de uma rede de relações solidárias e recíprocas entre os moradores da comunidade, na qual a principal estratégia de sobrevivência está baseada em uma policultura dirigida tanto para o autoconsumo quanto para a comercialização. Desta maneira, a agricultura local carrega a contradição complexa de ser um arranjo entre dois modelos agrícolas e agrários orientados por diferentes racionalidades.

Palavras-chave: Pesquisa-ação. Quilombo. Agroecologia.

ABSTRACT

This paper aims to contribute with agroecology transition process from the remaining community Quilombo *São Pedro de Cima*, located in the country area of Divino, Minas Gerais, and the strengthen of Núcleo de Estudos em Agroecologia e Produção Orgânica Ewè, Universidade Federal de Juiz de Fora. To do so, in a research-action perspective, they sought to elucidate what are the limitations and potentialities from agroecology transition in *São Pedro de Cima* from participatory diagnostics. These diagnostics put in evidence central critical points for economical, ecological, social, cultural and productive sustainability which orientate the research investments. Embracing, therefore, over the territorial and productive strategies from a familiar agroecosystem in agroecology transition, pursuing to evidence the synergic connections between traditional knowledge, the agricultural production social organization and subjects involved in the process. It is possible to conclude, therefore, that the local sustainability depends of a solidary and reciprocal relations network between the community members, where the main survival strategy is based at a polyculture orientated for both self-consumption and commercialization. Thus, the local agriculture bear a complex contradiction of being an arrangement between two agricultural and agrarian models orientated by different rationalities.

Key words: Research-action. Quilombo. Agroecology.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Núcleos familiares principais da comunidade São Pedro de Cima	107
Figura 2 – Diagrama de fluxo do agroecossistema da família do <i>Paulão e Ivanete</i> . Setas pretas indicam o que entra no agroecossistema e setas vermelhas indicam o que sai	119
Figura 3 – Agroecossistema da família do <i>Paulão e da Ivanete</i>	125
Figura 4 – Mapa agroecossistêmico da propriedade do <i>Paulão, Ivanete e família</i>	128
Figura 5 – Recorte do “ <i>Mapa Agroecossistêmico do Paulão, Ivanete e família</i> ”	127
Figura 6 – Avanço dos plantios de eucalipto à montante da lavoura da família.....	130
Figura 7 – Pontuação do diagnóstico de qualidade do solo e fitossanidade da agrobiodiversidade do agroecossistema do <i>Paulão, Ivanete e família</i>	152
Figura 8 – Diagrama de fluxo do destino dos produtos do agroecossistema da família do <i>Paulão e da Ivanete</i>	158

LISTA DE FOTOGRAFIAS

Fotografia 1 – Reunião na escola local no dia 14 de junho de 2014.....	25
Fotografia 2 – Processo de feitiço da <i>broa pau-a-pique</i>	26
Fotografia 3 – <i>Seu Raimundo</i> (à direita) e seu filho <i>Finquim</i> (à esquerda) explicando as técnicas bioconstrutivas do <i>forno tipo iglu</i>	26
Fotografia 4 – Visita aos agroecossistemas do <i>Gilberto</i> e da <i>família Monteiro</i>	28
Fotografia 5 – <i>Intercâmbio de Saberes</i> na casa dos agricultores <i>Denil</i> e <i>Eliete</i> : dinâmica de encerramento do encontro	29
Fotografia 6 – <i>Paulão</i> na <i>mata dos Lourenço</i>	30
Fotografia 7 – Borda da <i>mata dos Lourenço</i>	31
Fotografia 8 – Interlocução sobre os fluxos que entram e que saem do agroecossistema do <i>Paulão</i> e família	32
Fotografia 9 – Foto do <i>Intercâmbio de Saberes</i> na casa do agricultor <i>Zé Barrinha</i> em <i>São Pedro de Cima</i>	33
Fotografia 10 – <i>Paulão</i> , <i>Ivanete</i> e filhas riscam no chão o mapa da propriedade	34
Fotografia 11 – Pesquisadores de NEA do Sudeste brasileiro executando métodos de pesquisa-ação.....	35
Fotografia 12 – Paisagem típica de agroecossistemas de <i>São Pedro de Cima</i>	91
Fotografia 13 – Placa da comunidade <i>São Pedro de Cima</i>	110
Fotografia 14 – <i>Família do Paulão</i>	118
Fotografia 15 – Máquina de descascar e ensacar os grãos de café	135
Fotografia 16 – Balaio com produtos da lavoura e caldeirão de ferro para preparo da alimentação dos porcos.....	142
Fotografia 17 – <i>Microbacia</i> na lavoura do <i>Paulão</i>	147
Fotografia 18 – Execução de métodos de diagnósticos de qualidade do solo e fitossanidade da agrobiodiversidade, seguindo a numeração.....	150

LISTA DE MAPAS

Mapa 1 – Localização da comunidade Quilombola <i>São Pedro de Cima</i> , Divino/MG.....	79
Mapa 2 – Distribuição da população na mesorregião Zona da Mata Mineira.....	81
Mapa 3 – IDH de municípios da Zona da Mata Mineira	89
Mapa 4 – Bacias Hidrográficas da Zona da Mata Mineira.....	93
Mapa 5 – Cobertura vegetal da Zona da Mata Mineira	95
Mapa 6 – Localização da comunidade <i>São Pedro de Cima</i> no município de Divino	98

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABA	Associação Brasileira de Antropologia
ABA	Agroecologia Associação Brasileira de Agroecologia
ABCAR	Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural
Abrasco	Associação Brasileira de Saúde Coletiva
ADCT	Ato das Disposições Constitucionais Transitórias
ANA	Articulação Nacional de Agroecologia
Anvisa	Agencia Nacional de Vigilância Sanitária
APA	Área de Proteção Ambiental
Apam	Área de Proteção Ambiental Municipal
APP	Área de Proteção Ambiental
ATER	Assistência Técnica de Extensão Rural
CBA	Congresso Brasileiro de Agroecologia
Cemig	Companhia Elétrica de Minas Gerais
Ciapo	Câmara Interministerial de Agroecologia e Produção Orgânica
CNAPO	Comissão Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
Conaq	Comissão Nacional de Articulação dos Quilombos
CTAZM	Centro de Tecnologias Alternativas da Zona da Mata mineira
Dater/MDA	Departamento de Assistência Técnica e Extensão Rural do Ministério do Desenvolvimento agrário
DDT	Diclorodifeniltricloroetano
DRP	Diagnóstico Rural Participativo
Embrapa	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
ENA	Encontros Nacionais de Agroecologia
Enga	Encontro Nacional de Grupos de Agroecologia
Erga	Encontro Regional de Agroecologia
FAO	Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura
FCP	Fundação Cultural Palmares
GT	Grupo de Trabalho
IAASTD	Painel Internacional de Avaliação do Conhecimento, Ciência e da Tecnologia Agrícola para o Desenvolvimento

IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IFET	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia
Incra	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
MAPA	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
MCTI	Ministério da Ciência, Tecnologia e Informação
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
MDS	Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
MEC	Ministério da Educação
MEC-USAID	Ministério da Educação do Brasil em parceria com a <i>United States Agency for International Development</i>
MG	Minas Gerais
MINC	Ministério da Cultura
MNU	Movimento Negro Unificado
MPA	Ministério da Pesca e da Aquicultura
NEA Ewè	Núcleo de Estudos e Práticas em Agroecologia e Produção Orgânica Ewè
OCA	Organização Cooperativa de Agroecologia
Oepas	Organizações Estaduais de Pesquisa Agropecuária
OIT	Organização Internacional do Trabalho
ONU	Organização das Nações Unidas
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos
PARA	Programa de Análise de Resíduos de Agrotóxicos em Alimentos
Parna Caparaó	Parque Nacional do Caparaó
PBQ	Programa Brasil Quilomba
PESB	Parque Estadual do Brigadeiro
Planapo	Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica
PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar
PNAPO	Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica
PNATER	Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural
PNPIR	Política Nacional de Promoção da Igualdade Racial
Pronaf	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
Pronara	Programa Nacional de Redução de Agrotóxicos
RegaBrasil	Rede de Grupos de Agroecologia do Brasil
RTID	Relatório Técnico de Identificação e Delimitação Territorial
SAF	Secretaria da Agricultura Familiar

Seppir	Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial
Sinapir	Sistema Nacional de Promoção da Igualdade Racial
Sintraf	Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais na Agricultura Familiar
Sipaf	Selo de Identificação da Participação da Agricultura Familiar
STR	Sindicato dos Trabalhadores Rurais
UC	Unidade de Conservação
UFJF	Universidade Federal de Juiz de Fora
UFV	Universidade Federal de Juiz de Fora
ZMM	Zona da Mata Mineira

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	17
1.1	APROXIMAÇÃO TEÓRICO-METODOLÓGICA DO TRABALHO.....	21
1.2	AS ETAPAS DA PESQUISA.....	23
1.2.1	Primeira etapa: pesquisa bibliográfica	23
1.2.2	Segunda etapa: os trabalhos de campo	23
1.2.3	Terceira etapa: transcrição e sistematização dos dados coletados	35
1.2.4	Quarta etapa: mapeamentos	35
1.2.5	Quinta etapa: análise dos dados	36
2	ABORDAGENS TEÓRICO-CONCEITUAIS: O TERRITÓRIO QUILOMBOLA E A TRANSIÇÃO AGROECOLÓGICA	37
2.1	DAS DIFERENTES CONCEPÇÕES DE TERRITÓRIO AO TERRITÓRIO ÉTNICO QUILOMBOLA	38
2.1.1	O território quilombola como território étnico	42
2.1.2	Os quilombos no Brasil	44
2.1.3	O processo de ressemantização do conceito de remanescente de quilombo	46
2.1.4	Políticas públicas voltadas para comunidades quilombolas	52
2.2	AGRICULTURA E QUILOMBO: ANTECEDENTES HISTÓRICOS, REVOLUÇÃO VERDE E AGROECOLOGIA	55
2.2.1	Antecedentes históricos	55
2.2.2	A revolução verde e a modernização da agricultura	60
2.2.3	Caminhos para uma agricultura de base ecológica	68
3	SÃO PEDRO DE CIMA: UM TERRITÓRIO EM CONSTRUÇÃO	79
3.1	A ZONA DA MATA MINEIRA: HISTÓRICO DE OCUPAÇÃO	82
3.2	O MUNICÍPIO DE DIVINO: ORIGENS E CARACTERÍSTICAS	87
3.3	BREVE CARACTERIZAÇÃO BIOFÍSICA.....	91
3.4	A COMUNIDADE CAMPESINA REMANESCENTE DE QUILOMBO DA ZONA DA MATA MINEIRA: <i>SÃO PEDRO DE CIMA</i>	97
3.4.1	História da comunidade <i>São Pedro de Cima</i>: reconstrução da origem comum	97
3.4.2	A chegada das primeiras famílias não negras e a formação dos núcleos e das territorialidades familiares	101

3.4.3 Marcos da modernização da estrutura produtiva: transformação da configuração territorial e da paisagem local	102
3.4.4 Territorialidades intracomunitárias.....	105
3.4.5 Da autoatribuição quilombola e do processo de titulação territorial em <i>São Pedro de Cima</i>	108
4 ENTRE OS SABERES, SABORES, FAZERES E PODERES DE UMA FAMÍLIA CAMPONESA DA COMUNIDADE SÃO PEDRO DE CIMA.....	118
4.1 DA INFRAESTRUTURA DO NÚCLEO DE GESTÃO FAMILIAR DO AGROECOSSISTEMA	120
4.2 TRABALHO NO AGROECOSSISTEMA E RELAÇÕES ECONÔMICAS.....	131
4.3 O SISTEMA DE CULTIVO E O SISTEMA DE CRIAÇÃO	133
4.4 O MANEJO DA FERTILIDADE DO SOLO: DE DIAGNÓSTICOS CONVENCIONAIS E ALTERNATIVOS ÀS PRÁTICAS DE MANEJO	146
5 SABERES, SABORES, FAZERES E PODERES: POTENCIALIDADES E LIMITES DA TRANSIÇÃO AGROECOLÓGICA	154
REFERÊNCIAS	161

1 INTRODUÇÃO

Aprecio afirmar que o presente trabalho é um encontro da minha trajetória de vida com a minha trajetória de pesquisador. Nasci em Trieste, uma cidade localizada na industrializada e urbanizada região nordeste da Itália, e vim para o Brasil com seis anos de idade. Fui parar em uma comunidade de neo-rurais, que propunham um modo de vida alternativo ao modelo urbano-industrial moderno, chamada Matutu (bairro localizado em uma área rural do município de Aiuruoca, Sul de Minas Gerais).

Nesta comunidade, composta por neo-rurais e famílias de camponeses nativos do lugar, aprendi a conviver dentro de uma coletividade social de diferentes sujeitos que buscavam por uma perspectiva de sustentabilidade social, econômica, ética, ambiental e até espiritual da vida no campo.

Acredito que esta convivência em comunidade e a observação dos problemas, desafios e transformações socioespaciais e socioambientais enfrentados pelos moradores locais foi essencial para eu me interessar pela Agroecologia. Neste processo de aproximação, foi importante o meu ingresso no curso de Geografia da Universidade Federal de Juiz de Fora e a participação no projeto de pesquisa e extensão *Da Diversidade Cultural à Diversidade Produtiva: a construção de saberes necessários à transição agroecológica em São Pedro de Cima*, fomentado pelo MDA/SAF/CNPq.

Este processo me levou a conhecer e a me interessar pela *Agroecologia*. Soube por intermédio de colegas e professores da existência de um grupo interdisciplinar de estudantes que, sob a orientação do professor Leonardo de Oliveira Carneiro, estudava e discutia temas referentes à construção do conhecimento agroecológico. Este grupo tinha proposto um projeto de pesquisa e extensão que visava a consolidação e ampliação das ações do grupo de estudos e práticas transdisciplinares em *Agroecologia* e também contribuir com o processo de *transição agroecológica* de uma comunidade chamada *São Pedro de Cima* (município de Divino - Minas Gerais), comunidade esta certificada pela Fundação Cultural Palmares como um remanescente de quilombo em 2004.

Estudavam-se também metodologias participativas com a finalidade de facilitar um diálogo horizontal entre pesquisadores e agricultores, procurando a indissociabilidade do tripé universitário ensino, pesquisa e extensão, numa perspectiva revolucionária de uma extensão libertadora, integradora de saberes de diferentes matrizes de racionalidade, como preconizada pelo educador Paulo Freire.

Ao conhecer a comunidade *São Pedro de Cima*, revivi muito da minha própria experiência de vida e, na aproximação com os sujeitos do lugar, me envolvi com as questões suscitadas coletivamente, principalmente no que tange às questões produtivas, ecológicas, identitárias e territoriais.

Desta forma, a presente dissertação parte da minha participação no processo de construção do conhecimento agroecológico, processo partilhado e protagonizado por uma multiplicidade de sujeitos em uma diversidade de espaços, lugares, instituições e territórios da Zona da Mata Mineira.

Com a intencionalidade de me inserir em espaços de discussão acerca da transformação da realidade rural contemporânea através do diálogo entre saberes populares e conhecimento científico, a Agroecologia vai se constituindo para mim como um enfoque científico que busca propiciar estilos de agricultura sustentável e contrapropostas políticas e críticas ao modelo hegemônico da agricultura industrial.

É no esforço de fortalecer a construção participativa do enfoque agroecológico de pesquisadores e extensionistas do Núcleo de Estudos em Agroecologia e Produção Orgânica Ewè (NEA Ewè) da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) em comunidades quilombolas da Zona da Mata Mineira que se situa o presente trabalho.

Considero o mesmo não apenas como resultado dos meus esforços individuais de pesquisa, mas o resultado de uma construção compartilhada, que se quer horizontal e dialógica, por pesquisadores e professores do NEA Ewè e da UFJF em contato com técnicos de diversas instituições de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) como o Centro de Tecnologias Alternativas da Zona da Mata (CTA-ZM), Organizações Não-Governamentais (ONGs) como a Organização Cooperativa de Agroecologia (OCA), pesquisadores, professores e técnicos da Universidade Federal de Viçosa (UFV), Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR), Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais na Agricultura Familiar (Sintraf) e agricultores e agricultoras do município de Divino e de comunidades quilombolas da Zona da Mata Mineira, em especial, a comunidade remanescente de quilombo *São Pedro de Cima*, objeto empírico da presente dissertação. Nesta perspectiva coletiva e considerando os agricultores participantes como sujeitos da mesma, a partir deste momento, lançar-se-á mão da forma verbal na primeira pessoa do plural no presente trabalho.

Os primeiros contatos entre o NEA Ewè e a comunidade ocorreram através de trabalhos de campo da disciplina Geografia Agrária efetuados a partir de 2008 e orientados pelo professor Leonardo Oliveira Carneiro e pela professora Maria Lucia Pires Menezes,

docentes do departamento de Geociência da UFJF. Em 2009, alguns discentes que participaram destes trabalhos de campo se atentaram para questões identitárias e produtivas da comunidade, o que gerou uma série de questionamentos, curiosidades e uma aproximação intencional com a dinâmica territorial, agrária e agrícola do lugar numa perspectiva etnográfica, ou seja, em uma aproximação entre métodos de pesquisa geográficos e antropológicos.

Identificando na agricultura um campo fértil para a compreensão da dinâmica territorial local, nos centramos no enfoque agroecológico com seus princípios, métodos e ferramentas de transição de sistemas agrícolas convencionais para agroecossistemas agroecológicos, dificultados, porém, pelo fato de advirmos de uma universidade com pouca centralidade em questões agrícolas e agrárias.

Além do enfoque agroecológico, nos centramos na abordagem territorial para identificar a construção do espaço geográfico de comunidades quilombolas como uma relação entre uma multiplicidade de atores sociais em uma diversidade de ações sociais coletivas, relações que se apresentam ora solidárias, ora conflituosas.

Assim, surge à nossa frente o desafio de superarmos limitações técnicas e metodológicas para o estudo dos processos agroecológicos e territoriais. Foi o que nos incentivou a procurar, aproximar e participar de espaços de construção horizontal que propiciam um aprendizado acerca de diversos métodos e ferramentas de diálogo utilizadas pelas ATER em Agroecologia e no reconhecimento de territórios e territorialidades tradicionais.

Dessa maneira, ao nos inserirmos neste movimento e querendo contribuir com a transição agroecológica da comunidade *São Pedro de Cima*, incentivamos seus moradores a participarem dos *Intercâmbios de Saberes*, encontros organizados pelo CTA-ZM e o STR de Divino que proporcionam momentos de discussão sobre as experiências e os desafios enfrentados por agricultores de cinco municípios da Zona da Mata Mineira, com a utilização de métodos participativos *camponês a camponês*, similares aos *Círculos de Cultura* de Freire (1981). Nós também participamos destes Intercâmbios acreditando que são um dos melhores ambientes de construção do conhecimento agroecológico da região. Atualmente, diversos agricultores e agricultoras da comunidade reconhecem o valor destes Intercâmbios e, além de participarem por conta própria como sujeitos ativos da construção da Agroecologia, disponibilizam suas propriedades para sediarem os encontros.

Com o passar do tempo nos aproximamos desses sujeitos e sintonizando o aprofundamento de nossas pesquisas através de demandas geradas localmente. É nesse contexto que se insere o presente trabalho.

A abordagem teórica da comunidade como uma coletividade social nos despertou para o território como um produto das relações entre sociedade e espaço geográfico. A abordagem territorial deste trabalho busca entender a comunidade como o resultado do processo histórico da ação dos sujeitos locais com seu espaço, um arranjo de identidades étnicas, culturais, sociais e políticas, com relações de poder multiescalares (verticalidades e horizontalidades), diferentes processos de apropriação territorial, relações de trabalho e questões agrárias, em suma, o território na sua materialidade e imaterialidade, lugar de viver dos moradores da comunidade.

Tratando-se de uma comunidade camponesa, remanescente de quilombo, este trabalho tem como motivação investigativa: 1) pontos críticos relacionados à questão quilombola no Brasil, principalmente no que tange ao processo de evolução semântica do termo *remanescente de quilombo* e às políticas públicas de garantia e salvaguarda de direitos culturais e territoriais; e 2) a transição agroecológica, que nos despertou para os princípios e conhecimentos que objetivam promover formas alternativas de produção com sustentabilidade social, econômica e ambiental antagônicas à racionalidade produtivista e degradante do agronegócio. Além disso, se enquadra em um contexto que extrapola o campo científico na busca por uma construção transdisciplinar do conhecimento, através da interlocução ativa entre pesquisador acadêmico e sujeitos de outras matrizes de racionalidade em prol da superação de problemas da atual crise civilizatória que é uma crise da racionalidade, do pensamento e do conhecimento modernos (LEFF, 2009).

É importante resgatar, sistematizar e valorizar os conhecimentos e as práticas tradicionais dos agricultores e das comunidades tradicionais que contribuam para a sustentabilidade (econômica, social, cultural, política, ética e ambiental), conhecimentos estes que perpassam pelas dimensões analíticas do enfoque agroecológico e de uma abordagem territorial integradora.

Fica evidente a relevância deste estudo como pesquisa qualitativa geográfica inserida na área de Geografia Agrária, em uma perspectiva de uma ciência que se constrói e fortalece através do encontro de trajetórias plurais de diferentes atores sociais com a diversidade da natureza. Nessa perspectiva os camponeses não são meros receptores da técnica elaborada no meio científico, mas sim produtores de saberes.

Diante desses pressupostos, pretende-se com a elaboração deste trabalho contribuir com as ações de projetos de pesquisa e extensão rural da UFJF na comunidade *São Pedro de Cima*, além de contribuir com a experimentação e adaptação de metodologias participativas para a transição agroecológica, enriquecendo a experiência pessoal e coletiva dos sujeitos envolvidos.

A partir das premissas acima elucidadas, o objetivo geral do presente trabalho é *diagnosticar e analisar limites e potencialidades da transição agroecológica na comunidade remanescente de quilombo São Pedro de Cima*.

Os objetivos específicos perseguidos no presente trabalho se consistem em: 1) descrever a evolução da questão quilombola no Brasil e seus processos de reconhecimento e titulação; 2) analisar o contexto atual da agricultura brasileira e suas relações com o enfoque agroecológico; 3) analisar a comunidade *São Pedro de Cima* sob a ótica territorial; 4) diagnosticar um agroecossistema em transição agroecológica na comunidade *São Pedro de Cima*.

1.1 APROXIMAÇÃO TEÓRICO-METODOLÓGICA DO TRABALHO

Buscando um aprofundamento teórico-metodológico sobre quilombos e Agroecologia, procuramos participar dos mais diversos ambientes de construção do conhecimento acerca destes temas.

Durante a pesquisa de mestrado efetuamos cinco trabalhos de campo na comunidade *São Pedro de Cima*; participamos de três *Intercâmbios de Saberes* em Divino, sendo que um deles aconteceu em um agroecossistema em transição agroecológica da comunidade; participamos de uma reunião do projeto Comboio Agroecológico em Seropédica com a presença de representantes dos NEA de todo o Sudeste brasileiro; participamos de um curso de fruticultura orgânica em Juiz de Fora; cursamos a disciplina *Encontro de Saberes* ministrada na UFJF por agricultores, quilombolas e indígenas; participamos de uma oficina sobre Diagnóstico Rural Participativo (DRP) ministrado pela professora Andrea Alice da Cunha Faria e o minicurso *Reconhecimento de Territorialidades Tradicionais* ministrado pela geógrafa Simone Raquel Batista Ferreira, que tem ampla experiência com comunidades quilombolas do norte do estado do Espírito Santo, promovidos pelo NEA Ewè; ministramos a palestra *Um olhar sobre o processo de transição agroecológica em comunidades quilombolas*

da Zona da Mata Mineira no Fórum Regional de Agroecologia no Instituto Federal de Educação e Tecnologia (IFET) de Rio Pomba; ajudamos a organizar e a coordenar as ações dos discentes da disciplina Geografia Agrária do curso de Geografia da UFJF em um trabalho de campo na comunidade quilombola Córrego do Meio (município de Paula Cândido); participamos do curso *Agroecologia e Cultura* na comunidade remanescente de quilombo Colônia do Paiol (município de Bias Fortes), organizado pelo ENA Ewê; participamos de uma Excursão Científica do projeto Comboio Agroecológico em Divino, quando se dividiu representantes dos NEA do Sudeste brasileiro em grupos e cada um deles visitou uma experiência agroecológica. No caso, integramos o grupo que visitou a experiência da família do *Paulão* e da *Ivanete*¹.

No último evento relatado, lançou-se mão de metodologias de diagnóstico participativo do solo, da agrobiodiversidade, da fitossanidade das plantas, da história e do cotidiano da família agricultora do *Paulão* e da *Ivanete*; participamos do I Fórum Microrregional de Agroecologia de Juiz de Fora e; também, da I Oficina Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Comunidades Quilombolas, em Brasília, onde se discutiu o tema abordado no nome da oficina com representantes de comunidades quilombolas (já tituladas) de todas as regiões do Brasil, momento em que pudemos perceber claramente como são diversos os caminhos utilizados por estas coletividades multiétnicas para garantirem seus direitos territoriais e socioculturais. São tão diversos quanto são diversas as singularidades de cada comunidade, de cada lugar, cada um com uma diversidade geográfica específica e particular.

A participação em todos estes eventos, cursos e encontros com sujeitos que representam o movimento agroecológico e de comunidades quilombolas, com diferentes escalas de representatividade, desde local, territorial, regional, estadual a nacional, foram fundamentais para nos ajudarem a compreender melhor as dinâmicas e processos que envolvem estes temas. Assim, ajudou também no nosso entendimento sobre os processos territoriais e quanto à transição agroecológica na comunidade *São Pedro de Cima*.

Para o aprofundamento tanto empírico quanto teórico, procurou-se combinar vários métodos e técnicas de investigação, desde instrumentos clássicos de pesquisa (pesquisa documental e bibliográfica) a métodos participativos.

¹ Na presente pesquisa optamos por referenciar os agricultores pelos seus apelidos ou nomes utilizados cotidianamente pelo seu próprio grupo social. Devemos dizer, para melhor compreensão do (a) leitor (a), que nomes dos agricultores, técnicos, pesquisadores, falas, toponímias e expressões dos sujeitos locais de *São Pedro de Cima* serão escritas em itálico no decorrer do texto.

1.2 AS ETAPAS DA PESQUISA

1.2.1 Primeira etapa: pesquisa bibliográfica

Efetuiu-se uma *pesquisa bibliográfica exploratória*, ou seja, uma revisão da literatura para fundamentar as bases teórico-conceituais deste trabalho, para contextualizar o enquadramento teórico do presente trabalho, além de procurar elencar critérios de análise da realidade pretendida. Os temas aqui aprofundados são:

- O conceito de território;
- Histórico sobre a ressemantização do conceito de *remanescentes de quilombo* e algumas conquistas políticas dos movimentos organizados;
- Agricultura no Brasil e o advento da Revolução Verde;
- Estado da arte da Agroecologia como um enfoque, alguns conceitos, premissas e perspectivas;
- Histórico sobre a comunidade *São Pedro de Cima* a partir do material bibliográfico existente e de relatórios produzidos sobre trabalhos de campo.

Os resultados da pesquisa foram complementados com informações coletadas nos diferentes eventos participados e nos trabalhos de campo na comunidade.

1.2.2 Segunda etapa: os trabalhos de campo

O objetivo principal dos *trabalhos de campo* foi acompanhar atividades cotidianas dos moradores da comunidade *São Pedro de Cima* e, ao mesmo tempo, aproveitar momentos de diálogo sobre questões que envolvem a transição agroecológica e questões concernentes aos territórios tradicionais quilombolas.

Empreendeu-se uma pesquisa principalmente de cunho qualitativo na comunidade *São Pedro de Cima* numa perspectiva de diagnóstico participativo. De forma com que se estimulasse a inteligência coletiva e a troca de saberes entre os sujeitos da construção do conhecimento, lançou-se mão de métodos da pesquisa-ação.

Segundo Thiollent (2011), a pesquisa-ação pode ser conceituada como:

[...] tipo de pesquisa social com base empírica que é concebida e realizada em estreita associação com uma ação ou com a resolução de um problema coletivo, e no qual os pesquisadores e os participantes representativos da situação ou do problema estão envolvidos de modo cooperativo ou participativo. (THIOLLENT, 2011, p. 20).

A pesquisa-ação surgiu como uma alternativa ao modo de se fazer as pesquisas de cunho social. No Brasil, os métodos alternativos de pesquisa e extensão rural se fortalecem e ganham visibilidade a partir da publicação do livro *Pesquisa Participante* de Carlos Rodrigues Brandão (1981). Com esse tipo de pesquisa se pretende valorizar o fator educativo, colocando pesquisador e pesquisado como sujeitos de um mesmo processo, ainda que desenvolvam tarefas diferentes, pois pretendem ser um instrumento compartilhado de transformação social.

Como o objetivo aqui proposto é uma construção dialógica, precisamos de ferramentas de diálogo, de comunicação, de compartilhamento de saberes e fazeres, no caso, utilizamos os Diagnósticos Rurais Participativos (DRP). Conforme Faria e Ferreira Neto (2006) “as ferramentas de DRP são capazes de captar e representar a complexidade da realidade em torno de quatro padrões básicos: espaço, tempo, fluxos e relações” (FARIA; FERREIRA NETO, 2006, p. 20).

Dessa maneira,

Se o que se pretende é a promoção de diálogos que permitam trocas e construções coletivas, o desafio apresentado não é o de construir um mapa, um calendário, uma matriz ou um diagrama. Trata-se de um desafio pedagógico, ou seja, propiciar uma reflexão que leve a uma análise crítica da realidade e gere uma tomada de postura ativa diante desta mesma realidade. (FARIA; FERREIRA NETO, 2006, p. 73).

Foi baseado nestes pressupostos, e procurando temas, problemas e diretrizes para a pesquisa, que no *primeiro trabalho de campo* (entre os dias 13 e 15 de junho de 2014) executamos o método *Círculo dos Sonhos*. Este método é baseado nos *Círculos de Cultura* de Paulo Freire (FREIRE, 1996). Trata-se de uma dinâmica que utiliza *perguntas geradoras* para *colher* sonhos individuais e coletivos de um grupo em relação a algum projeto.

Os pesquisadores do NEA Ewè presentes neste campo foram: Carol, Danilo, Paloma, Marcelo, Mônica, Selmara e Timothy.

Para isso, convidamos famílias da comunidade para uma reunião na escola local no dia 14 de junho de 2014, na qual aplicamos o referido método.

Apesar de não comparecerem muitas pessoas, estavam presentes as famílias que mais apoiam e estão envolvidas nas ações dos projetos de pesquisa e extensão da UFJF, cerca de 30 pessoas (Fotografia 1). Dentre os que compareceram estavam crianças, adultos e os dois senhores mais velhos da comunidade, o *seu Antônio Dorico* e o *seu Vico*, respectivamente, o primeiro com 98 e o segundo com 96 anos. Infelizmente, *Seu Vico* faleceu no mês seguinte.

Fotografia 1 – Reunião na escola local no dia 14 de junho de 2014



Legenda: (A) Mmoradores da comunidade assistindo aos vídeos
 (B) Aplicação do método *Círculo dos Sonhos* aos moradores da comunidade
 Fonte: Acervo Ewè (2014)

Dando início à reunião explicamos nossas intenções e objetivos. Em seguida projetamos dois vídeos com o tema da transição agroecológica: um documentário sobre a experiência agroflorestal de um agricultor do município de Araonga e outro, filmado e editado pelo NEA Ewè na própria comunidade, sobre o processo de feitiço da broa pau-a-pique (Fotografia 2), uma antiga receita local reproduzida pela dona Marlene com ingredientes disponíveis na sua propriedade e com forma preparada com folha de bananeira. Esta broa é assada em um forno tipo iglu, construído com uma técnica ancestral com materiais encontrados localmente pelo seu Raimundo (Fotografia 3), marido da dona Marlene. Esta família é uma das principais referências dos nossos projetos de pesquisa e extensão na comunidade, por serem detentores de saberes tradicionais locais que são reproduzidos por eles no cotidiano camponês.

Fotografia 2 – Processo de feitura da *broa pau-a-pique*



Legenda: (A) *Broa pau-a-pique*;
(B) *dona Marlene*
Fonte: Acervo NEA Ewè (2014)

Fotografia 3 – *Seu Raimundo* (à direita) e seu filho *Finquim* (à esquerda) explicando as técnicas bioconstrutivas do *forno tipo iglu*



Fonte: Acervo NEA Ewè (2014)

Tínhamos a intenção de sensibilizar os moradores da comunidade quanto a problemas relacionados à agricultura e soluções desenvolvidas pelos próprios agricultores articulados com a transição agroecológica, além de procurar evidenciar o valor e as utilidades contemporâneas dos saberes ancestrais e práticas sustentáveis locais.

Depois deste primeiro momento iniciamos o método *Círculo dos Sonhos*. A pergunta geradora utilizada foi: “o que você sonha para a comunidade São Pedro de Cima para os próximos anos?”.

O *sonho* desperta a visão crítica sobre os problemas e desafios enfrentados pela coletividade, resgata os saberes e as boas práticas *dos antigos* e projeta um futuro comum melhor através da confluência de intencionalidades. Significa trazer o futuro para o presente a partir de uma esperança de transformações positivas para a coletividade comunitária.

O resultado da aplicação deste método confirmou sua utilidade e eficiência. As questões mais críticas vieram à tona e, através da interlocução entre os pesquisadores do NEA Ewè e sujeitos locais, pôde-se identificar coletivamente alguns fatores que ameaçam a sustentabilidade das famílias da comunidade.

Através das falas dos moradores, agrupamos os pontos críticos principais. Foram eles:

- Problemas em relação à qualidade, disponibilidade e tratamento da água;
- Dificuldades relacionadas ao saneamento básico, esgoto e lixo;
- Erosão cultural pela perda de *saberes e conhecimentos dos antigos*, devido ao desinteresse dos jovens, monoculturas, desmatamentos e queimadas, sendo que, com a perda da agrobiodiversidade, perde-se muito dos saberes relacionados às plantas;
- Demandas por atividades e alternativas para os jovens, pois a falta delas impulsiona um forte processo de êxodo da população jovem;
- Necessidade de organização e união entre os moradores da comunidade, a começar pelo fortalecimento do Conselho Comunitário e da criação de uma Associação de Mulheres;
- Problemas relacionados à segurança, violência, acidentes, roubos;
- Problemas ambientais, sociais e econômicos decorrentes da agricultura com o aporte do pacote tecnológico da Revolução Verde: alergias, intoxicações, doenças, poluição e contaminação do solo, da água, do ar e redução da agrobiodiversidade;
- Problemas decorrentes da monocultura de eucalipto, principalmente os relacionados à redução da vazão da água, do aumento dos processos erosivos e o *imprensamento* de algumas famílias, ou seja, prática do plantio de eucalipto como forma de territorialização;

- Dificuldades relacionadas ao acesso a terras produtivas e à documentação e titulação das mesmas;
- Conflitos, divergências e alvoroços relacionados ao processo de titulação do território quilombola.

Os temas mais polêmicos que chamaram a nossa atenção foram os relacionados a questões produtivas e as concernentes ao processo de titulação do território quilombola. Procurando contribuir com as questões suscitadas no diálogo com a comunidade, as escolhemos como as diretrizes investigativas do presente trabalho.

O *segundo trabalho de campo* (entre os dias 11 e 14 de setembro de 2014) se consistiu em uma visita de pesquisadores do NEA Ewè em duas experiências de café plantado em sistemas agroflorestais (SAF) de agricultores e técnicos do Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR) do município de Divino. Levamos o agricultor *Paulão* para nos acompanhar na visita e conhecer as experiências da *família Monteiro* e do *Gilberto* (Fotografia 4).

Os pesquisadores do NEA Ewè presentes neste campo foram: Lucas, Mônica, Selmara e Timothy.

Fotografia 4 – Visita aos agroecossistemas do *Gilberto* e da *família Monteiro*



Notas: Na foto, agricultores de Divino e pesquisadores do NEA Ewè.

Da esquerda para a direita, Lucas, *Paulão*, *Zé Paulo*, *Leonardo*, *Gilberto*, Mônica, Selmara e Timothy

Fonte: Acervo pessoal (2014)

Também participamos de um *Intercâmbio de Saberes* no agroecossistema dos agricultores *Denil e Eliete* do município de Divino, no qual contamos com a presença de vários agricultores que estão na transição agroecológica e pesquisadores da UFV, UFJF e do CPDA-UFRRJ (Fotografia 5).

Fotografia 5 – *Intercâmbio de Saberes* na casa dos agricultores *Denil e Eliete*: dinâmica de encerramento do encontro



Fonte: O autor (2015)

Outra demanda resolvida neste trabalho de campo foi a escolha do agroecossistema familiar no qual debruçamos nossa pesquisa. Os critérios de seleção do agroecossistema foram: ser um agroecossistema com gestão e trabalho de base familiar; a família deveria estar inserida no movimento de transição agroecológica local/regional, participante dos ambientes de construção do conhecimento agroecológico na Zona da Mata Mineira (como os *Intercâmbios de Saberes* e as *Trocas de Saberes*), ser do movimento negro local, participar das reuniões e eventos regionais de articulação do *Kizomba Namata* e, por último, mas questão fundamental, se sentir motivado em participar da pesquisa.

Uma destas famílias, que se destaca como protagonistas da transição agroecológica e do movimento negro do lugar, é a do *Paulão, Ivanete* e suas filhas *Karine e Catiane*. A escolha desta família para a presente pesquisa aconteceu devido à mesma

participar sistematicamente dos referidos ambientes de construção da Agroecologia e dos movimentos negros da Zona da Mata Mineira.

No *terceiro trabalho de campo* (dias 30 de julho e 1 de agosto de 2015) fomos a *São Pedro de Cima* para combinar e definir melhor com a família os temas, objetivos e metodologia da pesquisa e para resolver questões burocráticas de uma bolsa ITI-B (Iniciação Tecnológica e Industrial) nível ensino médio do projeto *Da diversidade cultural a diversidade produtiva: construindo saberes necessários à transição agroecológica*, voltada para jovens das comunidades envolvidas no projeto.

No *quarto trabalho de campo* (entre os dias 16 a 18 de outubro de 2015) propusemos ao *Paulão* (Fotografia 6) de fazermos uma caminhada em um frondoso fragmento de Mata Atlântica, a *Mata dos Lourenço* (Fotografia 7), localizado a 6 km de distância da casa do *Paulão*, para analisar o seu conhecimento etnobotânico e sua racionalidade camponesa, discutir temas relacionados aos saberes tradicionais e sobre a conservação da natureza. Esta caminhada e as empreendidas nos agroecossistemas em *São Pedro de Cima* foram momentos muito ricos de pesquisa e diálogo que evidenciaram a interessante *práxis* da família com o seu ambiente e com os recursos naturais disponíveis.

Fotografia 6 – *Paulão* na *mata dos Lourenço*



Fonte: Acervo NEA Ewè

Fotografia 7 – Borda da *mata dos Lourenço*



Fonte: Acervo NEA Ewè

Além da caminhada acompanhamos o *Paulão* em um processo de venda de uma saca de café, desde a negociação com o comprador até a entrega em um dos galpões que armazenam o café antes de ser exportado do município. Durante todo o percurso fomos conversando sobre o processo e o *Paulão* explicou a dinâmica da comercialização do café no município. Este acontecimento como forma de pesquisa está totalmente coerente com a proposta da investigação participante, onde se observa o cotidiano e os itinerários dos sujeitos da pesquisa.

Neste campo utilizamos a ferramenta de DRP *diagrama de fluxo* para analisar o agroecossistema da família do *Paulão* e da *Ivanete* (Fotografia 8). Este diagrama permite identificar interrelações de diversos tipos, aprofundar temas e determinados aspectos da realidade e pode ser utilizado para análise de informações (FARIA; FERREIRA NETO, 2006).

Fotografia 8 – Interlocução sobre os fluxos que entram e que saem do agroecossistema do Paulão e família



Fonte: O autor (2015)

O diagrama de fluxo permite uma reflexão sobre “o que entra e o que sai de um (a): local, sistema, instituição, organização, entre outros” (FARIA; FERREIRA NETO, 2006, p. 44). Representando-se em uma tarjeta o foco da discussão (uma lavoura, por exemplo), se profere as perguntas-chave e, a cada elemento apontado, se problematiza a discussão com as palavras “como, quando, onde, pra quê, por que, quanto(s)”. Para aprofundar e problematizar as respostas pode-se acrescentar na indagação “o que entra”, a pergunta “como entra” e na “o que sai”, “para onde vai”.

Almejou-se assim analisar o agroecossistema como uma totalidade sistêmica em que existem fluxos de entrada e saída de pessoas, capitais, energia, serviços, produtos e o que for surgindo nas problematizações com os (as) agricultores (as) (Fotografia 8). Dessa forma, podem-se evidenciar as redes de relações solidárias e recíprocas dos moradores da comunidade que ajuda na sustentabilidade social e ambiental através da circulação do *capital invisível* (mutirões, troca-dias, trocas da produção, etc.).

No quinto trabalho de campo (dias 29 e 30 de outubro e 1 de novembro de 2015), retornamos a Divino para participar do *Intercâmbio de Saberes* que ocorreu no

agroecossistema da família do agricultor *Zé Barrinha* da comunidade *São Pedro de Cima*, um momento riquíssimo de construção da Agroecologia na comunidade e no município (Fotografia 9).

Fotografia 9 – Foto do *Intercâmbio de Saberes* na casa do agricultor *Zé Barrinha* em *São Pedro de Cima*



Fonte: Tiago Bustamante Teixeira (2015)

Participamos, também, de uma Excursão Científica do projeto Comboio Agroecológico no município de Divino com pesquisadores e técnicos de NEA de estados do Sudeste brasileiro. Dividiram os pesquisadores em grupos que se espalharam por diversos agroecossistemas e experiências agroecológicas do município. Os pesquisadores que foram analisar o agroecossistema do *Paulão* em *São Pedro de Cima* são: Demetrius (ONG APTA/ES), Jéssica e Leonardo (UFMG), Vanessa (UFV), Vítor (UFLA) e Timothy (UFJF).

Fizemos uma série de atividades investigativas participativas com o uso de ferramentas de DRP. Além de uma caminhada por todo o sítio para análise da paisagem, executamos um diagnóstico participativo da qualidade do solo e da fitossanidade da agrobiodiversidade a partir de indicadores de sustentabilidade desenvolvidos por Altieri e Nicholls (2002), no qual se analisam diversas características que são pontuadas pelos gestores do agroecossistema. Nestes momentos é imprescindível a presença de alguém já naturalizado com o método para, através do diálogo, esclarecer as características que muitas vezes são apresentadas com linguagem técnica, um *técnico-facilitador*.

Pedimos também para o *Paulão*, *Ivanete* e filhas desenharem no chão um *mapa falado* do agroecossistema (Fotografia 10), outra técnica de DRP (FARIA; FERREIRA NETO, 2006). Filmamos e tiramos fotos, depois desenhamos o mapa em uma cartolina (Figura 4), auxiliados pelas filhas do casal, *Catiane* e *Karine*.

Fotografia 10 – *Paulão*, *Ivanete* e filhas riscam no chão o mapa da propriedade



Nota: Momento de discussão sobre o desenho e localização de referenciais geográficos
Fonte: acervo pessoal (2015)

O mais importante desta dinâmica é o debate sobre o que os participantes vão agregando no mapa. As expressões e debates são, na maioria dos casos, mais importantes do que o mapa em si. Por isso, a atividade foi filmada e fotografada e reproduzida em papel para registro e como memória das informações coletadas. Algumas perguntas-chave normalmente utilizadas no *mapa falado* são: “O que existe aqui? O que podemos ver? Como? Quando? Onde? Pra quê? Por quê? Quanto (s)? Sempre foi assim (evolução histórica)?” afora outras perguntas necessárias para se atingir os objetivos propostos. Algumas possibilidades de percepção da realidade podem ser apreendidas, por exemplo: evolução histórica, identificação de cenários futuros, identificação de valores, de infraestrutura, estratificação de ambientes, etc. (FARIA; FERREIRA NETO, 2006).

Fizemos ainda um *diagrama de fluxo* sobre a criação animal da propriedade e uma entrevista oral sobre a história da família e da comunidade, em que se criou um espaço para a discussão acerca das questões sociais, culturais e identitárias, políticas, produtivas e ambientais (Fotografia 11).

Fotografia 11 – Pesquisadores de NEA do Sudeste brasileiro executando métodos de pesquisa-ação



Fonte: Leonardo Resende (2015)

1.2.3 Terceira etapa: transcrição e sistematização dos dados coletados

Além da produção de relatórios dos campos, transcrevemos gravações e filmagens manualmente. Em seguida, os dados foram sistematizados e analisados, em função das formulações teórico-metodológicas do trabalho de pesquisa, conforme a proposta de *metodologia para sistematização de experiências* de Chavez-Tafur (2007).

1.2.4 Quarta etapa: mapeamentos

Os mapas temáticos regionais foram disponibilizados pelo professor Dr. César Henrique Barra Rocha do Núcleo de Análise Geoambiental da UFJF (NAGEA). Outros foram desenvolvidos pelos pesquisadores do NEA Ewè.

Devido à dificuldade em se acessar bases cartográficas em escala grande, produzimos mapas simples com o programa livre *Google Earth Pro*.

Também executamos algumas metodologias de cartografia social. O principal produto foi o “Mapa Agroecossistêmico do *Paulão, Ivanete* e família”, em que mapeamos estrutura do sistema produtivo da propriedade familiar.

1.2.5 Quinta etapa: análise dos dados

A quinta etapa se trata do complexo processo de análise dos dados coletados. A análise de dados em pesquisas qualitativas requer um intenso e complexo trabalho de redução, seleção, sistematização, organização e interpretação, ainda mais se tratando de coletas em diferentes ambientes e contextos tanto teóricos quanto empíricos. Por isso, lançamos mão de instrumentos da metodologia denominada *Análise Diagnóstico de Sistemas Agrários (ADSA)* (GARCIA FILHO, 1999) como guia metodológico para a análise.

Devido à riqueza de dados propiciados pelo enfoque metodológico sistêmico da pesquisa, empreendeu-se um processo de organização, sistematização dos dados afim de por em evidencia e relacionar os principais fatos e elementos mais relevantes.

Um resultado destes processos é um diagrama de fluxo da destinação dos produtos do agroecossistema em questão, apresentado nos capítulos finais do presente trabalho, inspirado na proposta de modelização de agroecossistemas da AS-PTA (Assessoria e Serviços a Projetos em Agricultura Alternativa) (PETERSEN, [20--]).

A redação da dissertação foi estruturada em três capítulos. O primeiro, “Abordagens teórico-conceituais: o território quilombola e a transição agroecológica”, apresenta um mergulho nos referenciais teóricos que embasam a discussão sobre território, território quilombola, advento da Revolução Verde e da Agroecologia, guias teóricas deste trabalho. No segundo, “*São Pedro de Cima*: um território em construção”, procura analisar o processo histórico de formação e ocupação da Zona da Mata Mineira, do município de Divino e da comunidade *São Pedro de Cima* sob uma ótica territorial. No terceiro capítulo, “Entre saberes, fazeres e poderes de uma família camponesa da comunidade *São Pedro de Cima*”, visamos apresentar um diagnóstico do agroecossistema da família do *Paulão* e da *Ivanete* através da análise da estrutura e funcionamento da unidade produtiva e seus subsistemas em relação com os supra-sistemas comunidade, mercado e Estado. Encerraremos o trabalho com o item “Saberes, Sabores, Fazeres e Poderes: potencialidades e limites da transição agroecológica” com o esclarecimento dos principais pontos críticos encontrados que limitam, mas também as potencialidades internas de sujeitos locais, que estão em contato com protagonistas da construção da Agroecologia na Zona da Mata Mineira. Evidenciaremos algumas contribuições e desafios das experiências metodológicas da pesquisa, e possíveis desdobramentos.

2 ABORDAGENS TEÓRICO-CONCEITUAIS: O TERRITÓRIO QUILOMBOLA E A TRANSIÇÃO AGROECOLÓGICA

O presente capítulo se subdivide em duas partes, sendo a primeira voltada para referenciar o conceito de território utilizado e o significado do conceito de território remanescente de quilombo e a segunda parte trata de uma rápida contextualização da agricultura, do advento e impacto da agricultura industrial baseada no pacote tecnológico da Revolução Verde no Brasil e no mundo, e o advento da Agroecologia como um enfoque crítico e alternativo à agricultura industrial.

Neste trabalho utilizaremos a abordagem territorial como proposta teórico-conceitual para o entendimento integrado dos processos sociais que produziram o espaço geográfico da comunidade remanescente de quilombo *São Pedro de Cima*. Consideramos aqui que território é o resultado de uma coevolução entre sociedade humana e natureza, numa relação entre o mundo e o lugar, ou seja, a comunidade como uma totalidade socioespacial inserida na totalidade-mundo.

O enfoque agroecológico, por sua vez, nos propicia uma análise crítica sobre a agricultura e sobre o processo de transição agroecológica protagonizada por alguns moradores da comunidade. O enfoque territorial complementa e fortalece o processo de transição agroecológica, pois se volta para princípios em comum no que tange ao fortalecimento dos laços de solidariedade e reciprocidade, no acesso à terra, da minimização das contradições e desigualdades sociais, respeitando as potencialidades naturais e os recursos sociais de base local.

Cabe ressaltar que esta proposta teórico-conceitual de abordagem territorial e agroecológica foi embasada nas questões teóricas levantadas pelos integrantes do NEA Ewè e em contato com comunidades remanescentes de quilombo como a estudada no presente trabalho, a comunidade *São Pedro de Cima*, além de diálogos tecidos nos diferentes lugares e territórios de construção do conhecimento que participei em minha trajetória de pesquisa e extensão rural.

2.1 DAS DIFERENTES CONCEPÇÕES DE TERRITÓRIO AO TERRITÓRIO ÉTNICO QUILOMBOLA

O conceito de território tem interpretações muito amplas e foi utilizado por várias áreas do conhecimento, tanto nas Ciências Humanas quanto nas Ciências Naturais. Seus conceitos tiveram diferentes graus de expressividade, abordado por diferentes leituras de acordo com os diferentes métodos investigativos.

Nas Ciências Humanas teve expressividade, principalmente, na Geografia, como um dos principais conceitos-chave que permitiu a identidade da mesma como ciência, mas também na Ciência Política e História (enfoque nas relações de poder do Estado), na Economia (enfoque no território como espaço e fator locacional da produção), na Antropologia (com enfoque na dimensão simbólica ou idealista), na Sociologia (com enfoque nas relações sociais) e na Psicologia (enfoque na construção da subjetividade ou identidade pessoal) (HAESBAERT, 2004).

Haesbaert (2004) agrupa as diferentes concepções em quatro vertentes básicas que são também dimensões do território: a política, a cultural, a econômica e a naturalista. Lança mão, para isso, de quatro perspectivas teórico-conceituais para analisar e sintetizar os diferentes conceitos, são elas: 1) a *vertente materialista* (com centralidade naturalista, econômica e jurídico-política, território visto como objeto material, produto definido, consolidado), 2) a *vertente idealista* (com centralidade na dimensão simbólica ou ideal e na identidade cultural, ação e protagonismo de sujeitos e comunidades), 3) a *vertente integradora* (integra as dimensões material e simbólica através da visão de território como a síntese da economia e da cultura, além de abordar também as objetivações das vertentes materialista e idealista) e 4) a *vertente relacional* (centralidade nas relações de poder, a articulação entre processos sociais e o espaço material, território como relação, incluída também dentro da vertente anterior).

No presente trabalho, procura-se aproximar de uma perspectiva integradora de território como categoria de análise da comunidade *São Pedro de Cima*, procurando estabelecer um diálogo tanto com a materialidade do território e as questões produtivas e ambientais, quanto com as questões simbólicas, identitárias, culturais e as relações sociais entre os diferentes sujeitos locais e suas formas de apropriação do espaço geográfico, ou seja, suas territorialidades.

O território, desde sua origem, nasce com uma dupla conotação (material e simbólica) onde sempre permearam relações de poder com e no espaço, relações que podem ser de dominação (material, com valor de troca) e de apropriação (simbólico, com valor de uso) (HAESBAERT, 2004). Nessa perspectiva integradora “[...] a abordagem territorial consubstancia-se numa das formas para se compreender a miríade de processos, redes, rearranjos, a heterogeneidade, contradições, os tempos e os territórios de maneira a contemplar a (i)materialidade do mundo da vida” (SAQUET, 2007, p.183).

Nessa concepção material e imaterial o território é encarado como o produto da interação entre a economia, a política, a cultura e a natureza (E-P-C-N). Assim, o território é a

[...] materialidade que *sustenta a vida*, determina as práticas espaciais e influencia os processos identificatórios; um campo de forças, relações de poder que se projetam sobre um *substrato espacial*; são processos sociais que envolvem o imaginário, conflitos políticos, o controle do espaço e identitarismos. (CICHOSKI; SAQUET, 2011, p. 155).

Porém, esta diferenciação dos elementos do território é apenas uma forma didática para entender o território na sua amplitude, dinamicidade e complexidade, sendo o mesmo, um sistema complexo “cuja totalidade (i)material resulta da interação do conjunto multidimensional onde a totalidade é mais que a soma das dimensões abstratas tomadas em conjunto” (EDUARDO; SAQUET, 2010, p. 4). Eduardo e Saquet (2010) complementam esta afirmação:

O clima, a hidrografia, a geomorfologia e o patrimônio biológico são transformados, apropriados desigualmente pela sociedade num processo histórico, escalar e reticular de mediações. A política e a economia agem nas distintas formações territoriais em convergência e/ou divergência de forças nos processos de apropriação e produção territorial. A cultura sintetiza os códigos simbólicos, as identidades, o saber fazer acumulado, as territorialidades assimiladas socialmente (que também geram contradições). (EDUARDO; SAQUET, 2010, p. 1).

Santos (2014) identifica o território usado a partir da interação das forças produtivas e das relações sociais de produção, ou seja, o território, assim como o espaço geográfico, são produtos da interação entre um sistema de objetos (forças produtivas) e um sistema de ações (conjunto de relações sociais de produção). Esta perspectiva leva a entender que existe uma relação dialética entre a totalidade do mundo e os lugares, conformando o que Milton Santos concebe como território-rede, ou seja, formado por “lugares contíguos” e

“lugares em rede” (SANTOS, 1994, p. 256). Como categoria analítica, este conceito foi criado ao se relacionar os conceitos de *território* (contiguidade espacial) e o de *rede* (descontínuo espacialmente), chamado também de *território descontínuo* por Souza (1995). Esta concepção de territórios-rede busca superar a dicotomia entre território-zona (controle de áreas) e a atual emergência das redes, onde se estabelecem novos circuitos do poder que desenham complexas territorialidades múltiplas (HAESBAERT, 2004).

Sobre o advento da importância das redes, Haesbaert (2004, p. 79) esclarece que só é possível se ter uma experiência integrada do espaço através de uma articulação em rede multiescalares que se estendem do local ao global. Desse modo, ao se considerar o quadro de multiterritorialidades contemporâneas, em que diversos atores se confrontam a partir de relações de poder desiguais, os territórios apresentam múltiplas territorialidades que se superpõem.

Isso se dá porque diferentes atores presentes em algum território possuem diferentes formas de dominação e apropriação do mesmo. O que se observa, na contemporânea era da globalização, é que os atores econômicos hegemônicos usam o território como recurso para a (re)produção do espaço dentro da lógica capitalista (território-mercadoria); já os hegemonzados tem uma relação de dependência com o território como abrigo, onde, por necessidade, a sobrevivência desses sujeitos depende de uma adaptação ao meio geográfico local e à constante criação e adaptação de estratégias que garantam sua sobrevivência nos lugares (SANTOS et al., 2000, p. 12-13).

Milton Santos (2007) esclarece que o território não é apenas o conjunto dos sistemas naturais e de sistemas de coisas superpostas, mas o território tem que ser entendido como *território usado*: “O território usado é o chão mais a identidade. A identidade é o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence. O território é o fundamento do trabalho, o lugar da residência, das trocas materiais e espirituais e do exercício da vida” (SANTOS, 2007, p. 14).

O encontro de territorialidades distintas e contraditórias geram conflitos socioespaciais e socioambientais, como no caso do confronto entre a territorialidade dos sujeitos do agronegócio (representante das relações capitalistas no campo) e a territorialidade de camponeses e, também, de povos tradicionais. São visões de mundo, relações de poder e formas de apropriação da natureza distintas: enquanto os sujeitos do agronegócio veem a terra como um território-mercadoria, numa relação baseada no valor de troca, os camponeses a veem como a terra de trabalho, terra de viver, um valor de uso da terra (SILVA, C. E. M., 2007).

Para diferenciar esses tipos de territorialidades distintas e em busca de relações sociais que tragam sustentabilidade socioambiental, C. E. M. Silva (2007) resgata o conceito de *hábitat* de Leff (2008) que propõe um mosaico de modelos locais “onde o conceito de sustentabilidade se materialize sob a forma de configurações socioespaciais produtivas portadoras de relações ser humano/sociedade/natureza moldadas pelas especificidades socioculturais e ecológicas do lugar” (SILVA, C. E. M., 2007, p. 57). Desta maneira C. E. M. Silva conceitua *hábitat* como

[...] lugar de criar hábitos, de manifestação permanente das territorialidades que conferem uso e sentido ao território – a experiência total do espaço. O território-hábitat pressupõe a ideia de lugar de viver, vínculo e pertencimento territorial, opondo-se ao sentido do território-mercadoria e com este se confrontando. O hábitat pressupõe conexão com o ecossistema, ao contrário da separação moderna entre ser humano/natureza. (SILVA, C. E. M., 2007, p. 58).

Porém, é necessário tecer uma breve explicação sobre o conceito de lugar aqui utilizado. Lugar não no sinônimo de local. Local traz uma noção cartográfica de localização, como referência locacional, já o lugar é um espaço culturalmente definido pela relação entre os fluxos globais e as condições locais. Desta forma, o lugar “define-se como funcionalização do mundo e é por ele (lugar) que o mundo é percebido empiricamente” (SANTOS, 2002, p.158-159). É o lugar do acontecer, o aqui e agora, das relações com o mundo.

Para analisar o lugar a partir da relação dialética entre totalidade e lugar, Santos (1996) propõe os conceitos de verticalidades e horizontalidades como categorias analíticas. As verticalidades, de ordem global, são a expressão das forças externas ao lugar como, por exemplo, as redes técnicas e organizacionais e as racionalidades exógenas que se instalam nos territórios. Já as horizontalidades são a expressão das forças endógenas, as redes de solidariedade e cooperação, embora não seja isento de conflitos e disputas.

Doreen Massey (2008) defende que, na interseção entre o global e o local, os lugares são pontos únicos formados por um encontro de trajetórias plurais, interações estas que não são estáticas no espaço-tempo, mas processos em constante mudança, sendo o lugar, também, não uma localidade, mas um processo de encontro de trajetórias sociais e naturais, o *aqui e agora* carregado de histórias.

2.1.1 O território quilombola como território étnico

Dos sujeitos do campo brasileiro que utilizam lugares e territórios como abrigo ou hábitat, podemos destacar os *povos e comunidades tradicionais*. Cruz (2012) esclarece a origem deste termo a partir de dois contextos diferentes: um como *categoria de análise* (conceito socioantropológico) e outro como *categoria de ação* (ação política e luta por direitos). Foi na década de 1990 que houve a popularização do termo, principalmente a partir da consolidação da questão ambiental em nível internacional para “nomear, identificar e classificar uma diversidade de culturas e modos de vida que, historicamente, têm ocupado áreas agora destinadas à preservação e à conservação ambiental [...] [e no campo das lutas pelo reconhecimento] [...] dos direitos culturais e territoriais dos múltiplos grupos indígenas e autóctones” (CRUZ, 2012, p. 595).

No campo acadêmico o termo povos e comunidades tradicionais é tratado como categoria de análise teórico-conceituais de caracterização socioantropológica de diversos grupos e coletividades brasileiras. No Brasil, fazem referência a:

Povos indígenas, quilombolas, populações agroextrativistas (seringueiros, castanheiros, quebradeiras de coco de babaçu), grupos vinculados aos rios ou ao mar (ribeirinhos, pescadores artesanais, caiçaras, varjeiros, jangadeiros, marisqueiros), grupos associados a ecossistemas específicos (pantaneiros, catingueiros, vazanteiros, geraizeiros, chapadeiros) e grupos associados à agricultura ou à pecuária (faxinais, sertanejos, caipiras, sítiantes-campeiros, fundo de pasto, vaqueiros). (CRUZ, 2012, p. 595-596).

Evidenciando traços e semelhanças entre essas coletividades, Cruz (2012) destaca algumas características comuns identificáveis: 1) *relação profunda com a Natureza* com uso comum dos recursos administrados por núcleos familiares, comunitários e/ou coletivos; 2) marcante *relação com o território e a territorialidade*, onde existe uma longa história de ocupação territorial marcada na ancestralidade, memória coletiva e sentido de pertencimento; 3) *racionalidade econômico-produtiva* centrada na unidade familiar ou comunal com atividades de baixo impacto ambiental, produção voltada para a subsistência e para as celebrações festivas e/ou religiosas, troca do excedente por itens não produzidos no local; relação parcial com o mercado capitalista e; 4) inter-relações com outros grupos da região de natureza cooperativa ou conflitiva, relações de outridade, alteridade e autoidentificação.

Dessa forma, ao observar o quadro de multiterritorialidades do Brasil, percebe-se que ele é composto por uma diversidade étnica que se configura numa diversidade de territórios étnicos. Segundo esta perspectiva, Anjos (2007) conceitua o território como

[...] um fato físico, político, categorizável, possível de dimensionamento, onde geralmente o Estado está presente e estão gravadas as referências culturais e simbólicas da população. Dessa forma, o território étnico seria o espaço construído, materializado a partir de referências de identidade e pertencimento territorial, e, geralmente, a sua população tem um traço de origem comum. As demandas históricas e os conflitos com o sistema dominante têm imprimido a esse tipo de estrutura espacial exigências de organização e a instituição de uma auto-afirmação política, social e econômica territorial. (ANJOS, 2007, p. 116).

O *território étnico* se forma através da *memória coletiva* da construção da *identidade étnica*, ou seja, a memória de uma origem comum. Esta identidade étnica é o que distingue o grupo de outros grupos, ou seja, através de relações de alteridade e outridade se dá coesão e significado ao grupo étnico (FERREIRA, 2009). Ao se desenvolver essas relações, valorizando o que faz o grupo ser diferente de outros e ao focar no que é socialmente efetivo, as diferenças acabam por adquirir um caráter étnico, uma identidade étnica que faz com que os grupos étnicos passem a ser vistos como uma forma de organização social (BARTH, 2000).

Reconhecendo os quilombos como grupos étnicos que conformam territórios étnicos, evidencia-se que os mesmos se organizaram de formas variadas e tem um papel importante na formação territorial do Brasil. Os territórios quilombolas, especificamente, se consistiam como movimento multiétnico de resistência, pois, diferente do que acredita o senso comum, não eram constituídos apenas por escravos fugidos, mas também por brancos europeus e indígenas, todos fugidos do sistema colonial (ANJOS, 2007). Caracteriza-se como um movimento que luta pelo direito ao reconhecimento das especificidades organizativas de reprodução sociocultural e pela reestruturação econômico-produtiva.

Em nível internacional e como resultado de um amplo e forte movimento social de luta por reconhecimento dos direitos dos povos tradicionais, a Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) (ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO, 2011) deu amparo legal para o processo de autoatribuição, autodefinição e garantia de direitos territoriais. Suas determinações foram incorporadas à legislação brasileira através da promulgação dos Decretos Legislativos nº 143 de 20 de junho de 2002 (BRASIL, 2002b) e nº 5.051, de 19 de abril de 2004 (BRASIL, 2004a). Dentre essas determinações se

inclui o direito à propriedade da terra, sendo essa entendida como o território-habitat necessário para a subsistência e reprodução cultural desses povos e determina a responsabilidade dos governos em cooperar com a proteção e preservação do meio ambiente desses territórios.

Os termos foram institucionalizados pelo Estado brasileiro no tocante a um conceito. A partir das lutas dos movimentos sociais organizados, tem-se uma mudança do foco da reivindicação pela posse da terra para o reconhecimento das diferenças culturais, dos territórios e das territorialidades específicas desses grupos.

Percebendo o território constituído de multidimensões (econômica, política, simbólica e natural) inter-relacionadas em redes multiescalares, adentraremos no próximo tópico no tipo de território que é central no presente trabalho, a saber, o que é um território remanescente de quilombo. Pretendendo compreender a realidade em que se inserem os atores do território que é o objeto empírico desta dissertação, reconstruiremos o processo histórico de desenvolvimento do conceito de remanescente de quilombo e as mudanças ocorridas na legislação brasileira no que tange ao reconhecimento dos direitos constitucionais dessas comunidades, fruto de movimentos sociais organizados em escala nacional e internacional.

2.1.2 Os quilombos no Brasil

A origem semântica do termo *quilombo* é proveniente dos bantos da África:

[...] a palavra quilombo tem a conotação de uma associação de homens, aberta a todos sem distinção de filiação a qualquer linhagem, na qual os membros eram submetidos a dramáticos rituais de iniciação que os retiravam do âmbito protetor de suas linhagens e os integravam como co-guerreiros num regime de super-homens invulneráveis às armas de inimigos. O quilombo amadurecido é uma instituição transcultural que recebeu contribuições de diversas culturas. (MUNANGA, 1996, p. 59).

Os quilombos brasileiros tiveram uma forte influência sociocultural desta origem africana, influências evidenciadas na cultura, estrutura e organização social dos mesmos, ou seja,

[...] o quilombo brasileiro é, sem dúvida, uma cópia do quilombo africano reconstruído pelos escravizados para se opor a uma estrutura escravocrata, pela implantação de uma outra estrutura política na qual se encontraram todos os oprimidos. Escravizados, revoltados, organizaram-se para fugir das senzalas e das plantações e ocuparam partes de territórios brasileiros não-povoados, geralmente de acesso difícil. (MUNANGA, 1996, p. 63).

A estimativa da quantidade de negros africanos trazidos para o Brasil indica o ingresso de 75.000 no século XVI, 452.000 no século XVII, 3.621.000 no século XVIII e 2.204.000 no século XIX, num total de 6.352.000 escravos importados registrados em documentos entre 1540 e 1860 (RIBEIRO, 1995).

A origem destes negros era múltipla, mas derivaram principalmente das regiões ocidentais e centrais do continente africano. Apesar da origem territorial, social e cultural múltiplas (reis, rainhas, príncipes, princesas, guerreiros, sacerdotes, agricultores, comerciantes de diferentes localidades), foram todos trazidos e homogeneizados como escravos africanos. Sofreram os mais diferentes e dolorosos maus tratos: “chicotadas, açoites, troncos e prisões eram rotineiros” (GOMES, 2015, p. 8).

Encarar a morte ao tentar fugir em prol da liberdade era um risco grande, mas a esperança de uma nova vida valia a pena. Há experiências de fugas coletivas e formação de comunidades quilombolas em lugares de difícil acesso com formas de organização social e econômicas próprias, baseadas em trocas de produtos e de dias de trabalho. O quilombo mais conhecido e símbolo da resistência é o Quilombo Zumbi dos Palmares que resistiu ao modelo colonial de 1605 a 1695 (GOMES, 2015).

De acordo com o senso comum, associarmos a formação de quilombos por escravos fugidos do sistema colonial, Anjos (2007) elenca outros sete contextos de apropriação e origem das terras ocupadas pelos remanescentes de quilombos que originaram várias formas de organização comunitária:

1) ocupação de fazendas falidas e/ou abandonadas; 2) compras de propriedade por escravos alforriados; 3) doações de terras para ex-escravos por proprietários; 4) pagamento por prestação de serviços em guerras oficiais; 5) terrenos de ordem religiosa deixadas para ex-escravos; 6) ocupações de terras sob o controle da Marinha do Brasil e 7) extensões de terrenos da união não devidamente cadastrados. (ANJOS, 2007, p. 123).

Percebe-se que a profusão de quilombos por todo o Brasil se deu pela longa permanência do modelo colonial de exploração que degradou ambiental e socialmente o povo negro e seus territórios.

Além da escravidão os negros e outros povos rurais sofreram diversas formas de exclusão socioespacial: sempre privilegiando os grupos dominantes, o sistema colonial importou o modelo fundiário das concessões das sesmarias que vigorou até o advento da Lei n.º 601/1850 (Lei de Terras) que estabeleceu a compra e a herança como únicas formas de se acessar terras no Brasil, foi o exemplo de uma estratégia clara de impedimento de ocupação em que, segundo Delgado (1985), corresponde a um duplo golpe histórico, pois: 1) liquida o sistema de posses fundiárias que se estabelecera em 1822 e que poderia transformar o setor de subsistência em regime de propriedade familiar e 2) acaba com a possibilidade futura de transformação da mão de obra escrava liberta em novo contingente de posseiros fundiários. Para agravar a situação, com a Lei Áurea de 1888 libertaram-se os escravos, mas não deram à eles nenhum tipo de compensação ou reparação pelos males causados. A Lei de Terras vigorou até 1988, na concretização da Assembleia Constituinte.

2.1.3 O processo de ressemantização do conceito de remanescente de quilombo

As definições jurídicas do conceito de quilombo sempre estiveram, por muito tempo, relacionadas a conflitos de terra como ocupações ilegais coletivas. A primeira referência jurídica, no Brasil, data de 1740 quando o Conselho Ultramarino se reportou ao rei de Portugal conceituando quilombo ou mocambo como movimentos de resistência ao sistema colonial, descrevendo-os como: “toda habitação de negros fugidos, que passem de cinco, em parte despovoada, ainda que não tenham ranchos levantados e nem se achem pilões neles” (MOURA, 1987, p. 16). Essa definição remonta a escravos fugidos do cativo que se agrupavam em movimentos de resistência ao sistema colonial formando comunidades em locais isolados ou não que permitisse a sobrevivência e a reprodução do seu modo de vida.

A próxima referência jurídica encontrada é o artigo n. 12 da Lei Provincial nº 236, de 20 de agosto de 1847, elaborada após a repressão aos quilombos na guerra dos balaios, que fazia a seguinte referência para conceituá-los e identificá-los: “Reputa-se-há escravo aquilombado, logo que esteja no interior das matas, vizinho ou distante de qualquer estabelecimento, em reunião de dois ou mais com casa ou rancho” (ROCHA, E. G. T., 2005, p. 99).

Na época do Brasil Império não tiveram alterações consideráveis sobre o conceito de quilombo e na legislação republicana nada consta sobre eles, foram considerados formalmente extintos após a abolição da escravatura de 1888.

A primeira definição do Conselho Ultramarino de 1740 é a que imperou até meados da década de 1970, predominando uma visão de tempo histórico passado de quilombo que deveria ter sua origem no tempo da escravidão. Dessa forma, esses “agrupamentos negros rurais oriundos da posse de terras ocorrida durante a escravidão ou posteriores a ela, permaneceram em sua existência, sem qualquer reconhecimento legal de suas especificidades” (FERREIRA, 2009, p. 250) e sem denotar a multiplicidade de formas e contextos da apropriação da terra dessas coletividades.

No Brasil, as comunidades tradicionais se tornaram sujeitos de direito a partir da promulgação da Constituição Federal de 1988 que intentava garantir os direitos territoriais dessas coletividades sociais. Faz-se *mister* frisar a importância do artigo nº 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT) que tem como objetivo a garantia de posse da terra aos remanescentes de quilombo: “Aos remanescentes das comunidades de quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos” (BRASIL, 2015, p. 100). Essa ação governamental é o resultado de uma forte “luta política, sobretudo de conquistas e reivindicações do Movimento Negro Unificado (MNU), da Comissão Nacional de Articulação dos Quilombos (Conaq) e de uma rede de entidades *negras* com ações desde os anos 1980 em todo o Brasil” (ANJOS, 2007, p. 117).

O avanço trazido com o art. 68 deve ser reconhecido, porém, o termo continuava com uma conotação de algo remanescente, que quase não existe mais, “que caminha para a extinção” (FERREIRA, 2009, p. 250). Apesar disso, com a promulgação do art. 68, uma infinidade de comunidades começou a reivindicar os direitos de posse da terra e de seus territórios, sendo “aplicado e usado por comunidades rurais negras, com a ajuda de antropólogos, advogados, militantes negros e a Igreja Católica” (FRENCH, 2003, p. 48).

Porém, diferentemente do Art. 68 que ficou entre as Disposições Transitórias, as manifestações culturais afro-brasileiras foram reconhecidas como patrimônio como consta os Artigos 215 e 216 do corpo permanente da Constituição de 1988 (BRASIL, 2015):

Art. 215. O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais.

§ 1º O Estado protegerá as manifestações das culturas populares, - indígenas e afro-brasileiras, e das de outros grupos participantes do processo civilizatório nacional.

[...]

Art. 216. Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:

I – as formas de expressão;

II – os modos de criar, fazer e viver;

III – as criações científicas, artísticas e tecnológicas;

IV – as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;

V – os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico. (BRASIL, 2015, p. 78).

Em 1994, a Fundação Cultural Palmares promoveu o seminário *Conceito de Quilombo* e a Associação Brasileira de Antropologia (ABA) organizou um Grupo de Trabalho (GT) sobre Comunidades Negras Rurais com a finalidade de esclarecer o conceito de *remanescente de quilombo* (FERREIRA, 2009). Segundo O’Dwyer (2002), o GT da ABA elaborou uma documentação sobre a ressemantização do conceito, esclarecendo que os quilombos

[...] nem sempre foram constituídos a partir de movimentos insurrecionais ou rebelados, mas, sobretudo, consistem em grupos que desenvolveram práticas cotidianas de resistência na manutenção e reprodução de seus modos de vida característicos e na consolidação de um território próprio. [...] No que diz respeito à territorialidade desses grupos, a ocupação da terra não é feita em termos de lotes individuais, predominando seu uso comum. A utilização dessas áreas obedece à sazonalização das atividades, sejam agrícolas, extrativistas ou outras, caracterizando diferentes formas de uso e ocupação dos elementos essenciais ao ecossistema, que tomam por base laços de parentesco e vizinhança, assentados em relações de solidariedade e reciprocidade. (O’DWYER, 2002, p. 15).

O GT – Comunidades Negras Rurais da ABA emitiu um documento que caracterizava comunidades quilombolas a partir de três pressupostos, são eles: “1. segmentos negros; 2. grupos étnicos com critérios próprios de pertencimento; e 3. coletividades que conformaram diferentes modos de vida e de territorialidade, baseados predominantemente no uso comum da terra” (RATTS, 2001, p. 318).

Apesar dos avanços e ampliação conceitual, a identificação ainda era feita a partir de laudos antropológicos elaborados por uma visão “de fora para dentro”, ou seja, o reconhecimento era um resgate de identidades que muitas vezes era desconhecido pelas próprias comunidades remanescentes de quilombo (O’DWYER, 2002).

Em 2001, o presidente Fernando Henrique Cardoso promulgou um Decreto altamente restritivo que quase pôs por água abaixo todo o processo político de luta pelos direitos das comunidades quilombolas. Este Decreto é o n.º 3.912, de 10 de setembro de 2001 (BRASIL, 2001), que definia como competência da Fundação Cultural Palmares (do Ministério da Cultura) a identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação, titulação e registro imobiliários das terras ocupadas pelos remanescentes de quilombo, além de resgatar o conceito estritamente histórico e arqueológico, ou seja, reconhecia a propriedade sobre as terras que eram ocupadas por quilombos em 1888 e que estavam ocupadas por remanescentes de comunidades de quilombos em 5 de outubro de 1988, ano da promulgação da Constituição Federal Brasileira (O’DWYER, 2002).

Esse decreto restringiu demasiadamente a titulação das terras quilombolas devido, na maioria das vezes, estas não possuírem provas documentais que comprovem sua permanência de ocupação no local por um período de um século. Este decreto foi considerado um atraso no processo de identificação, reconhecimento e titulação das terras quilombolas (O’DWYER, 2002).

Um avanço mais útil veio com a promulgação do Decreto Presidencial n.º 4.887, de 20 de novembro de 2003 (BRASIL, 2003c) – e consequente revogação do Decreto n.º 3.912, de 10 de setembro de 2001 (BRASIL, 2001) – que reconhece a autoatribuição étnica em referência ao Artigo 68 e que se localiza dentro da Política Nacional de Promoção da Igualdade Racial (PNPIR) presente no Decreto n.º 4.886, de 20 de novembro de 2003 (BRASIL, 2003b) que visa a “melhoria da qualidade de vida da população negra, como o acesso aos serviços de saúde, à educação, à geração de renda e aos direitos humanos, com destaque às mulheres e aos jovens” (FERREIRA, 2009, p. 252).

O Decreto Presidencial n.º 4.887, de 20 de novembro de 2003 (BRASIL, 2003c) é resultado da articulação política entre os movimentos sociais negros e o governo federal do mandato do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, além da ratificação da Convenção n.º 169 da Organização Internacional do Trabalho, também denominada *Convenio sobre Pueblos Indígenas e Tribales* (1989), pelo Estado Brasileiro em 2003. Nela, os povos são considerados aqueles que se distinguem da coletividade nacional por suas condições sociais, culturais e

econômicas, e possuem consciência destas suas especificidades *identitárias* (FERREIRA, 2009, p. 252).

Em nível internacional, a Convenção nº 169 da OIT de 1989 (ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO, 2011) deu amparo legal para o processo de autoatribuição, autodefinição e garantia de direitos territoriais. Suas determinações foram incorporadas à legislação brasileira através da promulgação dos Decretos Legislativos nº 143, de 20 de junho de 2002 (BRASIL, 2002b) e nº 5.051, de 19 de abril de 2004 (BRASIL, 2004a). Dentre essas determinações se inclui o direito a propriedade da terra, sendo essa entendida como o território-habitat necessário para a subsistência e reprodução cultural desses povos e determina a responsabilidade do governo em cooperar com a proteção e preservação do meio ambiente desses territórios.

Outro fator relevante foi o estabelecimento do Instituto de Reforma Agrária (Incrá) em 2003 como responsável por conduzir o processo de demarcação e titulação dos territórios quilombolas ao invés da Fundação Cultural Palmares do Ministério da Cultura (FCP). Para a medição e demarcação das terras são levados em consideração critérios de territorialidade da própria comunidade remanescente de quilombo.

Ao endossar a responsabilidade sobre a titulação de terras quilombolas, o Incra elaborou suas instruções normativas como instrumentos orientadores do processo, como por exemplo, a Instrução Normativa nº 16, promulgada no dia 24 de março de 2004 (BRASIL, 2004b). Essa Instrução Normativa estabelece “procedimentos do processo administrativo, para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas pelos Remanescentes de Comunidades dos Quilombos” (BRASIL, 2004b, p. 64). Essa Instrução Normativa tem, nos seus artigos 3º e 4º, o conceito de comunidades remanescentes de quilombolas e as terras ocupadas por elas:

Art. 3º Consideram-se remanescentes das comunidades dos quilombos, os grupos étnico-raciais, segundo critérios de autoatribuição, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida.

Art. 4º Consideram-se terras ocupadas por remanescentes das comunidades de quilombos toda a terra utilizada para a garantia de sua reprodução física, social, econômica e cultural, bem como as áreas detentoras de recursos ambientais necessários à preservação dos seus costumes, tradições, cultura e lazer, englobando os espaços de moradia e, inclusive, os espaços destinados aos cultos religiosos e os sítios que contenham reminiscências históricas dos antigos quilombos. (BRASIL, 2004b, p. 64).

Dessa forma, esses territórios são demarcados de acordo com a necessidade de reprodução do modo de vida dessas comunidades. O *território ocupado* pelas comunidades, provavelmente não apresenta as mesmas dimensões originais do *território ancestral* devido a problemas de grilagem e outros problemas agrários e, no processo de titulação, o Incra tem de examinar se o território ocupado possibilita as condições necessárias para a reprodução das comunidades, ou seja, essas *terras de direito* têm de ser suficientes para garantir a “preservação de seus costumes, tradições, cultura e lazer” como demanda o Decreto n.º 4.887, de 20 de novembro de 2003 (BRASIL, 2003c). Este terceiro tipo é denominado *território pleiteado*.

Para garantir o acesso à terra às gerações futuras e a reprodução cultural e identitária, o requerimento de demarcação tem de partir de uma organização coletiva, normalmente, associações de moradores, pois o Incra estabelece uma *titulação coletiva* da terra, determinando o *uso comum* e impedindo dessa maneira a fragmentação desses territórios. Dessa forma, o Incra estabelece no Artigo 17 da Instrução Normativa nº 16:

[...] a titulação será reconhecida mediante outorga de título coletivo e pró-indiviso às comunidades, em nome de suas associações legalmente constituídas, sem qualquer ônus financeiro, com obrigatória inserção de cláusula de inalienabilidade, imprescritibilidade e de impenhorabilidade, devidamente registrado no Serviço Registral da Comarca de localização das áreas. (BRASIL, 2004b, p. 64).

Algumas alterações e reformulações ocorreram nessa Instrução Normativa, são elas: a partir da Instrução Normativa nº 20, de 19 de setembro de 2005 (BRASIL, 2005) os Relatórios Técnicos de Identificação e Delimitação Territorial (RTID) deve ser acompanhado de um relatório antropológico; além disso, regulamenta a inserção do processo de *desintrusão* além dos processos de *identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação, titulação e registro* das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que tratam o Art. 68 do ADCT da Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 2015) e o Decreto nº 4.887, de 20 de novembro de 2003 (BRASIL, 2003c); a mudança do termo *terra ocupada* por *território*, que possibilita às comunidades quilombolas o pleito de uma área maior de acordo com as necessidades de sobrevivência e de preservação do seu modo de vida; e a Instrução Normativa nº 57, de 20 de outubro de 2009 (BRASIL, 2009) que obriga solucionar as sobreposições fundiárias de territórios quilombolas com unidades de conservação, terras indígenas, áreas de segurança nacional e faixa de fronteira antes da publicação do reconhecimento e delimitação territorial na Portaria da Presidência do Incra.

Este avanço político foi encarado negativamente pelos latifundiários e ruralistas que sentiram uma ameaça ao agronegócio e buscaram diversas vezes derrubar o Decreto nº 4.887, de 20 de novembro de 2003 (BRASIL, 2003c), como o Projeto de Decreto nº 44/2007 de autoria do deputado Federal Valdir Colatto que alegou inconstitucionalidade e exorbitância do poder regulamentar. Devido às interferências desses grupos pró-latifundiários, evidencia-se uma extrema lentidão do processo de titulação das terras quilombolas (FERREIRA, 2009).

2.1.4 Políticas públicas voltadas para comunidades quilombolas

Devido aos entraves proporcionados pelos ruralistas, o Estado tem promovido ações descontínuas e dispersas, voltado para medidas compensatórias. Estas medidas acabam causando um esvaziamento da dimensão étnica ao “transformar as comunidades quilombolas em ‘beneficiárias’ dos programas governamentais, inseridas na classificação de ‘pobres’, ‘excluídos’ ou ‘carentes’, o que dilui sua identidade coletiva enquanto sujeitos de direito” (FERREIRA, 2009, p. 255-256).

Conforme Almeida (2005):

[...] sob o ponto de vista de ênfase nas políticas sociais as comunidades quilombolas estariam se tornando ‘beneficiárias’ de programas, projetos e planos governamentais e passando a ser classificadas como ‘público alvo’ (cf. MDA, folder “Quilombolas”) e/ou ‘público meta’ englobadas por classificações mais abrangentes, que designam os respectivos programas e projetos, quais sejam: ‘pobres’, ‘população carente’, ‘excluídos’, ‘população de baixa renda’, ‘população vulnerável’ e ‘desassistidos’. Neste âmbito os quilombolas correm o risco de serem submetidos aos mecanismos gerais destas políticas que privilegiam a iniciativa individual em detrimento do grupo ou da etnia. Esta estratégia poderia ser aproximada daquela do PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento) para quem a pobreza mundial se combate com o multiculturalismo, expresso por políticas afirmativas. Quilombola torna-se assim um atributo que funciona como agravante da condição de ‘pobre’. Ser ‘pobre’ numa sociedade autoritária e de fundamentos escravistas implica em ser privado do controle sobre sua representação e sua identidade coletiva. Neste sentido os quilombolas correm o risco de serem tratados como uma ‘pobreza exótica’. (ALMEIDA, 2005, p. 41).

Com o objetivo de consolidar as ações de auxílio às comunidades quilombolas, o governo lança o Programa Brasil Quilombola (PBQ) no dia 12 de março de 2004. A partir desse decreto se instituiu a Agenda Social Quilombola – Decreto 6.261, de 20 de novembro

de 2007 (BRASIL, 2007) – que foca as ações políticas governamentais em quatro eixos: 1) no acesso à Terra (certificação e titulação da posse da terra); 2) em infraestrutura e qualidade de vida (obras de infraestrutura e construção de equipamentos sociais destinados às demandas de saúde, educação e assistência social); 3) na inclusão produtiva e desenvolvimento local (apoio ao desenvolvimento produtivo local e autonomia econômica visando a sustentabilidade ambiental, social, cultural, econômica e política das comunidades) e; 4) nos direitos e na cidadania (garantia de direitos, estímulo de participação de representantes quilombolas nos espaços coletivos de controle e participação social, promoção do acesso das comunidades ao conjunto de ações políticas definidas pelo governo) (BRASIL, 2007). O PBQ é coordenado pela Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR) que tem o apoio de 11 ministérios que atuam conjuntamente como Comitê Gestor tendo, às vezes, que estabelecer parcerias com outros órgãos do Governo Federal.

Além disso, o governo Lula instituiu o Estatuto da Igualdade Racial, através da promulgação da Lei nº 12.288, de 20 de julho de 2010 (BRASIL, 2010b) – reiterando o Art. 68 da ADCT –, para garantir “à população negra a efetivação da igualdade de oportunidades, a defesa dos direitos étnicos individuais, coletivos e difusos e o combate à discriminação e às demais formas de intolerância étnica” (BRASIL, 2010, p. 1). Dessa maneira, corrobora com o acesso a direitos fundamentais por populações negras quanto à saúde, à educação, à cultura, ao esporte, ao lazer, à liberdade de consciência, de crença, ao exercício dos cultos religiosos, ao acesso à terra, à moradia adequada e aos meios de comunicação, além de instituir o Sistema Nacional de Promoção da Igualdade Racial (Sinapir) que está incluído na Política Nacional de Promoção da Igualdade Racial (PNPIR). O Sinapir é uma “forma de organização e de articulação voltadas à implementação do conjunto de políticas e serviços destinados a superar as desigualdades étnicas existentes no País, prestados pelo poder público federal”, (BRASIL, 2010b, p. 3) como consta no Art. 47 Lei nº 12.288, de 20 de julho de 2010 (BRASIL, 2010b). Através do Decreto nº 8.136 de 5 de novembro de 2013 (BRASIL, 2013b), a presidente Dilma Rousseff aprovou o regulamento do Sinapir.

Em 2010, a SEPPIR criou o *Selo Quilombos do Brasil* através da Portaria nº 22, de 14 abr. 2010 (BRASIL, 2010b). Na publicação da Portaria Interministerial nº 5, de 21 de novembro de 2012 (BRASIL, 2013a), este selo começou a ter sua expedição articulada com o Selo de Identificação da Participação da Agricultura Familiar (SIPAF) do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). Este selo foi criado para a “certificação de origem de produtos produzidos por pessoas físicas ou jurídicas integrantes de comunidades quilombolas” (BRASIL, 2010b, p. 1), produtos como verduras, legumes, polpas de frutas,

laticínios e artesanatos, procurando fomentar e garantir maior profissionalização da produção de comunidades locais, valorização etnocultural e a garantia da origem do produto para os consumidores.

Deve-se reconhecer as conquistas recentes dos movimentos sociais organizados com sociólogos e antropólogos quanto à ressemantização do conceito de *comunidades quilombolas*, que os aproximam de serem sujeitos de direito e do reconhecimento de suas territorialidades singulares. Além disso, em nível governamental, se abriu um novo campo de diálogo e transformações políticas que inseriu os povos e comunidades tradicionais no planejamento, manejo e gestão compartilhados de unidades de conservação.

Porém, é consenso entre autores que focam seus estudos na questão dos direitos, não só dos remanescentes de quilombo, mas de todos os povos tradicionais brasileiros, que ainda falta muito para a existência e a real garantia dos seus direitos tanto nos campos ambiental e cultural, quanto ao acesso à terra a ao território. Isso fica evidente ao nos depararmos com a lentidão com que os órgãos governamentais titulam esses territórios. Enquanto esses povos não tiverem o direito de propriedade, não se sentirão empoderados do “direito de soberanamente decidirem/pactuarem o permanecer e o deslocar” (PORTO-GONÇALVES, 2012, p. 246), ou seja, continuarão à mercê dos poderes hegemônicos causadores dos conflitos socioambientais e socioespaciais, longe da realização de seus sonhos individuais e coletivos.

Assim, torna-se urgente a busca por soluções cada vez mais conscientes e respeitadas, para suprir a necessidade de integração entre saberes, poderes, direitos e culturas, de novas *geografias*, novas territorialidades, como defendido por Porto-Gonçalves (2012). O atual quadro de degradação ambiental e de erosão cultural pode ser revertido, mas para isso, deve-se fazer um amplo trabalho de conscientização da população e das instituições de vários níveis, unindo esforços para a busca da transformação da natureza das relações humanas e delas para com a natureza.

Desde as décadas de 1970 e 1980 diversos grupos sociais buscaram novos modos de vida, de relações socioespaciais e socioambientais, um contramodelo à prática destrutiva da sociedade industrial moderna. Deste movimento surgiram várias tentativas de formação de comunidades rurais alternativas que se espelharam nos sistemas comunitários dos povos tradicionais com suas *geografias* singulares, seu contato com a Natureza, no cooperativismo, nas relações de solidariedade, reciprocidade e nas formas de resistência ao modelo hegemônico.

Na sua grande maioria os quilombos são comunidades rurais que tem a agricultura como principal atividade produtiva. Muitas utilizam o modelo convencional de agricultura, mas encontram-se também muitas práticas tradicionais de produção sustentáveis. Desta maneira, esbarra-se em um dos grandes problemas encarados pelas comunidades rurais remanescentes de quilombos: a questão agrária. Afinal, sem a terra não há agricultura.

Porém, a *transição agroecológica* é um processo social complexo e necessita de um bom planejamento para poder garantir a sustentabilidade econômica, social e ambiental. Por isso, buscaremos no próximo item fazer um levantamento sobre o estado da arte da Agroecologia.

2.2 AGRICULTURA E QUILOMBO: ANTECEDENTES HISTÓRICOS, REVOLUÇÃO VERDE E AGROECOLOGIA

As relações entre agricultura e quilombo se encontram na questão fundiária, produtiva e cultural. Sem a terra, não há agricultura, porém ao nos embrenharmos pelo campo das coletividades étnicas brasileiras, vamos além: sem território não há agricultura. É uma questão de garantir seguridade aos povos que vivem da agricultura, seguridade de condições para que estas populações sobrevivam com bem-estar e com possibilidade de reproduzir a sua cultura, muito ligada à agricultura.

2.2.1 Antecedentes históricos

As sociedades humanas praticam agricultura e criação de animais a cerca de 10.000 anos. A agricultura permitiu a espécie humana garantir sua segurança alimentar através da domesticação de animais, de plantas, com a conversão dos ecossistemas naturais em agroecossistemas produtivos. Foi a partir da observação da natureza e do trabalho coletivo em terras de uso comum que os povos tradicionais garantiram a sua sobrevivência.

Segundo Santilli (2009), “Esses povos desenvolveram, ao longo de milênios, sistemas agrícolas tradicionais e presentearam-nos com uma rica diversidade agrícola, representada por uma enorme variedade de plantas cultivadas, ecossistemas, saberes e práticas” (SANTILLI, 2009, p. 54).

O desenvolvimento do uso e manejo da terra, da radiação solar, da manutenção da água e da biodiversidade nos ecossistemas, permitiu a formação de sociedades organizadas e fixadas nos territórios, principalmente naqueles em que os processos ecossistêmicos permitiam a manutenção da vida, como por exemplo, nas margens de grandes rios, como o Tigre, o Eufrates, o Nilo, o Ganges, o Amarelo, o Azul, onde se observou a fertilização dos solos das margens em decorrência das cheias e vazantes (PORTO-GONÇALVES, 2012).

Na América Latina,

[...] povos e culturas, como os indígenas da América Central, Caribe e América do Sul, se constituíram sabendo conviver com uma produtividade biológica primária líquida fantástica, característica das regiões tropicais, onde se podem obter de 350 a 550 toneladas de biomassa por hectare, como na Amazônia. Pode-se dizer, parodiando o que Heródoto dissera para o Egito com relação ao Nilo, que culturas diversas, como as dos ianomâmis, dos ticunas, dos cunas, dos campas, dos caribes, e uma enorme diversidade de outros povos e culturas, são uma dádiva da floresta tropical, com a ressalva de considerarmos que essas populações também contribuíram na formação dessas florestas. (PORTO-GONÇALVES, 2012, p. 88).

Dessa maneira, para garantir a segurança alimentar, foi necessário o desenvolvimento de saberes e práticas sobre o processo de produção e reprodução de alimentos, um “legado de conhecimento sobre espécies, inclusive de espécies de cultivares, portanto, espécies criadas (biotecnologia), que a humanidade herdou por meio dessas variadas culturas e de seus povos” (PORTO-GONÇALVES, 2012, p. 89).

Estudos sobre a agricultura pré-colombiana dos povos ameríndios e sobre os centros de origem de domesticação de plantas do continente confirmam que nas Américas existiam cidades com “populações densas, sistemas intensivos de produção agrícola e de irrigação, complexa organização sociopolítica e domínio de técnicas como a metalurgia” (SANTILLI, 2009, p. 48). Existia, antes da colonização europeia, uma riquíssima biodiversidade de plantas cultivadas, cerca de 257 espécies, entre elas, plantas domesticadas como “o abacaxi, o amendoim, o mamão, a mandioca e a pupunha” (SANTILLI, 2009, p. 51).

Em todas as Américas a colonização europeia dizimou os indígenas com doenças, genocídios e escravidão, provocando uma perda drástica dos recursos genéticos desenvolvidos por milhares de anos. No Brasil, o extrativismo florestal, mineral e a implantação de monoculturas de espécies exóticas em latifúndios com mão de obra escrava indígena e negra, impactaram profundamente o rico patrimônio ecológico e cultural brasileiro pré-colonização:

Os ciclos econômicos que se sucederam no Brasil maltrataram a terra, produziram intensa devastação ambiental e a concentração de terras nas mãos de poucos senhores e proprietários, marginalizando a agricultura indígena e camponesa. Os colonizadores pretendiam enriquecer o mais rápido possível, através da exploração predatória dos recursos naturais e da utilização do trabalho alheio (indígena ou escravo). (SANTILLI, 2009, p. 54).

No século XVI os europeus implantaram a cana-de-açúcar (principalmente na faixa litorânea do Nordeste), planta exótica proveniente da Índia. Escravidão, latifúndio, monocultura e exportação formavam a base dessa produção. Este modelo de produção evidencia uma subversão de uma agricultura voltada para a produção de alimentos para a lógica mercantil, ou seja, o objetivo não é garantir a segurança alimentar, mas aumentar a produtividade e a concentração de riquezas.

Ao mesmo tempo, surge neste mesmo período uma agricultura de subsistência executada por pequenos agricultores em pequenas glebas de terra, que produziam – principalmente em regiões onde a monocultura era inviável - para o sustento da família, comercialização e trocas do excedente nos mercados locais. A prática agrícola mais comum desses pequenos agricultores era o corte e queimada de uma parcela de floresta para aproveitar solos com fertilidade natural, entremeados por períodos de repouso do solo: “essa rotatividade criava um sistema de vida e um modo de produção agrícola peculiar à economia camponesa, baseada no trabalho familiar, herdado da agricultura indígena e adotado por diversos povos tradicionais” (SANTILLI, 2009, p. 55).

Com o declínio da cana-de-açúcar brasileira e a descoberta do ouro no final do século XVII a agricultura camponesa se fortaleceu ao produzir alimento para as vilas e cidades que se formavam nas regiões auríferas. Produzia-se, nos sistemas agrícolas destes pequenos agricultores, principalmente:

[...] mandioca, feijão, arroz, milho, quiabo, jiló e hortaliças trazidas da Europa, como alface, couve, repolho, nabo, espinafre, cenoura etc., e frutas, como banana e laranja. Eram sistemas essencialmente policultores. Alguns frutos nativos eram também consumidos, como o pequi, o araticum, a mangaba, a guariroba, as nozes da macaúba, a jabuticaba e o buriti, entre outros. Além disso, tais agricultores criavam animais domésticos, como cavalos, vacas, porcos, ovelhas, cabras e galinhas. Muitas raças de animais domésticos, trazidas principalmente da península Ibérica e das ilhas portuguesas dos Açores, Cabo Verde e Madeira, adquiriram características como rusticidade e resistência a doenças e se adaptaram aos ecossistemas brasileiros. No litoral, proliferaram os agricultores-pescadores, chamados de caiçaras, que se alimentavam sobretudo de frutos do mar, mas eram também agricultores. (SANTILLI, 2009, p. 56).

A pecuária, experimentada inicialmente nos sertões nordestino e mineiro para subsistência, é fortalecida no Sul do Brasil a partir do século XVIII e começa a fornecer carne, couro e animais de transporte de carga para as regiões mineradoras. A partir do século XIX ocorre uma expansão de domínios de grandes pecuaristas, expulsando os pequenos agricultores de áreas semi-florestadas.

Outras atividades produtivas de exportação dessa época eram o cultivo do algodão, tabaco, arroz, cacau, café e o extrativismo da borracha (látex das seringueiras da Amazônia). A partir do século XIX, o café torna-se o principal produto de exportação:

[...] entre 1790 e 1830 o café, que representava 1% ou 2% das exportações, passou a ser responsável por 40% ou 45% delas – dobrando a renda em relação ao açúcar. Após a proibição do tráfico negreiro, políticas de incentivo à imigração trouxeram ao país milhares de colonos europeus. E mais uma vez os pequenos agricultores foram expulsos de suas terras. As pequenas roças, estabelecidas entre as matas, e muitas vezes encobertas pelas florestas, foram em grande parte substituídas pelas fazendas de café. (SANTILLI, 2009, p. 57-58).

Durante o ciclo do café a família real portuguesa veio para o Brasil fugindo das tropas napoleônicas. Dom João VI (rei do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves), que tinha grande interesse por plantas, cria uma série de jardins botânicos - inclusive o Jardim Botânico do Rio de Janeiro - que tinham o principal objetivo de aclimatar espécies exóticas para cultivo no Brasil. Algumas dessas espécies são: “a canela, o cravo-da-índia, a pimenta-do-reino, a cânfora, a manga, a fruta-pão, a jaca, a lichia, o jambo e o tamarindo, entre outras, [provenientes da Ásia] o abacate, o abricó-de-são domingos e as saboeiras” (SANTILLI, 2009, p. 58-59) que saíram das Américas para o Índico e de lá para o Brasil; a fruta-do-conde, a carambola, a groselha, entre outras aclimatadas na Guiana Francesa; sementes de chá e jasmim-do-imperador da China.

Observa-se neste período um intenso intercâmbio de cultivares entre as colônias:

[...] do Brasil foram transferidos para Goa, na Índia, o mamão, a mandioca, a pitanga e o caju, e para a África a mandioca e a batata-doce. Em compensação, o Brasil teria recebido o inhame e o dendzeiro, originário da costa ocidental da África (encontrado desde o Senegal até Angola), que se adaptou bem ao clima tropical úmido do litoral baiano. É dele que se extrai o azeite de dendê, utilizado em pratos típicos da culinária baiana, como vatapá, acarajé etc. Os escravos trazidos da África são também responsáveis pela introdução no Brasil de diversas plantas, como o quiabo, o jiló, o feijão-macassar (também conhecido como feijão caupi e feijão de corda), o feijão-guandu e a pimenta-malagueta (da Costa da Malagueta, que se estende do

leste de Serra Leoa à Nigéria), entre outras. Uma espécie africana de arroz – *Oryza glaberrima*, conhecida como “arroz vermelho” – também foi introduzida nas Américas pelos escravos, e muitas mulheres africanas trouxeram grãos desse cereal nos cabelos. (SANTILLI, 2009, p. 59).

Evidencia-se neste processo histórico um encontro de diversas trajetórias de sujeitos, povos e culturas no Brasil, a formação de dois tipos principais de sistemas agrícolas e agrários: a agricultura camponesa (com sua diversidade de policultivos, práticas, formas, expressões e sujeitos) e a agricultura patronal (hoje representada pelo agronegócio de cultivos especializados para a exportação).

Segundo C. E. M. Silva (2007) há uma discussão teórica antiga sobre o conceito de campesinato, principalmente no campo da sociologia e da antropologia, “assim como sobre as características da agricultura e da economia camponesa e sua permanência ou desaparecimento no contexto do desenvolvimento do modo capitalista de produção e consumo” (SILVA, C. E. M., 2007, p. 47). Além do debate teórico, as décadas de 1950 e 1960 foram marcadas por relevantes lutas políticas das ligas camponesas, reprimidas durante a ditadura militar e, como categoria, o campesinato foi sendo “diluído” como beneficiário de políticas públicas em outras categorias, como as de trabalhador rural, pequeno produtor e agricultor familiar. O conceito de campesinato voltou à cena política apenas recentemente com a aproximação de movimentos sociais do campo com a Via Campesina. Segundo C. E. M. Silva (2007), nesse ressurgimento do campesinato como categoria no debate teórico e político, a questão de a relação ser humano/natureza, que emerge da articulação entre diferentes fenômenos, é central.

Essa divisão se acentua a partir dos anos 1950 período em que a economia agrícola brasileira se dividia, basicamente, em três segmentos: 1) a grande lavoura de exportação (principalmente café, cacau e cana-de-açúcar); 2) a criação extensiva de bovinos para exportação e abastecimento interno e 3) a *produção colonial* baseada em policultivos e criação de animais para abastecimento das cidades mais populosas (vendidos por vendedores ambulantes, atravessadores ou pelos próprios produtores). Ainda não havia sido implementada a modernização agrícola que acometeu os países europeus nas primeiras décadas do século XX e o tratamento de doenças e pragas era controlado com “manejo, calda bordalesa, calda sulfocálcica, sulfato de nicotina e flor de piretro. Havia, na época, 190 pragas catalogadas (Paschoal, 1979). Hoje, há mais de 4.000!” (MACHADO; MACHADO FILHO, 2014, p. 46).

Procuramos neste item evidenciar sucintamente o quadro agrícola e agrário que antecedeu o advento do processo de modernização da agricultura brasileira. A partir da segunda metade dos anos 1950 em diante, um forte processo de modernização foi levado a cabo no Brasil. É esse processo que buscaremos reconstruir no próximo item, evidenciando as bases e pilares fundamentais da chamada *Revolução Verde*.

2.2.2 A revolução verde e a modernização da agricultura

Chamada de agricultura capitalista, agricultura convencional e, recentemente, mais conhecida e difundida como agronegócio, são nomes para o resultado do processo de implantação, em larga escala, do pacote tecnológico conhecido como *Revolução Verde*. Este pacote tem como base e lastro científico os ditames e fundamentos da ciência moderna, ou seja, o empirismo de Bacon (conhecimento obtido pela experiência repetida), o racionalismo de Descartes (redução da totalidade em partes pequenas para melhor estudá-las, especialização e compartimentalização do saber) e o positivismo de Comte (fatos como os únicos objetos de conhecimento, que é proveniente dos sentidos e supremacia da ciência como verdade incontestável) (JESUS, 2005).

A ciência moderna está historicamente atrelada às Revoluções Industriais e ao desenvolvimento do capitalismo. É o alvorecer de mecanismos de dominação da natureza e do ser humano a partir de uma ciência atrelada aos mandos do capital.

Podemos destacar como as principais inovações técnico-científicas, o advento das máquinas na I Revolução Industrial (a criação da primeira máquina agrícola, uma semeadeira-cultivadora, foi na Inglaterra em 1701), a descoberta de Justus Von Liebig sobre a possibilidade de nutrir plantas com o emprego de fertilizantes solúveis sintéticos (Alemanha, em 1840) e a descoberta do DDT por Paul Muller (Suíça, em 1939) que inaugura o surgimento dos agrotóxicos (MACHADO; MACHADO FILHO, 2014). Essas inovações “provocaram uma verdadeira revolução nos conceitos de agricultura até então vigentes, a ponto de se chamar o processo de Revolução Agrícola Moderna” (FEIDEN et al., 2002, p. 54).

Anteriormente, as práticas mais revolucionárias da agricultura europeia foram a criação de sistemas de cultivo baseados no uso do arado e rotação de cultura associada à criação de animais, quando se começa a utilizar como prática comum em algumas regiões da

Europa o esterco como adubação orgânica e, com isso, foi possível aumentar consideravelmente a produtividade agrícola (HESPANHOL, 2008).

No século XIX e XX, contexto da II Revolução Industrial, ocorreu uma profunda transformação da produção agrícola com a introdução massiva do uso de adubos e fertilizantes químicos (procurando garantir a alta produtividade das culturas) e de agrotóxicos (para o controle de pragas e doenças), a irrigação e a motomecanização (que possibilitaria reduzir drasticamente a necessidade de mão de obra, tanto no preparo do solo, como na semeadura e na colheita), ou seja, na tecnificação e na mecanização da produção agropecuária que definiu novas funções da economia rural, tornando a agricultura dependente do setor industrial e tornando-a uma atividade nitidamente comercial, voltada para o modo de produção capitalista. Mais recentemente, incluíram neste pacote as sementes transgênicas.

Este pacote tecnológico foi introduzido na Europa e nos EUA nas décadas de 1920 e 1930 com um forte apoio governamental, fortaleceu-se após a Segunda Guerra Mundial ao *reciclar* os produtos químicos da guerra para a agricultura e ampliado em escala global na década de 1960 com forte apoio de empresas transnacionais (MACHADO; MACHADO FILHO, 2014).

Atualmente, este modelo de produção mostra-se, cada vez mais, insustentável ambiental, social e politicamente. Isso fica perceptível nas consequências que atingem as sociedades e a natureza: concentração fundiária, êxodo rural, insegurança alimentar, doenças, contaminação do solo, da água, do ar, das pessoas, desmatamento, mudanças no macro e no microclima, intensificação dos processos erosivos, perda da diversidade genética, dependência de insumos externos, entre inúmeros problemas. E quanto à fome, principal justificativa dada pelos disseminadores da Revolução Verde (com recomendação da ONU há 50 anos, inclusive, e baseada na teoria malthusiana de escassez de alimentos devido ao crescimento acelerado das populações humanas), não foi resolvida, embora dados recentes indiquem uma redução: havia mais de um 1 bilhão de famintos no mundo em 1990 e 795.000 em 2015. Segundo o diretor-geral da Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO) Graziano da Silva, o problema não é a produção de alimentos: “há alimento demais, é um problema de acesso aos mais pobres” (FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION, 2015)².

Um grande vetor deste problema da fome causado pela Revolução Verde é o monopólio da reprodução e comercialização das sementes. Inicialmente, se monopolizou o

² Disponível em: <<http://www.unmultimedia.org/radio/portuguese/2015/05/fao-diz-que-caiu-para-795-milhoes-numero-de-famintos-no-mundo/#.V7iPOJrKUK>>.

mercado de insumos e máquinas, posteriormente, as multinacionais controlam as sementes através da uniformidade fenotípica com altas produções, o que enfraquece a resistência natural dos cultivares, aumenta a vulnerabilidade (a planta aumenta a produção de aminoácidos e reduz a produção de proteínas biocidas naturais) e a necessidade de agrotóxicos. Essa uniformidade genética leva à perda de variedades e quem controla essas variedades controla o sistema alimentar.

Esse controle das sementes é garantido através do sistema de patentes, do recurso da *propriedade intelectual*. O absurdo é que a origem do material genético patenteado, muitas vezes, vem de países de povos que tem um uso histórico desse material e pesquisadores apreendem o conhecimento etnobotânico de populações tradicionais, os patenteiam e garantem a sua produção e lucratividade através da *propriedade intelectual*.

Com o desenvolvimento da bioengenharia nas últimas décadas, se junta ao pacote tecnológico da Revolução Verde os chamados transgênicos, que, segundo Bravo (2011), são:

[...] plantas, animais ou micro-organismos criados com técnicas de biologia molecular. Os transgênicos são criados isolando-se segmentos de DNA (o material genético de um outro ser vivo, que pode ser vírus, bactérias, vegetais, animais e, inclusive de humanos, para introduzi-los no material hereditário de outro ser, com o qual não tem qualquer relação filogenética, adquirindo alguma característica nova como resistência a uma praga ou tolerância a herbicida). Nesse processo se rompem as barreiras de gênero, família e até reino. Por exemplo, se pode por genes de vírus, bactérias, escorpiões em plantas de milho e até genes humanos em plantas de arroz. (BRAVO, 2011, p. 49, tradução nossa).

Os transgênicos contaminam o solo, reduzem a agrobiodiversidade (além de serem associados aos monocultivos, seu pólen migra a grandes distâncias, polinizando-se com espécies crioulas), comprometem a vida microbiana do solo, causam disfunções hormonais nas criações alimentadas com grãos transgênicos, aumentam a incidência de pragas resistentes aos agrotóxicos e biocidas, obrigando os agricultores a aplicar mais agroquímicos, cada vez mais fortes, além de outros males desconhecidos ou pouco estudados. Além disso, estudos recentes comprovaram que a soja convencional (não-transgênica) tem maior produtividade do que a soja transgênica. É claro que é preciso uma desconstrução dos benefícios da modernização da agricultura como foi levada a cabo (MACHADO; MACHADO FILHO, 2014).

As empresas disseminadoras dos transgênicos alegam que o emprego de sementes resistentes a herbicidas (principalmente ao glifosato, ingrediente ativo do *Roundup Ready*,

presente em metade dos agrotóxicos utilizados no Brasil) facilitam o manejo e reduzem o aporte de agrotóxicos. Mas, com o desenvolvimento de resistência em espécies espontâneas e em pragas, além de invasões de uma cultura transgênica em outra (caso do milho e da soja), caiu consideravelmente a produtividade, aumentando a necessidade de agrotóxicos (CARNEIRO et al., 2015, p. 456).

No Brasil, a Revolução Verde foi introduzida através dos Acordos MEC-USAID (Ministério da Educação do Brasil em parceria com a *United States Agency for International Development*), acordo este negociado secretamente entre os militares que deram o Golpe no governo, democraticamente eleito de João Goulart, em 1964 e que reformaram o ensino brasileiro de acordo com padrões impostos pelos EUA. Este acordo,

[...] além de modificar a estrutura da universidade brasileira, auspiciou a formação de centenas de técnicos brasileiros com pós-graduação nos Estados Unidos da América do Norte durante quatro anos e ainda permitiam razoáveis economias...a dívida externa financiou. (MACHADO; MACHADO FILHO, 2014, p. 43).

Um passo importante neste processo que antecedeu a implantação da Revolução Verde no Brasil foi a criação da Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural (ABCAR) em 1950, que instituiu empresas estaduais de assistência técnica à produção rural. Essas empresas foram, inicialmente, as principais disseminadoras do pacote tecnológico (créditos subsidiados, adubos, agrotóxicos e motomecanização), inclusive negando créditos subsidiados a agricultores que utilizassem práticas agrícolas alternativas como, por exemplo, o manejo da matéria orgânica para fertilizar o solo e o não uso de herbicidas. Após o golpe militar, o pacote tecnológico da Revolução Verde passa a ser a política agrícola oficial do Brasil (MACHADO; MACHADO FILHO, 2014).

Desta forma, houve uma substituição das práticas agrícolas até então convencionais e as dos agricultores e povos tradicionais, por um modelo de alta produtividade com tecnologias modernas desenvolvidas pelo setor industrial, apoiadas pelo Estado.

A tração animal foi substituída pelos tratores; a semente crioula pela híbrida de alto rendimento; a capina pelo herbicida; a diversificação de cultura pela monocultura; o adubo orgânico pelos adubos químicos e a ureia; a colheita manual pela colheita mecanizada; os problemas de pragas e doenças, decorrentes da simplificação e artificialização do sistema, seriam resolvidos com o uso de agrotóxicos. Enfim, passou a ser utilizado um pacote tecnológico inadequado para a realidade brasileira (região tropical) excludente, poluidor do meio ambiente e de alto custo financeiro. (LUZZI, 2007, p. 10).

Nesta substituição das práticas tradicionais, uma das estratégias dos agentes disseminadores da agricultura industrial se consistiu na desqualificação dos saberes das populações rurais agrícolas. O tradicional era rotulado como atrasado e obsoleto, desqualificando assim, essas populações tradicionais como portadoras de saberes e práticas, em prol das inovações tecnológicas produtivistas da Revolução Verde. Neste processo,

[...] com o progressivo abandono das tecnologias e processos tradicionais de manejo dos ecossistemas, o corpo de conhecimentos desenvolvido localmente para a otimização dos recursos locais no processo produtivo foi aos poucos sendo dilapidado, assim como os próprios recursos locais, sobretudo os da biodiversidade. (PETERSEN; ALMEIDA, 2004, p. 12).

O Estado substituiu, em 1973, a ABCAR pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) e pela Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMBRATER) em 1975. O objetivo dessas empresas era a geração de inovações técnico-científicas para aumentar a produção e a produtividade, principalmente dos médios e grandes empreendimentos agrícolas das regiões Sul e Sudeste do país, os “maiores beneficiados da política de crédito, dos incentivos fiscais, do acesso tecnológico e da assistência técnica” (LUZZI, 2007, p. 12).

Evidencia-se neste processo que a *modernização conservadora* transformou a base tecnológica e produtiva da agricultura brasileira, mas manteve a arcaica e injusta estrutura agrária, por isso o termo “conservadora”. Os anos que antecederam o Golpe Militar de 1964 foram de intensa mobilização social e política em prol da reforma agrária e reivindicações de direitos (condições de trabalho, melhores salários, sindicatos livres, entre outros) das classes trabalhadoras, que ameaçaram os interesses da oligarquia rural. Ou seja, foram duas “*revoluções*” nada revolucionárias: a Revolução Militar e a Revolução Verde garantiram a hegemonia das classes dominantes, a estrutura agrária oligárquica e as relações políticas de dominação, suplantando assim a proposta dos trabalhadores rurais de criação de um programa amplo de reforma agrária.

A passagem da década de 1960 para a de 1970 é também um marco da constituição dos *complexos agroindustriais* (SILVA, J. F. G., 1997), onde a indústria brasileira começa a produzir, em larga escala, bens de produção para a agricultura: máquinas, sementes e insumos químicos. É a soma de um conjunto de circunstâncias, um “*boom* de produtos agrícolas, capacidade ociosa na indústria, expectativas positivas para os investimentos internos e externos e, ainda uma política do Estado ostensivamente ‘desenvolvimentista’ a partir de 1967” (DELGADO, 1985, p. 52), conjuntura que favoreceu um novo ciclo de expansão industrial mais intenso do que o anterior, o chamado *Milagre Brasileiro* (1967-1973).

Este modelo de agricultura inaugurou um momento de subordinação à indústria com funções específicas como:

[...] produzir alimentos e matérias-primas a preços baixos para atender ao crescimento da demanda; produzir excedentes exportáveis para evitar desequilíbrios na balança de pagamentos; liberação de mão de obra para o setor urbano-industrial e se tornar consumidora de produtos industriais. Ou seja, a agricultura perde a sua autonomia e se torna intermediária de dois setores industriais, um a montante (máquinas, sementes e insumos agrícolas) e outro a jusante (grandes compradores e processadores de produtos agrícolas). (LUZZI, 2007, p. 10).

Este novo ciclo teve uma rápida ascensão, mas em 1976 entra em refluxo devido aos déficits na balança de pagamento e mudança de prioridades na política interna. Logo em seguida, em 1979, há uma mudança drástica no preço do petróleo em nível mundial, dificultando a captação de recursos e obrigando o Estado a mudar os planos desenvolvimentistas para estratégias de estabilização da economia, acrescentando assim a dependência de empréstimos do FMI (Fundo Monetário Internacional) com suas consequências de contenção e o conseqüente crescimento vertiginoso da dívida externa brasileira (DELGADO, 1985).

Nas décadas de 1980 e 1990 o Brasil se beneficiou economicamente com o sistema da agricultura industrial modernizada, principalmente por aqui ter se desenvolvido uma agricultura com tecnologia adaptada a regiões tropicais que fizeram do país o líder em tecnologia de produção nos trópicos e de produtividade, principalmente de culturas como da soja, do milho e do algodão. Isso permitiu uma expansão generalizada e perversa do capitalismo no campo, concretizando a *era do agronegócio* e possibilitando uma nova inserção do país na divisão internacional do trabalho (DIT) como provedor de bens primários

no comércio mundial. É o ingresso do Brasil em um modelo primário e exportador, fortalecido pelo segundo governo Fernando Henrique Cardoso (e seu fluxo de privatização de organismos governamentais), ampliado e intensificado pelos governos Lula e Dilma, baseado na reestruturação da “aliança das cadeias agroindustriais, da grande propriedade fundiária e do Estado promovendo um estilo de expansão agrícola, sem reforma social” (CARNEIRO et al., 2015, p. 98). É o momento de uma ampliação de um conjunto de políticas de acumulação de capital do setor primário, o qual captura recursos primários e renda fundiária ligada ao setor externo e a um período de superexploração de recursos naturais, concentração fundiária e fortalecimento da bancada ruralista no governo federal, com forte apoio de instituições acadêmicas e da mídia.

A dicotomia entre agronegócio e agricultura familiar ficou tão forte, que existia no governo brasileiro até poucos dias atrás, dois ministérios da agricultura: o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), claramente voltado para o agronegócio, e o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), voltado para a reforma agrária, gerenciamento do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF, criado em 1996 por FHC e ampliado nos governos Lula e Dilma) e todas as atribuições relacionadas com a promoção do desenvolvimento sustentável relacionado à agricultura familiar.

Nos últimos anos, desde a incorporação dos transgênicos no pacote tecnológico da agricultura industrial, o Brasil se tornou o segundo país com maior área de plantios com transgênicos (ALTIERI, 2012). Como o uso seguido do plantio de transgênicos leva a seleção de plantas e pragas resistentes, aumenta-se o uso de agrotóxicos e, conseqüentemente, há um aumento da contaminação e acúmulo de resíduos. Este processo levou cientistas a desenvolverem as chamadas plantas transgênicas piramidadas, isto é, resistentes a mais de um herbicida ou que necessitam de um aporte de agrotóxicos com maior toxicidade e quantidade, aumentando drasticamente o impacto ao ser humano e à natureza.

Nessa prática de *casamento* de transgênicos e agrotóxicos, o Brasil apresenta dados alarmantes: sustenta o desonroso título de maior consumidor de agrotóxicos do mundo desde 2008 (aproximadamente 1 bilhão de litros por ano), sendo que a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) alerta sobre a utilização de compostos proibidos em diversos países, com a utilização de doses acima do permitido e, muitas vezes, cultivares colhidos sem um intervalo de segurança entre a aplicação, a colheita e comercialização do produto. Segundo a Associação Brasileira De Saúde Coletiva (Abrasco) (CARNEIRO et al., 2015),

[...] esse volume de agrotóxicos foi consumido por vários tipos de cultura, sendo que a soja utilizou 40% do volume total entre herbicidas, inseticidas, fungicidas, acaricidas e outros (adjuvantes, surfactantes e reguladores). Em seguida estão o milho com 15%, a cana e o algodão com 10%, depois os cítricos com 7%, o café com 3%, o trigo (3%), o arroz (3%), o feijão (2%), a pastagem (1%), a batata (1%), o tomate (1%), a maçã (0,5%), a banana (0,2%), e as demais culturas consumiram 3,3% do total de 852,8 milhões de litros de agrotóxicos pulverizados nessas lavouras em 2011. (CARNEIRO et al., 2015, p. 53).

Nos últimos anos, enquanto o mercado mundial de agrotóxicos cresceu 93%, o brasileiro cresceu 190%. Além disso, o mercado de agrotóxicos é altamente concentrado e oligopolizado na mão de poucos grupos transnacionais (Syngenta, Bayer, Basf, Dow, Dupont e Monsanto), sendo que apenas três grupos dominam a oferta de fertilizantes (Bunge, Yara Internacional ASA e Mosaic) (CARNEIRO et al., 2015). Utilizados em larga escala, os agrotóxicos e os fertilizantes químicos são regulamentados por lei, a chamada *lei federal dos agrotóxicos*. O decreto que os regulamenta (BRASIL, 2002a) os define como

[...] produtos e os agentes de processos físicos, químicos ou biológicos, destinados ao uso nos setores de produção, no armazenamento e beneficiamento de produtos agrícolas, nas pastagens, na proteção de florestas, nativas ou implantadas, e de outros ecossistemas e também de ambientes urbanos, hídricos e industriais, cuja finalidade seja alterar a composição da flora ou da fauna, a fim de preservá-las da ação danosa de seres vivos considerados nocivos. (BRASIL, 2002a, p. 1).

Porém, segundo análise realizada pelo Programa de Análise de Resíduos de Agrotóxicos em Alimentos (PARA) da Anvisa, 63% de 2.488 amostras analisadas em 26 estados do Brasil apresentaram contaminação por agrotóxicos, sendo que 28% apresentaram ingredientes ativos de agrotóxicos não autorizados ou com ultrapassagem dos limites máximos de resíduos aceitáveis, consideradas insatisfatórias; outros 35% apresentaram contaminação por agrotóxicos dentro dos limites permitidos, ou seja, o total de amostras satisfatórias, mas com resíduos; e apenas 37% não continham resíduos. Um terço dos alimentos mais consumidos pela população brasileira está contaminado (BRASIL, 2011). O nível médio de contaminação de algumas das culturas agrícolas mais consumidas pela população brasileira apresentou os seguintes dados: cebola (3,1%), manga (4%), feijão (6,5%), maçã (8,9%), repolho (6,3%), arroz (7,4%), laranja (12,2%), tomate (16,3%), mamão (30,4%), couve (31,9%), beterraba (32,6%), abacaxi (32,8%), cenoura (49,6%), alface (54,2%), pepino (57,4%), morango (63,4%), pimentão (91,8%) (CARNEIRO et al., 2015).

Para piorar,

[...] 208 amostras ou 30% do total analisado apresentaram IAs [ingredientes ativos de agrotóxicos] que se encontram em processo de reavaliação toxicológica pela Anvisa (2008) ou em etapa de retirada programada do mercado devido a decisão de banimento do IA. Entretanto, eles representam 70% do volume total de agrotóxicos consumidos em nossas lavouras, no qual estão incluídos o glifosato, o endosulfan, o metamidofós, o 2.4D, o pation-metílico e o acefato. (CARNEIRO et al., 2015, p. 58).

2.2.3 Caminhos para uma agricultura de base ecológica

Atualmente, o termo Agroecologia condensa diferentes significados. Embora se considere que seja um conceito em construção (FEIDEN et al., 2002) ou como o paradigma emergente da substituição da agricultura industrial (JESUS, 2005), segundo alguns autores, é uma ciência, um conjunto de práticas agrícolas e um movimento social (WEZEL et al., 2009). Outros autores afirmam também que a evolução recente do enfoque agroecológico resultou em duas linhas de interpretação: 1) uma voltada para a construção de um enfoque científico agroecológico, que se debruça sobre os processos ecológicos na agricultura em diferentes escalas, baseados, nitidamente, nas ciências naturais e 2) uma outra linha de interpretação que incorpora conhecimentos advindos das ciências sociais, ampliando o estudo dos agroecossistemas numa perspectiva crítica sobre questões e temas do sistema agroalimentar, tendo como premissa básica a incorporação e reconhecimento dos saberes e práticas dos agricultores como parte imprescindível para o desenvolvimento de uma agricultura sustentável (MÉNDEZ; BACON; COHEN, 2013).

Como campo de estudo científico, a Agroecologia surge na procura de se ligar aos princípios e métodos da Ecologia na produção e conhecimento agrícola no final da década de 1920. O termo foi primeiramente utilizado em um livro pelo agrônomo russo Basil Bensing em 1928, autor que publicou em 1930 uma crítica sobre a implantação de um modelo tecnológico agrícola (motomecanização e uso de fertilizantes químicos e agrotóxicos) em sistemas agrícolas tradicionais sem os devidos estudos das especificidades ambientais e socioculturais locais. Da década de 1930 até os anos 1970 vários autores utilizaram o termo Agroecologia, principalmente na inter-relação entre a Agronomia e a Ecologia, e, dessa década em diante, com a incorporação de elementos da Antropologia, Sociologia, Geografia, Pedagogia, Direito, Comunicação, Economia, entre outras (GLIESSMAN, 2013).

O conceito de agroecossistema começa a ser utilizado como unidade de análise da Agroecologia nos anos 1970. Um agroecossistema pode ser definido, basicamente, como um ecossistema cultivado socialmente gerido (GOMES DE ALMEIDA; CORDEIRO; PETERSEN, 1996). Esse conceito é central e componente chave na estruturação da Agroecologia como campo científico, pois se beneficia das abordagens sistêmicas de estrutura e funcionamento dos ecossistemas. O enfoque agroecossistêmico visa estabelecer uma integração e restauração das funções naturais através de “princípios ecológicos básicos para o estudo, o desenho e o manejo de agroecossistemas produtivos, capazes de conservar os recursos naturais, culturalmente adaptados, socialmente justos e economicamente viáveis” (ALTIERI, 2012, p. 7). Nessa perspectiva a Agroecologia é entendida como um enfoque científico que objetiva ser “capaz de dar suporte a uma transição a estilos de agriculturas sustentáveis e, portanto, contribuir para o estabelecimento de processos de desenvolvimento rural sustentável” (CAPORAL; COSTABEBER, 2004, p. 8).

No Brasil, a Agroecologia ganha força no debate público protagonizado por sujeitos de diversos movimentos sociais contra-hegemônicos e de diferentes processos de organização social que se fortalecem a partir dos anos 1980: experiência alternativas contraculturais e criação de tecnologias alternativas, redes de ação comunitárias religiosas como as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) e as da Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil (IECLB), surgimento de organizações não-governamentais (ONGs) de cooperação nacional e internacional, de movimentos socioambientalistas, fortalecimento de sindicatos, lutas de camponeses, agricultores familiares, povos e comunidades tradicionais por direitos e garantias territoriais (ALTIERI, 2012).

A partir da década de 1990 a Agroecologia é incorporada como bandeira de luta por uma diversidade de movimentos sociais e instituições, na busca por uma integração e fortalecimento transdisciplinar dos princípios teórico-científicos e das práticas sociais. Esse movimento confere à Agroecologia um caráter de instrumento crítico de leitura e ação sobre a realidade agrícola e agrária brasileira. Essa aproximação entre a Agroecologia e as lutas de movimentos sociais deve-se ao enfoque agroecológico ser socialmente mobilizador, culturalmente assimilável, com emprego de técnicas economicamente viáveis e ecologicamente corretas (ALTIERI, 2012).

Procurando articular diversas experiências agroecológicas de todo o Brasil, movimentos sociais criaram, na segunda metade da década de 1990, diversas redes estaduais e regionais de promoção da Agroecologia, afirmando este enfoque como alternativa ao agronegócio, buscando fortalecer os movimentos sindicais, as lutas pela terra e em defesa de

territórios campestres e/ou tradicionais, ou seja, propondo um projeto alternativo para o mundo rural brasileiro. Ocorre então, um crescimento da compreensão e incorporação da proposta agroecológica na prática e na política desses movimentos sociais, o que resultou na criação da Articulação Nacional de Agroecologia (ANA). Esta organização ajudou a aumentar a pressão dos movimentos sociais sobre os órgãos governamentais que, lentamente, criaram políticas públicas voltadas para o campo agroecológico, estruturaram espaços acadêmicos de discussão e formação em Agroecologia, além de dar legitimidade e visibilidade a experiências e práticas de base ecológica desenvolvidas por agricultores e técnicos do Brasil e do mundo (ALTIERI, 2012).

O fortalecimento da perspectiva agroecológica nas instituições científico-acadêmicas ocorre na passagem da segunda metade dos anos 1990 para os anos 2000, momento em que técnicos, professores, extensionistas, pesquisadores e alunos fundaram, em 2004, a Associação Brasileira de Agroecologia (ABA-Agroecologia), objetivando um enfoque científico, teórico, prático e metodológico da Agroecologia nas instituições formais de ensino. O resultado foi a criação de cursos técnicos de nível médio e superior, cursos de graduação e pós-graduação com enfoque agroecológico. Verifica-se no Brasil, um crescente aumento de pesquisadores, professores e alunos de instituições públicas e privadas interessados pelo tema da Agroecologia como enfoque interdisciplinar. Porém, para o fortalecimento do enfoque agroecológico, alguns desafios precisam ser enfrentados: primeiramente, precisa-se superar a segmentação entre ensino, pesquisa e extensão, procurando, também, suprir a dicotomia entre produção e disseminação do conhecimento e aproximar a comunidade científico-acadêmica dos “atores sociais que moldam as realidades empíricas nas quais se pretende intervir” (ALTIERI, 2012, p. 13).

No campo das políticas públicas, há nos anos 2000, um movimento de incorporação do enfoque agroecológico vinculado à agricultura familiar, como, por exemplo, na Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER), com a criação do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e a reformulação do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Com a ampliação do debate em várias escalas e ambientes e com a crescente importância deste enfoque, foi instituída em 2012 a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PNAPO) através de um intenso diálogo entre órgãos governamentais e diversas organizações da sociedade civil (CARNEIRO et al., 2015).

Em 2012 foi instalada a Comissão Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (CNAPO), que contava com a participação de 12 órgãos do governo federal e 14 representantes da sociedade civil organizada, e a Câmara Interministerial de Agroecologia e

Produção Orgânica (CIAPO), composta por dez ministérios (Ministério do Desenvolvimento Agrário, Secretaria Geral da Presidência da República, Ministério da Fazenda, Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Ministério do Meio Ambiente, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Ministério da Educação, Ministério da Saúde, Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação e o Ministério da Pesca e Aquicultura), sendo que o MDA exercia a função de Secretaria-executiva e era o órgão responsável por providenciar suporte técnico e administrativo ao funcionamento da CIAPO (CARNEIRO et al., 2015).

Os representantes da CNAPO construíram o Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PLANAPO), que tem suas ações organizadas em quatro eixos: Produção, Uso e Conservação de recursos naturais, Conhecimento, Comercialização e consumo. O PLANAPO é uma iniciativa de ampliação do PRONAF, da ATER, do PAA e da PNAE, além da iniciativa da criação do Programa Nacional de Redução de Agrotóxicos (PRONARA), do Programa Ecoforte (que visa ações de fortalecimento de redes e núcleos de Agroecologia, produção orgânica e extrativismo e que tem o mérito de convocar instituições financiadoras como o Banco Nacional de Desenvolvimento Social e a Fundação Banco do Brasil a apoiar as iniciativas agroecológicas) e a abertura do banco de germoplasma da EMBRAPA (a EMBRAPA possui a sexta maior coleção de recursos fitogenéticos do mundo, apesar disso, há dificuldades enfrentadas pelos agricultores ao tentarem acessar sementes para reprodução e multiplicação) (CARNEIRO et al., 2015).

Outra ação governamental importante foi a criação de editais para a construção e fortalecimento dos Núcleos de Agroecologia e Produção Orgânica (NEA) nas universidades, institutos federais, na EMBRAPA e nas organizações estaduais de Pesquisa Agropecuária (OEPAS) pelo Departamento de Assistência Técnica e Extensão Rural do MDA (Dater/MDA) em parceria com outros ministérios e o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), com o intuito de apoiar a pesquisa em interface com a extensão e de apoio à Agroecologia. Estes editais são o MCT/CNPq/MDA/MDS n. 36/2007, o MCT/CNPq/MDA/SAF/Dater n. 033/2009, o MDA/SAF/CNPq n. 58/2010 e o MCTI/MAPA/MDA/MEC/MPA/CNPq n. 81/2013. Existem, atualmente, cerca de 100 núcleos de Agroecologia e produção orgânica em institutos e universidades federais. Buscando fortalecer e ampliar as ações desses núcleos numa perspectiva em rede, a CNAPO, a ABA e a ANA reivindicaram a abertura de mais dois editais voltados, principalmente, para as regiões Norte, Nordeste e Centro Oeste, são eles o MDA/CNPq n. 38/2014 e o MDA/CNPq n. 39/2014 (CARNEIRO et al., 2015).

Apesar dos avanços em escala nacional, é evidente que a maioria das ações governamentais ainda estão voltadas para o agronegócio, às tentativas de incorporação e subordinação da agricultura familiar às cadeias agroindustriais e às políticas públicas que pulverizam as lutas de movimentos sociais e coletividades étnicas específicas. Muitas críticas podem ser tecidas nesse âmbito do favorecimento do agronegócio em detrimento da agricultura familiar, porém, devem-se reconhecer os avanços do governo brasileiro nos últimos anos quanto a criação e execução de políticas públicas de assistência técnica e extensão rural em Agroecologia, mesmo com a pressão contrária da bancada ruralista e as dificuldades burocráticas, executivas e avaliativas. Inclusive, o Brasil é único país do mundo a ter uma Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (CARNEIRO et al., 2015).

A Agroecologia, assim, vai se firmando como um “enfoque capaz de orientar estratégias socialmente justas e ambientalmente sustentáveis de desenvolvimento rural contemplando as múltiplas expressões identitárias das populações do campo no Brasil” (CARNEIRO et al., 2015, p. 506). Além disso, há também um grande avanço no que tange à extensão rural, onde a Agroecologia é assumida como enfoque científico orientador de ações de ATER no Brasil, embora ainda se precise superar a perspectiva de transferência de tecnologia de forma verticalizada que vai contra a perspectiva de uma construção social baseada nos saberes e especificidades dos lugares (ALTIERI, 2012).

No fortalecimento da dimensão política da Agroecologia, os Encontros Nacionais de Agroecologia (ENA) se consistem em um ambiente propício ao diálogo transdisciplinar. A última edição, que foi em Juazeiro (BA) em 2014, foi o III ENA que teve como lema “Cuidar da terra, alimentar a saúde, cultivar o futuro”. Dos 2.100 participantes de todo o Brasil, 70% eram agricultores e agricultoras, 50% mulheres e o evento contou, também, com expressiva participação de jovens. No ano anterior ao evento, foram realizadas 13 Caravanas Agroecológicas e Culturais em territórios de todas as regiões do Brasil, caravanas estas orientadas por uma abordagem territorial de diagnóstico das experiências agroecológicas em diferentes eixos de observação e análise, procurando entender os conflitos e limites da expansão das experiências e resultado de políticas públicas: “Posse da terra e direitos territoriais; Soberania; Segurança Alimentar e nutricional; Proteção, manejo e conservação dos recursos naturais; Saúde; Economia e trabalho; Mercados, Identidades e cidadania; Questões organizativas” (CARNEIRO et al., 2015, p. 517). No III ENA, o evento foi estruturado nos seguintes temas: Reforma Agrária e reconhecimento dos territórios dos povos e comunidades tradicionais; Sociobiodiversidade; Acesso às águas e sua gestão; Sementes; e Plantas medicinais. Na plenária final foi aclamada a carta política do evento que contou com a

presença do ministro da Secretaria Geral da Presidência da República, Gilberto Carvalho, o que “é uma evidência do crescimento da Agroecologia e de sua capacidade de expressão política” (CARNEIRO et al., 2015, p. 518).

Vale lembrar que além do ENA, ocorrem no Brasil desde 2003 os Congressos Brasileiros de Agroecologia (CBA), evento organizado com a intenção de criar um espaço de diálogo e valorização da Agroecologia como ciência, mas, atualmente, evoluindo para uma proposta de diálogo entre os conhecimentos científicos e os saberes dos agricultores familiares, tradicionais e camponeses do Brasil e do mundo em diferentes escalas, regional, nacional e internacional (SILVA, L. M. S. et al, 2015).

Além do ENA e do CBA, há um outro espaço de construção do conhecimento agroecológico, o Encontro Nacional de Grupos de Agroecologia (ENGA) e o Encontro Regional de Agroecologia (ERGA), eventos estes que congregam diversos sujeitos provenientes de áreas diversas do conhecimento que trabalham com este enfoque, em diversas regiões do Brasil. A Rede de Grupos de Agroecologia do Brasil (REGA-BRASIL) é a organização que articula a comunicação entre os grupos de Agroecologia que participam do ENGA (OLIVEIRA, 2013).

Desta forma, a Agroecologia ganha importância como movimento social, de abrangência nacional e internacional, fomentadora de uma agricultura que propicie

[...] a produção de alimentos saudáveis; a superação da pobreza rural; a emancipação das mulheres; o estímulo ao protagonismo da juventude; a promoção de maiores níveis de segurança alimentar e nutricional e da saúde da população; a conservação e não a contaminação da terra, da água e da biodiversidade; a conservação de paisagens rurais; a dinamização de mercados locais; a geração de trabalho digno no meio rural e a valorização das culturas e conhecimentos locais. (CARNEIRO et al., 2015, p. 511).

O fortalecimento da Agroecologia como campo de estudo em escala internacional é recente. De algumas referências recentes, podemos citar algumas publicações de diversos autores de referência no campo da Agroecologia no periódico *Journal of Sustainable Agriculture* em 2003, com tema e foco nos processos ecológicos do sistema agroalimentar (produção, processamento, comercialização e consumo) de propriedades em transição agroecológica; as publicações do Painel Internacional de Avaliação do Conhecimento, Ciência e da Tecnologia Agrícola para o Desenvolvimento (IAASTD) indicando “a necessidade de uma revisão do atual modelo de conhecimento, ciência e tecnologia na agricultura, através do reconhecimento da complexidade e da diversidade dos sistemas

produtivos” (CARNEIRO et al., 2015, p. 509), mencionando a Agroecologia como abordagem participativa na geração do conhecimento; e no informe do relator especial Oliver de Schutter da ONU pelo Direito à Alimentação ao Comitê de Direitos Humanos da Assembleia Geral das Nações Unidas, publicado em 2010, que reconhece as potencialidades do enfoque agroecológico como campo de criação de alternativas tecnológicas para auxiliar os processos de transição para uma agricultura mais sustentável (CARNEIRO et al., 2015).

Além dessas referências, a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO), em setembro de 2014, organizou o evento Simpósio Internacional sobre Agroecologia para a Segurança Alimentar e Nutricional em Roma, Itália. Com a presença de mais de 50 especialistas, entre eles, professores universitários, pesquisadores, setor privado, representantes de governos e líderes de organizações da sociedade civil, empreenderam discussões e apresentações sobre o tema da Agroecologia e gestão de sistemas alimentares sustentáveis. Segundo o diretor geral da FAO, “a Agroecologia continua a crescer, tanto na ciência quanto nas políticas. É uma abordagem que vai ajudar a enfrentar o desafio de acabar com a fome e a desnutrição em todas as suas formas no âmbito da adaptação às alterações climáticas necessárias” (FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION, 2014, tradução nossa)³, disse o diretor geral da FAO José Graziano da Silva.

Apesar de todos esses avanços, é preciso perceber a Agroecologia dentro de um disputado campo científico, político e tecnológico em que os desdobramentos, muitas vezes, não resolvem os problemas mais importantes como, por exemplo, a questão do “controle exercido pelas grandes corporações sobre o atual sistema agroalimentar; a democratização do acesso à terra, às sementes, à água; a utilização de organismos transgênicos na agricultura” (CARNEIRO et al., 2015, p. 510), entre outras questões.

A Agroecologia não é proposta como uma panaceia, uma receita mágica, que irá resolver todos os problemas do mundo. O conceito de Agroecologia, assim como o de *sustentabilidade* e *desenvolvimento* utilizados no enfoque agroecológico procura se distanciar, também, dos conceitos ecotecnocráticos que já fazem parte do discurso de agências internacionais, governos, como efeito de *marketing*, do escopo teórico-metodológico que orientam o ensino, a pesquisa e a extensão técnico-científicas em direção a um “capitalismo mais verde”, inserido em estruturas econômicas globalizadas e oligopolizadas (CAPORAL; AZEVEDO, 2011).

³ Disponível em: <<http://www.fao.org/about/meetings/afns/en/>>.

Acredita-se, sim, no potencial dos princípios agroecológicos, orientadores da transição para estilos de agricultura mais sustentáveis que contribuam com a vida, princípios construídos através de intercâmbios de saberes, práticas culturais e conhecimentos técnico-científicos, numa construção multiescalar, participativa, de economias e trocas solidárias, protagonizada por uma multiplicidade de sujeitos inseridos em uma multiplicidade de diferentes agroecossistemas.

Segundo Altieri (2012),

[...] a Agroecologia emerge como uma disciplina que disponibiliza os princípios ecológicos básicos sobre como estudar, projetar e manejar agroecossistemas que sejam produtivos e ao mesmo tempo conservem os recursos naturais, assim como sejam culturalmente adaptados e social e economicamente viáveis. (ALTIERI, 2012, p. 105).

Para se entender o processo de transição de um modelo de agricultura convencional para estilos de agricultura de base ecológica é preciso esclarecer alguns princípios e perspectivas básicos.

O primeiro princípio é a necessidade de uma abordagem sistêmica da interação entre os elementos da natureza e das sociedades humanas presentes nos agroecossistemas. Ao contrário da agricultura moderna que enfoca nos problemas em si, uma abordagem sistêmica requer um entendimento mais amplo da realidade como um todo interdependente, complexo e dinâmico, onde as estruturas e funções multiescalares dos agroecossistemas se inter-relacionam.

Nesta perspectiva sistêmica precisa-se analisar a relação entre todos os fatores e elementos do agroecossistema. Por exemplo, as próprias pragas, doenças, plantas invasoras e espontâneas não são enxergadas simplesmente como problemas a serem resolvidos, mas sim como indicadoras de algum desequilíbrio no metabolismo entre sociedade e natureza. Por isso precisa-se atentar para os sinergismos, para as interdependências e inter-relações entre todos os elementos do agroecossistema para que este apresente equilíbrio ecológico e sustentabilidade.

Segundo Gliessman (1990), agriculturas sustentáveis são aquelas que atendem, de maneira integrada, os seguintes critérios: a) baixa dependência de *inputs* comerciais; b) uso de recursos renováveis localmente acessíveis; c) utilização dos impactos benéficos ou benignos do meio ambiente local; d) aceitação e/ou tolerância das condições locais, antes que a dependência da intensa alteração ou tentativa de controle sobre o meio ambiente; e)

manutenção em longo prazo da capacidade produtiva; f) preservação da diversidade biológica e cultural; g) utilização do conhecimento e da cultura da população local; e h) produção de mercadorias para o consumo interno antes de produzir para a exportação.

Em suma, o processo de transição agroecológica requer uma profunda mudança de princípios de manejo ecológico da terra, realçando os processos naturais e a integridade ambiental, equidade social e viabilidade econômica (GLIESSMAN et al., 2007). A transição agroecológica deve ser encaminhada de forma que conserve a qualidade ambiental, sustente conexões sociais solidárias com respeito às diferenças culturais e étnicas, diversifique a produção e valorize os fluxos de matéria e energia internos em prol de uma autonomia local, diminuindo a dependência da importação de insumos externos ao agroecossistema. Desta maneira a transição agroecológica é

[...] um processo gradual e multilinear de mudança, que ocorre através do tempo, nas formas de manejo dos agroecossistemas, aproximando esses dos sistemas naturais onde estão inseridos. Esta ideia de mudança gradual se refere a um processo de evolução contínua e crescente no tempo, porém sem ter um momento final determinado. Porém, por se tratar de um processo social, isto é, por depender da intervenção humana, a transição agroecológica implica não somente na busca de uma maior racionalização econômico-produtiva, com base nas especificidades, por exemplo, do clima, solo e água de cada agroecossistema, mas também numa mudança nas atitudes e valores dos atores sociais. (CAPORAL et al., 2009, p. 245).

Analisando a possibilidade de passos e caminhos para transição agroecológica, Gliessman e Rosemeyer (2010) defendem que precisa ocorrer uma adequação tanto temporal quanto espacial de diversificação funcional técnico-biofísico-ecológica e social-cultural-econômica dos agroecossistemas. Esses autores apontam, para fins de referência geral e didática, três níveis ou passos da transição de agroecossistemas convencionais para agroecológicos: a *racionalização* do uso de insumos convencionais, a *substituição* de insumos convencionais por práticas agroecológicas e o *redesenho de agroecossistemas*.

No *primeiro nível*, se constitui uma busca em aumentar a eficiência das práticas agrícolas convencionais objetivando minimizar o uso de insumos caros e nocivos ao meio ambiente, utilizando máquinas mais leves e eficientes, otimizando a densidade do plantio, monitorando pragas para aplicação correta de pesticidas, utilizando irrigação de precisão para evitar o desperdício de água e a perda de adubo por escoamento superficial, entre outras ações, que permitirão ao produtor (a) ficar menos suscetível às oscilações do preço das fontes de energia como os adubos químicos e combustíveis de origem fóssil. O primeiro nível da

transição agroecológica pode ser dificultado pela falta de acesso à informação e a políticas públicas de incentivo além de uma possível redução da produtividade nos primeiros anos. É o momento em que possíveis problemas de estagnação econômica, exclusão social e deterioração ecológica ainda estão muito presentes, para isso, torna-se fundamental o fortalecimento a sensibilização e conscientização de todos os atores sociais envolvidos, da *racionalização* e planejamentos futuros (GLIESSMAN; ROSEMEYER, 2010).

No *segundo nível* os agroecossistemas passam a uma gradual *substituição* de insumos e práticas da agricultura convencional para as alternativas como, por exemplo, a adubação verde, os Sistemas Agroflorestais (SAF), o controle biológico, o uso de homeopatia, de caldas como o *Efficient Microorganism* (EM4), etc. Ao alcançar o segundo nível, os produtos agrícolas começam a ser diferenciados da produção convencional e ganham valor comercial, começam a se aproximar dos produtos orgânicos e de uma maior conscientização ambiental entre produtores e consumidores. Os problemas que podem surgir neste nível são, normalmente, associados à dificuldade de acesso à informação e políticas públicas, quanto às técnicas de beneficiamento, de comercialização da produção, acesso a sementes orgânicas, dificuldade de obtenção da certificação de produto agroecológico ou orgânico, entre outros. Este nível ainda não aborda o sistema agroalimentar como um todo (GLIESSMAN; ROSEMEYER, 2010).

O *terceiro nível* é o momento do *redesenho do agroecossistema*, da execução de uma integração entre a produção agrícola e a conservação do solo, da água e da biodiversidade, de valorizar a gestão compartilhada e participativa do território a partir das experiências locais e de articular parcerias com outros grupos camponeses que vivem uma realidade parecida, inserção em redes de solidariedade e reciprocidade, da diversificação das práticas de manejo e da articulação com redes de *economia solidária* regionais. Neste nível, a produção agroecológica pode estar inserida em todos os componentes de um verdadeiro sistema agroalimentar, como, por exemplo, as redes de prossumidores conscientes (integração entre produtores e consumidores), das feiras de agricultores e do equilíbrio socioambiental que se estende desde a produção nos agroecossistemas até a consciência do consumidor, em um sistema eficiente de subsistência local do produtor e excedente para distribuição e abastecimento de centros consumidores urbanos com alimento de qualidade. É a mudança social para atitudes e valores agroecológicos (GLIESSMAN; ROSEMEYER, 2010).

Esta perspectiva de transição agroecológica extrapola, evidentemente, os limites geográficos do agroecossistema e passa a ser uma transição do sistema agroalimentar como um todo, da produção agrícola, distribuição de recursos, processamento à comercialização.

Quando a transição agroecológica se dá em agroecossistemas de agricultores camponeses, a estratégia mais adequada e eficiente é, muitas vezes, o resgate e a valorização das tecnologias ancestrais e dos saberes ambientais dos protagonistas do lugar. Na *sabedoria dos mais velhos* ou dos *antigos* podemos encontrar práticas que auxiliam na transição, conversão e adaptação mais adequadas para as realidades específicas dos agroecossistemas. Além de um amplo conhecimento baseado na observação aguçada, a força do conhecimento das populações rurais se baseia na aprendizagem empírica sobre a dinâmica ecossistêmica que os rodeiam. Desta maneira, a transição agroecológica não pode ser encarada como um processo linear, pois a organização do sistema produtivo pode se reconfigurar de acordo com o resultado da experimentação de estratégias e da transformação da conjuntura social, econômica, política e ambiental.

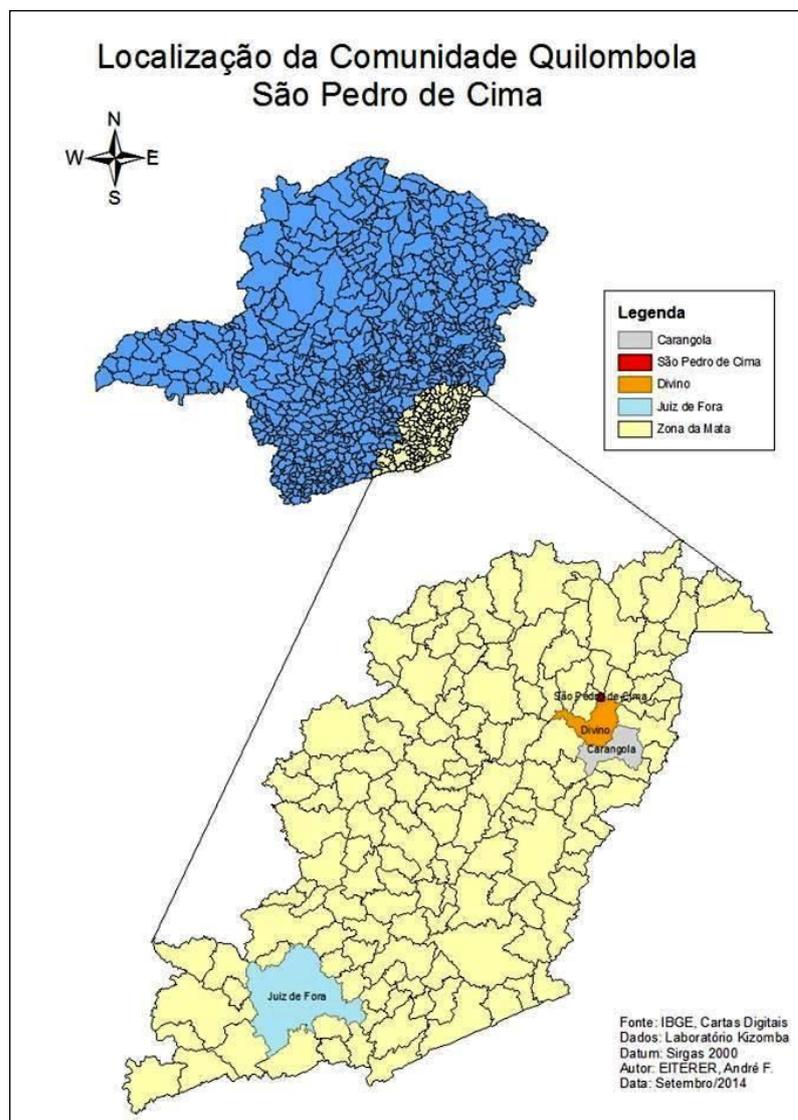
A convicção na importância dos saberes dos agricultores e camponeses tradicionais são fundamentais na transição agroecológica. Isso denota a importância da sistematização participativa desses saberes para o redesenho adequado de agroecossistemas, como fazem os etnoecólogos e agroecólogos ao resgatarem o conhecimento agrícola tradicional e auxiliarem no desenvolvimento de agroecossistemas sustentáveis (ALTIERI, 2012).

Dessa maneira, a transição agroecológica implica em um processo dialógico de busca de soluções para uma série de questões como, por exemplo: necessidade de se criar e disseminar estratégias alternativas ao modelo de produção agrícola do agronegócio, em diversas escalas, desde a local até a planetária (afinal, são cerca de 6,9 bilhões de pessoas que precisam de alimentos saudáveis, sendo que cerca de 1 bilhão delas sofre de fome), com respeito à Terra e seus ecossistemas reduzindo assim as externalidades negativas e otimizando os serviços ambientais; respeito à condição humana com garantias de acesso aos direitos básicos de cidadania para todas as pessoas; bem estar; acesso à terra e aos territórios, assim como o acesso aos meios de produção; respeito às diferenças culturais, de gênero, de etnia; respeito aos saberes; fortalecimento da resiliência social e da autonomia dos agricultores; aproximar a produção e aplicação do conhecimento, saberes tradicionais e conhecimento científico, através de metodologias participativas e do respeito aos valores e visões de mundo dos grupos sociais com suas diferentes formas de apropriação da natureza, entre outras questões.

3 SÃO PEDRO DE CIMA: UM TERRITÓRIO EM CONSTRUÇÃO

A comunidade *São Pedro de Cima* se localiza em um vale altimontano que compreende o médio e o alto curso da bacia hidrográfica do córrego São Pedro, afluente do rio Carangola e tributário da bacia hidrográfica do rio Paraíba do Sul. A comunidade se encontra em um bairro rural do município de Divino que se localiza na porção setentrional da Mesorregião Geográfica da Zona da Mata Mineira (ZMM) (Mapa 1).

Mapa 1 – Localização da comunidade Quilombola *São Pedro de Cima*, Divino/MG



Nota: Em destaque a Zona da Mata Mineira e as cidades Juiz de Fora, Carangola e Divino, referências de localização

Fonte: Eiterer e outros (2014)

A ZMM é uma regionalização com objetivos estatísticos, ou seja, não é uma entidade política nem administrativa. Está localizada na porção sudeste do Estado de Minas Gerais, na divisa mineira com os Estados do Rio de Janeiro e do Espírito Santo. É constituída por 142 municípios subdivididos em 7 Microrregiões Geográficas (IBGE), com uma população de 2.173.374 habitantes, e uma abrangência territorial aproximada de 36.021 km² (Mapa 2) (GOVERNO DE MINAS GERAIS, [c201-]).

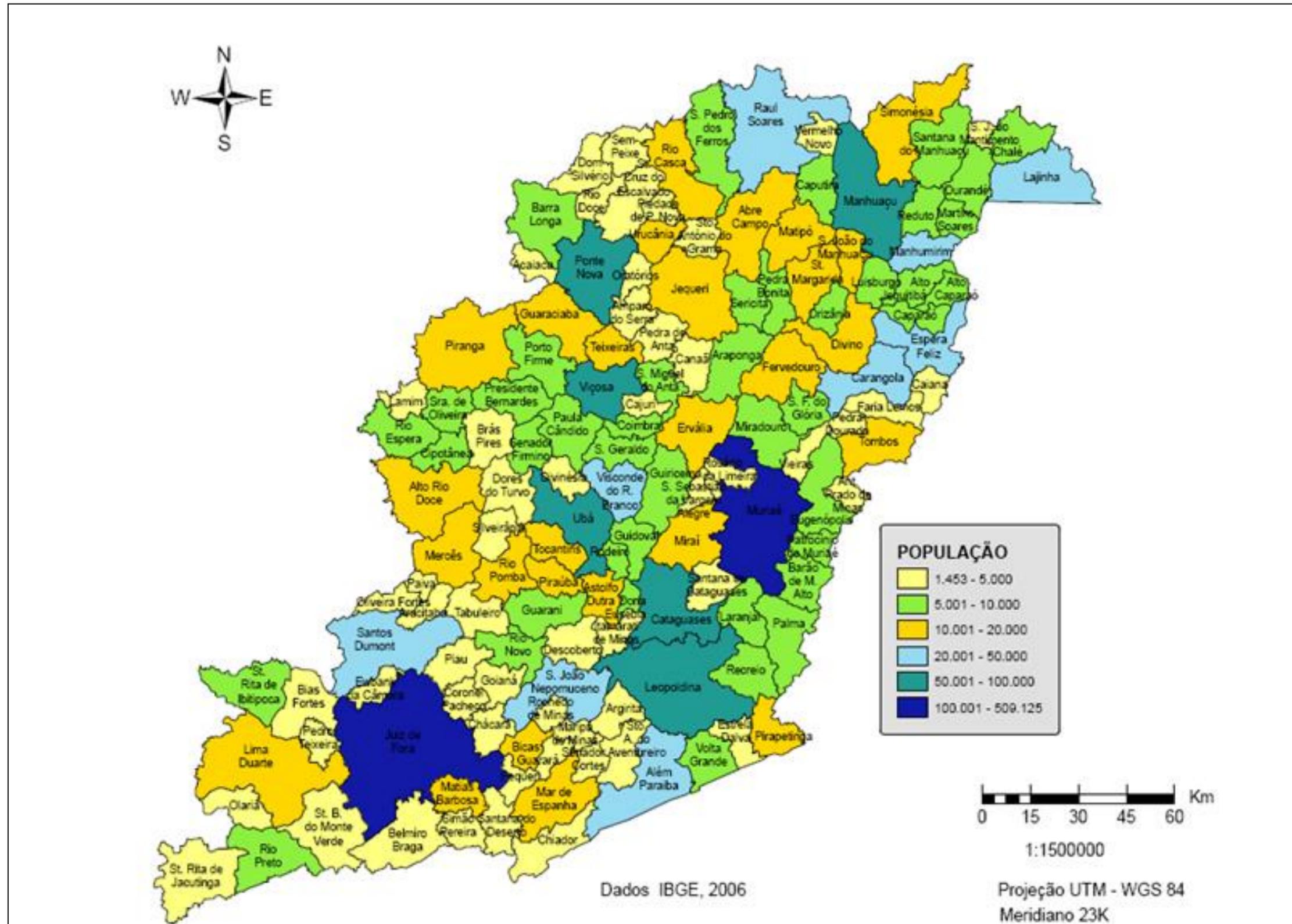
Evidenciando uma clara desigualdade social na configuração do espaço geográfico, observa-se que em apenas 9 dos 142 municípios que integram a ZMM (Cataguases, Juiz de Fora, Leopoldina, Manhuaçu, Muriaé, Ponte Nova, Santos Dumont, Ubá e Viçosa) existe uma tendência de concentração populacional e econômica. As maiores taxas de densidade demográfica que coincidem com os maiores centros urbanos da ZMM se localizam ao longo das maiores rodovias da região, a BR-040 e a BR-116, o que nos faz pensar na importância que a construção destas rodovias representam no processo de ocupação e dinamização do espaço geográfico regional. Esta tendência de concentração ocorre através do intenso processo de migração populacional tanto definitiva quanto pendular e, além disso, os principais setores de serviços como saúde e educação se concentram nas maiores cidades. Pela localização geográfica próxima aos maiores centros urbanos do Sudeste do país, a ZMM sofre um forte processo migratório que resulta em um esvaziamento socioeconômico e populacional (CASTRO, 2006).

Os índices de analfabetismo e as taxas de desemprego da ZMM também são alarmantes na maioria dos municípios, sendo o PIB *per capita* (Produto Interno Bruto dividido pela população) comparável a indicadores das áreas mais pobres de Minas Gerais (BANCO DE DESENVOLVIMENTO DE MINAS GERAIS, 2001).

Além disso, a ZMM tem um histórico de intensa degradação ambiental que está grafado na paisagem: pastos degradados, processos erosivos, descaso com os recursos hídricos, com a destinação indevida do lixo, dos efluentes urbanos, industriais e agrícolas, descaso com a biodiversidade da Mata Atlântica que é uma das mais ricas do mundo e com a agrobiodiversidade que promove a sustentabilidade e segurança alimentar da população rural mais carente.

Necessitamos, rapidamente, esclarecer um pouco da origem da ocupação territorial da Zona da Mata Mineira para compreendermos quais são os condicionantes da conformação contemporânea desta região do sudeste mineiro que influenciam as condições ambientais, sociais, econômicas e culturais da própria comunidade que é o objeto empírico do presente trabalho.

Mapa 2 – Distribuição da população na mesorregião Zona da Mata Mineira



Fonte: C. H. Rocha (2008)

3.1 A ZONA DA MATA MINEIRA: HISTÓRICO DE OCUPAÇÃO

Dentre as historiografias da ocupação da Zona da Mata Mineira (ZMM), nas principais literaturas encontradas, frequentemente remete-se a ocupação desta região ao processo de expansão da agricultura cafeeira do século XVIII, advinda do Vale do Paraíba Fluminense (LAMAS, 2006). A designação *mata* é devido à região ser, originalmente, recoberta por uma extensa floresta de Mata Atlântica (VALVERDE, 1958).

A maioria dos estudos históricos e geográficos caracterizam esta região no século XVIII como mera “via de ligação, através do Caminho Novo, entre o porto do Rio de Janeiro e a região mineradora” (LAMAS, 2006), em que as frondosas florestas habitadas por uma diversidade de povos indígenas configuravam uma barreira natural aos descaminhos do ouro (PRADO JÚNIOR, 2007). Caio Prado Júnior (2007) afirmou esta versão baseando-se no depoimento do Governador das Minas Luís da Cunha Menezes que, por sua vez, considerava este fato por não existirem em meados do século XVIII vilas e cidades nesta região, sendo estas constituintes do conceito de civilização da época, ou seja, baseado nas regiões mineradoras civilizadas, desconsiderando assim os pequenos núcleos, roças, ranchos e pousos como formas de ocupação. Devido a este conceito de civilização e a inexistência de vilas e cidades, a região era denominada de Sertões do Leste, onde o conceito de sertão remetia ao significado de região pouco povoada e habitada, exclusivamente, por indígenas (LAMAS, 2006).

Diversos autores situam a ocupação e povoamento do território mineiro, assim como na ZMM, a partir de dois momentos com diferentes fluxos migratórios: o primeiro, de cunho centrípeto, se caracterizou pelo fluxo de pessoas de diferentes pontos do mundo (Europa, África e outras localidades brasileiras) para as áreas de mineração e, um segundo momento de cunho centrífugo das áreas de mineração para o interior da capitania de Minas Gerais (IGLÉSIAS, 1970).

A região Sul da ZMM foi devassada primeiramente para a construção de um caminho alternativo à Estrada Real, o Caminho Novo, mais rápido para o transporte dos metais preciosos provenientes de Diamantina e Ouro Preto. Mesmo encurtando a distância, o percurso exigia uma viagem de 10 a 15 dias, o que estimulou um processo de ocupação das margens do Caminho Novo em que se começou a produzir uma agricultura de subsistência, para a comercialização com os transeuntes (tropeiros e vaqueiros transportando gado e gêneros diversos) e para abastecimento das regiões mineradoras, além da construção de

entrepósitos para o descanso dos mesmos, configurando um primeiro momento de ocupação da região sul da ZMM. Estes núcleos foram importantes para o adentramento das matas e sertões e deram origem a cidades como Juiz de Fora, Simão Pereira e Matias Barbosa (LAMAS, 2006).

O segundo momento de ocupação consiste na penetração e desbravamento da região central a partir do vale do Rio Pomba, iniciada por uma expedição liderada pelo sertanista Andrade Ribeiro em 1750 e marcada por intensos conflitos com tribos indígenas *coroados*, *coropós* e *puris*, genericamente denominados *botocudos*, que tinham se estabelecido ali após fugirem da colonização europeia do Rio de Janeiro (LAMAS, 2006). Já segundo Mercadante (1973), as populações indígenas que habitavam a região da atual ZMM eram os *coroados* e *croatos* que ocupavam a região da bacia hidrográfica do Rio Pomba, os *botocudos* da região do Alto Rio Doce e os *puris* que ocupavam a região hidrográfica do rio Muriaé. Já Halfeld & Tschudi (1998), afirmam que os povos originários desta região são *cataguás* e *puris*, povos nômades que viviam da caça, extrativismo e agriculturas de ciclo rápido.

Depois de alguns anos conflituosos e de expedições fracassadas, houve uma aproximação entre os colonos e os indígenas e a criação da Freguesia do Mártir São Manoel da Pomba e Peixe dos Índios Coroados e Coropós. A partir desta aproximação, em 1767 os moradores locais ajudados por representantes do poder português começaram a construir um núcleo com algumas casas, evidentemente com a finalidade de evangelização dos moradores locais que deu origem a cidade de Rio Pomba. Acredita-se que nesta época houve um rápido crescimento populacional devido à queda da atividade mineradora e da diversificação econômica da região (LAMAS, 2006).

A procura pelas terras baixas do vale do Rio Pomba aumentou consideravelmente no final da segunda metade do século XVIII, fato comprovado por registros documentais de compra e venda de propriedades rurais e pelos registros de batismo da Freguesia de Rio Pomba em que se evidencia um salto de 1.179 para 4.815 habitantes entre os anos 1780 e 1800 (um aumento de mais de 400%), população esta composta por indígenas, escravos e os imigrantes provenientes das regiões mineradoras (CARRARA, 1997).

Considera-se que a atividade econômica mineira da mineração é central no entendimento do processo de ocupação da região, mas autores como Chaves (1999) e Meneses (2000) defendem a importância da contribuição da atividade agrícola para a expansão dos povoamentos e consolidação da ocupação territorial da região. Foi uma época de ampla distribuição de sesmarias a colonos que tivessem recursos suficientes para melhor

aproveitamento da terra, fato que, junto com a queda dos rendimentos da mineração, ajudou na expansão da atividade agrícola. Porém, devido ao grande contingente de famílias sem recursos e sem escravos que já povoavam a região, o governo colonial doava meia légua de terras (cerca de 1165,50 hectares) mediante requerimento de pessoas que tinham condição de lavrar a terra com recursos próprios e trabalho familiar (RODRIGUES, 2003).

Acredita-se que a ocupação efetiva da região se iniciou com o movimento centrífugo dos trabalhadores advindos da mineração à procura de trabalho e de terras por volta de 1830 (VALVERDE, 1958). Porém, outros autores afirmam que a verdadeira ocupação da ZMM se deu com a consolidação da economia cafeeira a partir dos anos 1870, processo que trouxe a modernização da infraestrutura de transportes, principalmente a construção de ferrovias (PAULA, 2006). A procura por terras agricultáveis e a modernização dos transportes aceleraram o processo de ocupação territorial e derrubada das matas e florestas que deram nome à ZMM, além do massacre e expulsão dos povos indígenas que ali viviam. Para a agricultura cafeeira na região utilizaram o trabalho escravo de indígenas trazidos do Centro e do Sul de Minas e da província fluminense, sendo que, após a abolição da escravatura, uma multiplicidade de sujeitos camponeses substituíram grande parte desta mão de obra (FERRARI, 2010).

Os sitiantes com poucos recursos acabavam se apossando de terras entre as fazendas para cultivarem suas lavouras e construir suas moradas e isto foi motivo de conflituosas disputas pela posse dessas terras (FERRARI, 2010).

A força de trabalho empregada nas grandes lavouras de café a partir da abolição da escravatura (1888) se consistia nos trabalhadores fixos que moravam dentro das próprias fazendas (colonos) e os assalariados temporários que migravam sazonalmente de diversas regiões de Minas Gerais (FERRARI, 2010).

Segundo Ferrari (2010), há o desenvolvimento de um campesinato na ZMM formado por múltiplos sujeitos de diferentes origens e processos agrários: migrantes advindos de diversas regiões mineradoras em declínio econômico que trabalharam nas lavouras de café e que foram, com o tempo, adquirindo suas próprias terras; sitiantes que trabalhavam nas grandes fazendas de café e que produziam policultura e pequenas criações de animais para a subsistência e troca; a formação de populações de descendentes de indígenas remanescentes na região e comunidades negras descendentes de escravos; o desmembramento e divisão das terras das antigas fazendas de café em função da fragmentação por herança e pela perda do dinamismo econômico.

Com o tempo e a experiência, apesar do café ter sido plantado por quase toda a ZMM, percebeu-se que esta Rubiaceae tinha maior adaptação e longevidade nas lavouras com altitude entre 800 e 1200 metros acima do nível do mar, sendo o fator climático um fator preponderante para a alocação da produção cafeeira (FERRARI, 2010).

Segundo o Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais (2000), o auge da economia cafeeira foi por volta do ano 1890. Com o lucro acumulado pela sua produção, cidades da ZMM passaram por um processo de modernização e industrialização, com a construção de ferrovias, rodovias e hidrelétricas por volta dos anos 1915 e 1920. A partir da década de 1930 a ZMM passa por um processo de estagnação e crise econômica que reduziu drasticamente o dinamismo da produção agroexportadora e dos processos de modernização e industrialização. Entre 1930 e 1940, além de tudo, o governo de Minas Gerais concentra os investimentos nas áreas de extração mineral e siderúrgica, dando pouca atenção para o potencial agropecuário da ZMM (BANCO DE DESENVOLVIMENTO DE MINAS GERAIS, 2000).

Neste período de estagnação a ZMM passou por um momento de reorganização produtiva, principalmente nas porções centrais e meridionais, com foco na pecuária e outras experiências agrícolas. Apesar disso, na porção setentrional o café subsistiu nas lavouras de fazendas e de pequenas propriedades, consorciado com itens alimentares para consumo e comercialização, principalmente o feijão, milho, arroz, cana de açúcar e a pecuária (FERRARI, 2010).

A partir da década de 1950 o governo cria uma estrutura de assistência técnica e extensão rural através das ACAR que posteriormente foi substituída pelas EMATER-MG. Porém, a recuperação da produção cafeeira foi incentivada pelos programas de erradicação e renovação das lavouras de café através dos técnicos do Instituto Brasileiro de Café (IBC) a partir da década de 1960 até os dias atuais, principalmente na porção setentrional da ZMM.

A partir de 1960 há um amplo investimento no setor industrial do estado de Minas Gerais em que a ZMM ficou de fora, apesar de algumas iniciativas pontuais em algumas cidades. Durante muitos anos, o governo buscou incentivar o desenvolvimento da ZMM através de políticas públicas como o Programa de Desenvolvimento Integrado da Zona da Mata (PRODEMATA) e o programa de incentivos para a modernização da agricultura que tinha como *slogan* “*Plante que o João Garante*” do governo militar de João Figueiredo. Esses incentivos vinham acompanhados de pacotes tecnológicos que envolviam empréstimos crediários com a condição de implementação do modelo agrícola fundamentado na Revolução Verde, ou seja, uma agricultura dentro dos moldes do projeto estatal de modernização,

baseado no uso intensivo de irrigação, na agroquímica, na mecanização e, mais recentemente, nas sementes transgênicas (FERRARI, 2010).

Porém, este pacote foi aplicado apenas parcialmente na ZMM, principalmente devido ao relevo movimentado que limita o aporte da mecanização na agricultura e devido às dificuldades socioeconômicas da população da região. Além disso, alguns autores defendem a existência de um movimento de resistência de agricultores da ZMM que “não adotaram passivamente o ‘pacote’, o que também explica a sua adoção parcial” (FERRARI, 2010, p. 37). A adoção de novas técnicas pelos agricultores familiares camponeses é sempre acompanhada de um intenso processo de discussão e reflexão coletiva, experimentação e readaptação das técnicas e das políticas nos lugares (FERRARI, 2010). Desta maneira, observa-se que a agricultura na ZMM apresenta diversos meios de produção, tanto camponesa quanto agroindustrial.

As origens de uma movimentação social em prol da construção da Agroecologia na ZMM são datadas da década de 1980. Esta construção é protagonizada por diversos atores, mas chama a atenção o trabalho executado pelos Sindicatos dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (STR) em parceria com organizações como o Centro de Tecnologias Alternativas da Zona da Mata (CTA-ZM), a Universidade Federal de Viçosa e, mais recentemente, a Universidade Federal de Juiz de Fora.

O CTA-ZM é uma entidade importante neste processo. Foi fundado no final da década de 1980 com a perspectiva de difundir tecnologias alternativas ao modelo agrícola da Revolução Verde, utilizando metodologias dialógicas com os agricultores da ZMM e diferentes organizações sociais e sindicais. Os técnicos do CTA-ZM começaram seus trabalhos identificando e sistematizando tecnologias populares e, em busca de uma construção mais dialógica, utilizaram de métodos participativos de diagnóstico de agroecossistemas, podendo assim definir as diretrizes dos trabalhos a partir das principais demandas dos agricultores envolvidos. A partir da década de 1990 o CTA-ZM estabelece uma série de parcerias com organizações de agricultores de diversos municípios, principalmente os limítrofes a Serra do Brigadeiro, sendo que suas principais ações se consistiam em diagnósticos dos agroecossistemas, implantação, monitoramento e sistematização participativa de Sistemas Agroflorestais (CARDOSO; FERRARI, 2006).

Neste trabalho de construção e difusão regional de experiências agroecológicas com base no saber dos agricultores, uma importante ação estratégica é a execução dos *Intercâmbios de Saberes e Sabores*. Estes *Intercâmbios* se consistem em encontros realizados nos municípios de Divino, Acaiaca, Espera Feliz e Araponga nas propriedades de cerca de

cinquenta famílias de agricultores filiados aos STR desde 2007. Nestes encontros se reúnem agricultores, técnicos, professores e estudantes de Escolas Família Agrícola (EFA), de graduação e pós-graduação de universidades federais (MOREIRA, V. D. L. B. et al., 2009).

A estratégia central destes *Intercâmbios* consiste em potencializar a troca de conhecimentos de *camponês a camponês* (SOSA et al., 2012) e descentralizar o papel do técnico, que passa a ter a importância como *facilitador* da construção do conhecimento agroecológico.

Desta forma, almejam efetuar diagnósticos e análises de agroecossistemas através de metodologias consagradas como os Diagnósticos Rural Participativos (DRP), as Caminhadas Transversais e os Círculos de Cultura paulofreirianos, considerando os agroecossistemas de cada família agricultora como o território de produção de conhecimento (SILVA, L. M. S. et al. 2015).

Resumidamente, o procedimento básico da metodologia dos *Intercâmbios* pode ser sintetizado nos seguintes passos: mobilização, mística de abertura, apresentação dos participantes, história da família e/ou comunidade, caminhada pela propriedade e/ou afins, socialização das observações feitas durante a caminhada, informes e encaminhamentos, trocas de sementes e de mudas, merenda agroecológica e mística de encerramento. Apesar desta afirmação, a metodologia é adaptada de acordo com a necessidade e prioridades emergenciais (SILVA, L. M. S. et al. 2015).

Sabendo que não esgotamos o tema, mas intentamos uma aproximação, esperamos que o leitor (a) tenha entendido o processo de ocupação territorial, o quadro socioeconômico da Zona da Mata Mineira e sua produção.

Nos próximos itens do presente capítulo nos debruçaremos sobre algumas características básicas do município de Divino para, finalmente, chegarmos à comunidade *São Pedro de Cima*.

3.2 O MUNICÍPIO DE DIVINO: ORIGENS E CARACTERÍSTICAS

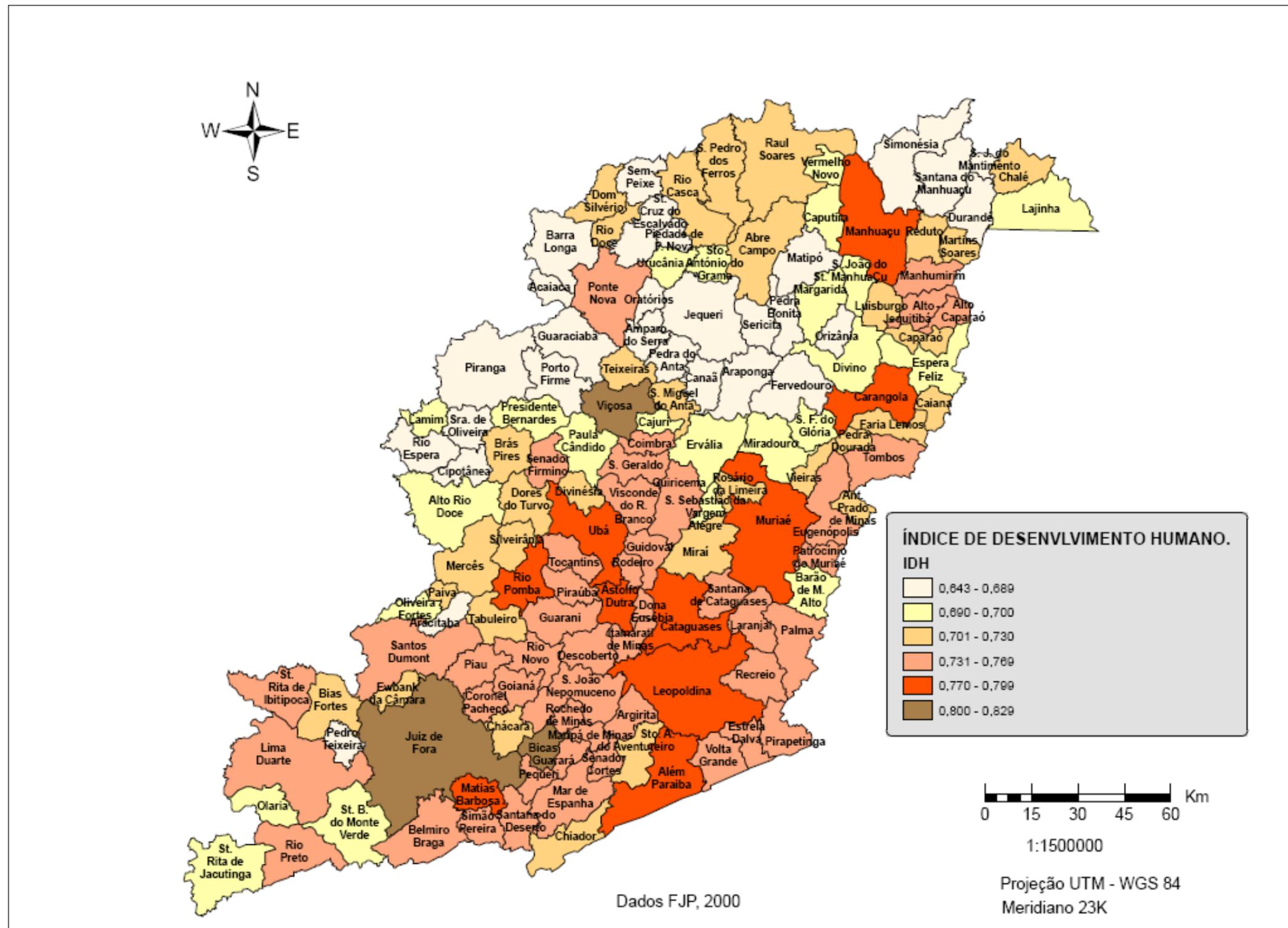
O município de Divino está localizado na porção norte da ZMM (Mapa 1), na Microrregião Ocidental Administrativa Vertente do Caparaó e Microrregião Geográfica de Muriaé. As principais vias de acesso ao município são a BR-116 e a MG-265, seu território faz fronteira com os municípios de Caparaó, Carangola, Espera Feliz, Fervedouro, Orizânia,

Pedra Bonita, Santa Margarida e São João do Manhuaçu e é constituído por 3 distritos (Sede, Bom Jesus e Viletas). A distância da cidade de Divino à Belo Horizonte é de cerca de 325 km, cerca de 250 km de Juiz de Fora, 335 km do Rio de Janeiro, 645 km de São Paulo e aproximadamente 1080 km de Brasília (Prefeitura).

Segundo dados da Prefeitura Municipal de Divino (DIVINO, [c201-]) a terra era originalmente habitada por indígenas *puris* e o desbravamento da área é datado da década de 1830, com a chegada de pioneiros e, logo em seguida, dos primeiros colonos. Foi distrito do município de Carangola até seu desmembramento em 1938 e emancipou o distrito de Orizânia em 1998, o que causou a diminuição de parte da área territorial do município e cerca de 5.000 habitantes da população. Este processo de emancipação de distritos não foi um acontecimento particular de Divino, mas parte de um amplo processo de fragmentação territorial de municípios que se intensificou graças à promulgação da Constituição Federal de 1988, quando os Estados passam a ter autonomia na criação de municípios e estes passam a ter um papel de ente federativo. Na década de 1990, por exemplo, ocorreram 16 processos emancipação de distritos de cidades da ZMM (CASTRO, 2006).

Atualmente, o município de Divino possui uma área territorial de 337,776 km², 19.133 habitantes (43,57% na área rural e 56,43% na área urbana) e Índice de Desenvolvimento Humano Municipal 0,605, um dos mais baixos da ZMM (ROCHA, C. H. 2008) (Mapa 3).

Mapa 3 – IDH de municípios da Zona da Mata Mineira



Fonte: C. H. Rocha (2008)

A agropecuária é o forte da economia local, sendo o café o produto principal de circulação dos fluxos de capitais. A produção agrícola é baseada em pequenas propriedades familiares, assim como na maioria dos municípios da ZMM. Constituído, na sua maioria, por famílias de pequenos produtores pouco capitalizados, a mão de obra da produção agrícola é basicamente familiar, mas também é comum a existência de parceiros, troca-dias e, quando necessário, a contratação temporária de mão de obra suplementar. As grandes fazendas e os sistemas agroindustrializados também absorvem parte da mão de obra do município (DIVINO, [c201-]).

Devido às condições geográficas e históricas de ocupação do território, a produção do município de Divino sempre foi de cunho agropecuário, inicialmente fornecendo alimentos para as minas no período da mineração e produção de subsistência local e, mais tardiamente, seguindo a tendência regional, exportadora de produtos agrícolas, principalmente o café e o milho. Atualmente, os produtos de maior comercialização no mercado são o café, principal produto de exportação, mas também milho, feijão, arroz de várzea úmida, cana-de-açúcar, mandioca, fruticultura, pecuária leiteira e, mais recentemente, eucalipto. Existe ainda uma pequena produção artesanal de aguardente, de rapadura e artesanatos (DIVINO, [c201-]).

A paisagem montanhosa se justifica pela proximidade com as serras do Caparaó e do Brigadeiro, sendo que o relevo da porção norte do município se configura como o divisor de águas entre as bacias hidrográficas do Rio Doce e do rio Paraíba do Sul. A vegetação é composta por pequenos fragmentos florestais de Mata Atlântica, remanescentes ilhados e cercados por pastos antropizados, cafezais, matas de eucalipto e de outros gêneros de silvicultura, mas, também, a paisagem nos evidencia a existência de uma agricultura agrobiodiversa reproduzida por agricultores familiares e camponeses que resulta em cores e matizes heterogêneos (Fotografia 12).

Fotografia 12 – Paisagem típica de agroecossistemas de *São Pedro de Cima*



Fonte: Itaborahy et al. (2014, p. 19)

3.3 BREVE CARACTERIZAÇÃO BIOFÍSICA

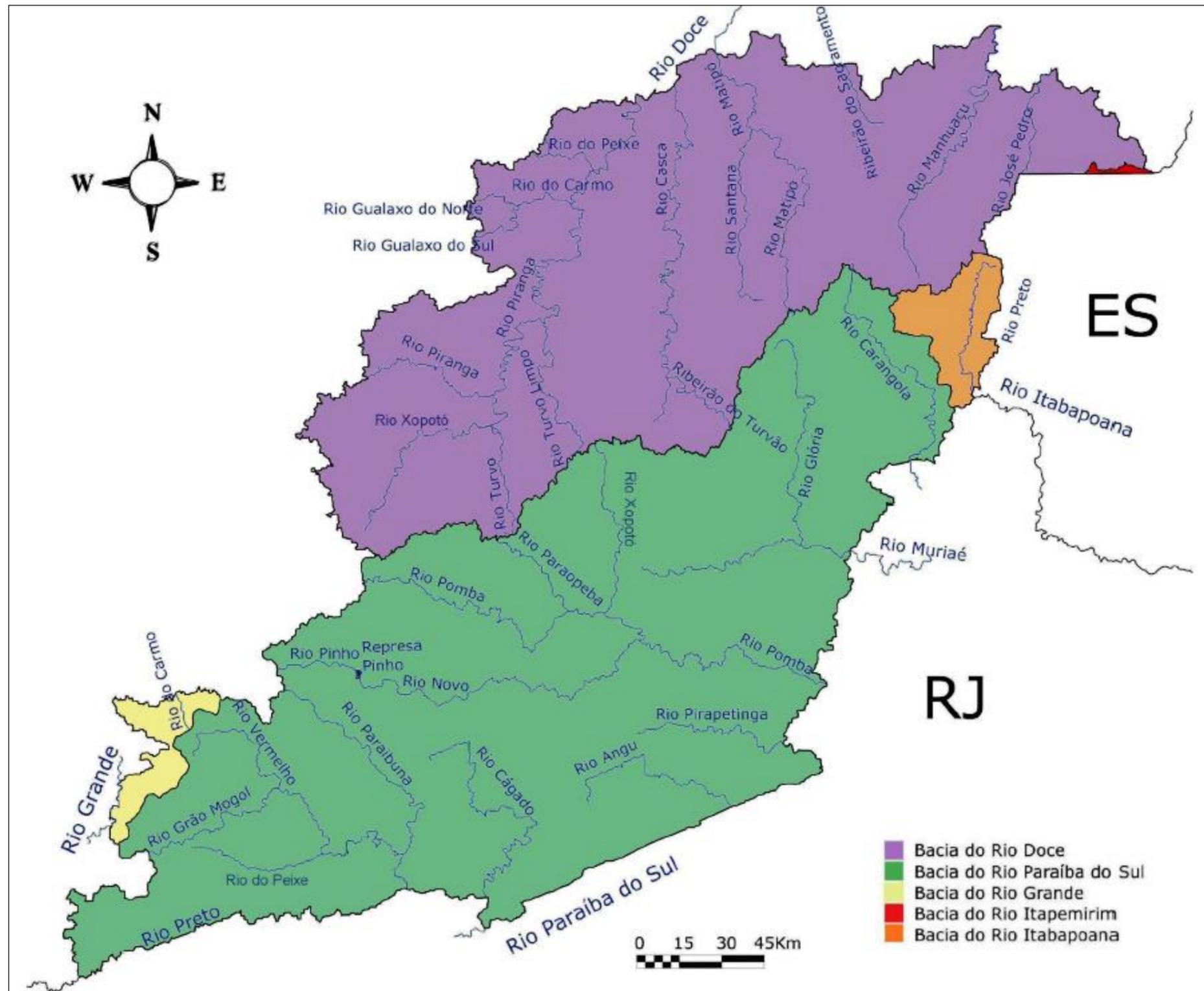
O clima regional é caracterizado como Tropical de Altitude, com invernos rigorosos e verões amenos. Com regime pluviométrico caracterizado pela alternância (média pluviométrica anual de 1340 mm), ou seja, as chuvas se concentram no verão e ocorrem secas prolongadas no inverno, podendo apresentar variações conforme a macrodinâmica climática (DIVINO, 2006).

Situado na encosta do Planalto Atlântico brasileiro, o município de Divino se encontra dentro da Zona de Cisalhamento de Manhuaçu, o que configura um relevo de topografia acidentada e dissecada. Segundo dados do site da prefeitura Municipal de Divino, a altitude média do município é de 950 m, sendo a altitude mínima de 709 m e a máxima de 1810 m (Pico Cangote D'anta). A geologia é, basicamente, composta por rochas cristalinas muito antigas e desgastadas, com origem remetente ao Período Arqueano (como o granito e o gnaiss, respectivamente, rochas ígneas e metamórficas). A geomorfologia se constitui com a predominância de terrenos ondulados (50%) a montanhosos (40%), com apenas 10% de sua área composta por planícies. Dividido entre colinas côncavo-convexas e vales, os tipos de

solos mais encontrados são os Cambissolos em locais com 30% a 60% de declividade, Latossolos vermelho-amarelo e Aluvial Hidromórfico em locais com 8% a 30% de declividade e Argissolos vermelho-amarelo e Aluvial Hidromórfico em áreas mais planas com 0% a 8% de declividade. Quanto às riquezas minerais do município, existem reservas de bauxita, granito e argila (DIVINO, [c201-]).

Esta região localiza-se entre o Parque Nacional do Caparaó (PARNA Caparaó) e o Parque Estadual Serra do Brigadeiro (PESB), com uma distância aproximada de cinquenta quilômetros em linha reta entre estas unidades de conservação (UC). Entre essas duas UC há um relevo movimentado e dissecado que se configura como um divisor de água das três bacias hidrográficas mais importantes da Zona da Mata mineira (Mapa 4) (bacias dos rios Paraíba, Doce e Itabapoana). A área está inserida no domínio geomorfológico das Serras da Zona da Mata Mineira, caracterizada por relevos de formas alongadas, tipo cristas e linhas de cumeada. Ocorrem alinhamentos de serra paralelos, retilíneos e orientados a nordeste-sudoeste, com escarpas íngremes e topos convexos. O relevo torna-se dissecado para leste e oeste dessas serras, predominando colinas alongadas com topos convexos (GATTO et al. apud NOCE et al., 2006).

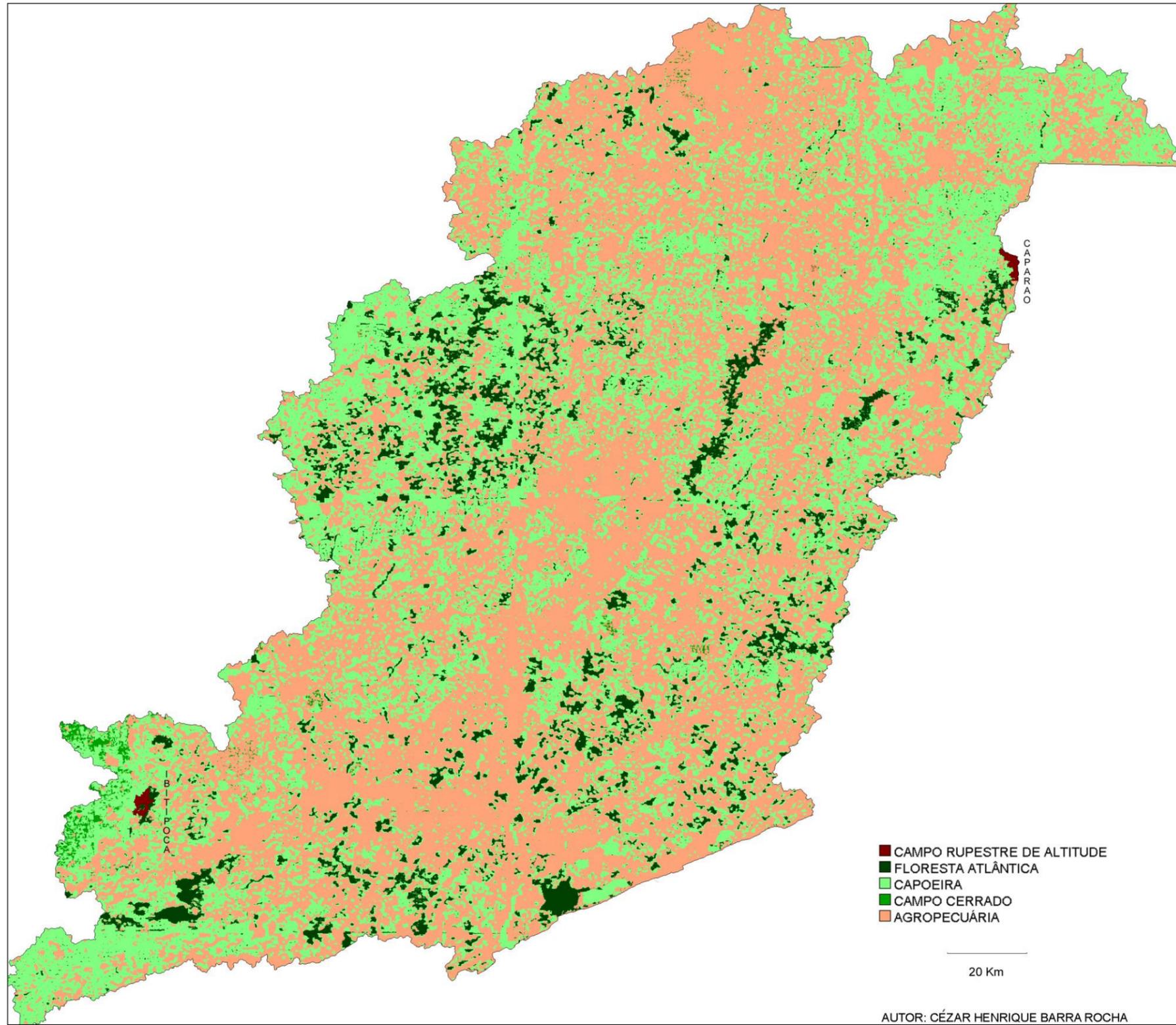
Mapa 4 – Bacias Hidrográficas da Zona da Mata Mineira



Fonte: C. H. Rocha (2008)

Observando cartas topográficas e imagens do *Google Earth* e cartas topográficas do IBGE (c2016), identificamos muitos fragmentos de floresta nos topos de morro, nas encostas declivosas e nos vales altimontanos entre as serras do Caparaó e do Brigadeiro, ou seja, fragmentos preservados pela dificuldade de acesso e de manejo agrícola em locais de relevo movimentado. Estes fragmentos de mata remanescentes se concentram, principalmente, nas encostas e escarpas voltadas para leste e oeste, ou seja, uma evidência da contribuição do relevo movimentado (com orientação predominante norte-sul e nordeste-sudoeste) que dificulta o acesso, o uso e ocupação da terra e, com isso, propicia a proteção e a permanência destes fragmentos. Apesar disso, o quadro geral da ZMM é de muito desflorestamento, como podemos observar no Mapa 5.

Mapa 5 – Cobertura vegetal da Zona da Mata Mineira



Fonte: C. H. Rocha (2008)

O bioma desta região é classificado como Mata Atlântica, um dos biomas mais biodiversos e degradados do Brasil. Originalmente cobria 15% do território nacional, mas atualmente restam menos de 8% da sua área original, dividido entre fragmentos de matas primárias e secundárias em regeneração, ou seja, manchas remanescentes rodeadas de áreas antropicamente alteradas. Essa fragmentação conduz à perda de habitats e insulação, considerada por alguns pesquisadores como o principal problema da conservação da biodiversidade das áreas intertropicais (SOS MATA ATLÂNTICA, [c201-]).

Segundo a ONG Fundação Biodiversitas, a alta importância ecológica da região se justifica por apresentar fragmentos de Mata Semidecidual, Ombrófila Densa e Campos Montanos com alta riqueza de espécies endêmicas ou ameaçadas de extinção como, por exemplo, o muriqui, também conhecido como mono-carvoeiro (*Brachyteles arachnoides*), maior primata das Américas e a onça-pintada (*Panthera onça*), terceiro maior felino do mundo e primeiro das Américas (MOREIRA, L. S.; RIBEIRO; MENDES, 2003).

O município de Divino tem em seu território duas Áreas de Proteção Ambiental Municipal (APAM) (APAM Árvore Bonita e APAM Bom Jesus) e faz contato com o PESB na porção oeste. Em pesquisas na APA Árvore Bonita encontraram-se espécies consideradas em extinção, como a *Myrcia cymosa*, planta arbustiva da família das Myrtaceae que ficou desaparecida por mais de cem anos. Esta APAM contém fragmentos de Mata Atlântica primária e secundária em ótimo estado de conservação. A APAM Bom Jesus fica na zona de amortecimento do PESB. Calculando a área das duas APA, contabiliza-se cerca de 12.000 hectares de áreas protegidas. Porém, os moradores das comunidades incluídas dentro dessas APAM, muitas vezes, nem sabem do que se trata uma UC, quais as restrições de uso da terra, de uso da biodiversidade e quais são os benefícios sociais e ambientais delas. Resultado disso é a fragmentação das florestas e a predominância de pastos com capim-gordura e braquiária, manchas de sapé, matas secundárias, capoeiras nos topos das elevações, áreas com monocultivos e policultivos (DIVINO, [c201-]).

Nos municípios localizados entre o PESB e o PARNA Caparaó, inclusive o de Divino, há um movimento de diálogo entre diversas organizações da sociedade civil, instituições públicas e privadas que intencionam criar um corredor ecológico entre estas unidades de conservação. Assim, o relevo que se configura como o divisor de águas das bacias hidrográficas dos rios Paraíba do Sul, Doce e Itabapoana é um local estratégico de aplicação de ações conservacionistas. Propusemos um delineamento deste corredor ecológico em um artigo ainda não publicado denominado “Mosaico de áreas protegidas como subsidio estratégico para a preservação da sociobiodiversidade”, propondo a criação deste corredor

através de um mosaico de UC (APA, Parque Nacional, Parque Estadual e Áreas de Preservação Permanente) com manejo agroflorestal. Isto poderia ser uma forma de integrar a sustentabilidade das comunidades camponesas da região à conservação da natureza.

Partimos de um enfoque geral para chegarmos ao objeto empírico da presente pesquisa: a comunidade *São Pedro de Cima*.

3.4 A COMUNIDADE CAMPESINA REMANESCENTE DE QUILOMBO DA ZONA DA MATA MINEIRA: *SÃO PEDRO DE CIMA*

Neste item procuramos nos aproximar do território da comunidade *São Pedro de Cima*, entendendo que o mesmo é o resultado de relações entre uma grande diversidade de sujeitos, cada um com diferentes estratégias territoriais de apropriação material e simbólica deste espaço geográfico.

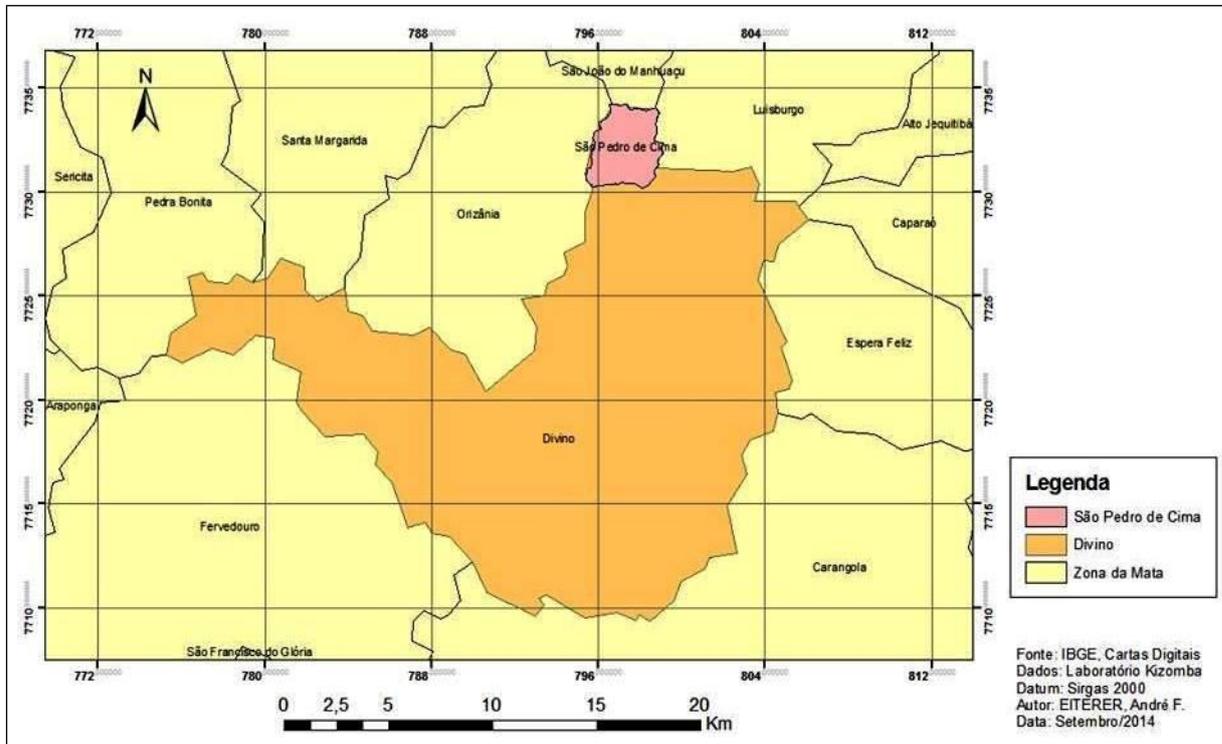
Intentamos propiciar uma rápida contextualização da história e da ocupação deste território e seus sujeitos, pontuando questões fundiárias e agrícolas de uma comunidade camponesa remanescente de quilombo da Zona da Mata Mineira contemporânea.

A partir deste ponto teceremos algumas aproximações entre dados coletados e reproduzidos em forma de artigos, monografias e dissertações de mestrado por pesquisadores do NEA Ewè e dados levantados pelo autor em diversos trabalhos de campo no período compreendido entre os anos 2012 e 2015.

3.4.1 História da comunidade *São Pedro de Cima*: reconstrução da origem comum

A comunidade *São Pedro de Cima* está localizada na porção setentrional do município de Divino (Mapa 6). O território da comunidade faz limite com os municípios de Luisburgo ao leste, São João do Manhuaçu ao norte e Orizânia a oeste.

Mapa 6 – Localização da comunidade *São Pedro de Cima* no município de Divino



Fonte: Eiterer e outros (2014)

A história da origem da comunidade que trazemos aqui é baseada nos relatos perpassados pelos mais velhos aos mais novos através da oralidade e reproduzidos pelos próprios moradores no contato entre os pesquisadores da UFJF e os moradores da comunidade. Estes pesquisadores produziram relatos etnográficos e árvores genealógicas das famílias, podendo-se com isso compreender e elucidar melhor as estruturas de parentesco e as dinâmicas territoriais. Porém, por se tratar de uma história oral, ressalva-se aqui que os marcos históricos não têm datas temporais muito precisas (CARNEIRO; DANTAS, 2011).

Segundo relatos dos moradores, a comunidade originou-se a partir da chegada de um núcleo familiar negro em meados do século XIX, evidenciando a característica identitária de comunidades quilombolas, ou seja, um *mito de origem* comum (ITABORAHY et al., 2014): os irmãos *Pedro*, *Raimundo* e *Joaquim Malaquias*. Nos relatos é destacado o nome de *Pedro Malaquias*, considerado fundador da comunidade. Conta-se nos relatos que *Pedro* negociou, em circunstâncias ainda não muito claras, a ocupação da terra com o dono anterior, o fazendeiro José Lourenço. *Pedro* escolheu o local devido à grande quantidade de *Pau-Cruz*, espécie de samambaia que parece uma cruz. Junto a ele vieram os dois irmãos Raimundo e Joaquim e suas respectivas esposas. Os filhos que nasceram destes casamentos constituíram a

primeira geração de jovens da comunidade. A segunda família a chegar, embora não se sabe muito bem quando, foi a família dos *Pereiras*. A partir do estabelecimento destas duas famílias no local é que começa a comunidade *São Pedro de Cima* (DANTAS, 2011).

Em alguns relatos ainda ouvimos a afirmação de que as terras foram negociadas, não se sabe muito bem com quem, por um ex-escravo chamado *Tomás Malaquias*, o *Malaquias Velho*, que seria o pai de *Pedro*, *Raimundo* e *Joaquim Malaquias*.

Segundo nos relatou o agricultor *Paulão* e sua esposa *Ivanete*, a terra foi dividida entre duas famílias, a do *Pedro Malaquias* e a do *Manoel Lourenço*.

O Lourenço ficou lá embaixo porque era evangélico e o outro veio pra cá porque falou que tinha muito pau-de-cruz. Hoje acabou muito, mas antigamente o que mais tinha era samambaia. Samambaia é o pau-de-cruz. Os Lourenço ficaram no dito Santa Cruz. Antigamente era tudo de um dono só, mas foi dividindo. Chegaram umas famílias como os Horácio e foram misturando com os Malaquias. Acaba que é tudo família. Foi passando a herança de um pra outro e foi rendendo a família. Igual fez entre Divino e Orizânia. Orizânia pertencia a Divino, mas como a população foi crescendo virou uma outra cidade. Mas comunidade quilombola é só a de Cima. Em São Pedro de Baixo não tem ninguém negro.

Outra versão é que a origem da comunidade se deve a escravos fugitivos que se estabeleceram no local para se esconderem, aproveitando a localização afastada de fazendas e vilarejos e a dificuldade de acesso propiciada pelo relevo movimentado, situação que forneceu proteção e abrigo aos negros que deram origem às ramificações familiares dos *Malaquias* e *Pereiras* (BERNARDINO; CARNEIRO, 2013).

Em um artigo publicado pelos primeiros pesquisadores da UFJF na comunidade, encontramos referência a *Pedro Malaquias* como um ex-escravo que ocupou uma localidade atualmente conhecida como *São Pedro de Baixo*, que fica à jusante da atual *São Pedro de Cima*. Segundo os dados do artigo, uma articulação entre fazendeiros interessados na terra ocupada obrigou os primeiros moradores a se deslocarem para as cabeceiras do córrego São Pedro, ficando conhecida na região como comunidade *São Pedro dos Crioulos* devido à quantidade de famílias negras com tradições, costumes e religiosidades (LEOPOLDO; MORAIS, 2009). A diferença entre *São Pedro dos Crioulos* e *São Pedro de Baixo* acabou se configurando em uma diferença étnica, sendo a primeira constituída, na época, de famílias negras e a segunda de famílias não negras (DANTAS, 2011).

Apesar das diferentes informações, é consenso que os *Malaquias* e os *Pereiras* foram os primeiros moradores da localidade e que a toponímia local se deve ao nome do seu

fundador e por ele ser devoto do apóstolo e santo católico Pedro (DANTAS, 2011). Itaborahy (2014) nos lembra de que esta referência prenuncia a força de um “*catolicismo popular* (BRANDÃO, 1981) dos moradores originais da comunidade.

Nessa época não existiam estradas, por isso o deslocamento era feito a pé por trilhas. Também não existiam médicos, ficando a saúde e o tratamento de doenças por conta de raizeiros e benzedeiros que receitavam uma miríade de remédios à base de plantas locais. Seus moradores sobreviveram através da “agricultura de subsistência, caça, pesca e coleta de gêneros alimentícios, de ervas e de raízes medicinais, de lenha e de materiais de construção de residências” (CARNEIRO, [2008?], p. 8)⁴.

Inicialmente, os moradores praticavam uma pequena agricultura de subsistência e criação de pequenos animais dentro das terras da comunidade, porém, dependiam mais do trabalho nas lavouras de café das fazendas vizinhas em situações muito próximas à escravidão, com longas jornadas de trabalho, *de sol a sol*. Segundo relatos do *Seu Antônio*, senhor de 98 anos, seu pai saía de casa às 4h da manhã e voltava 9h da noite, trabalhava a semana toda e recebia no sábado. Não recebia dinheiro ou recebia pequenas quantidades, sendo a distribuição dos itens calculada com base no tamanho da família do trabalhador. Até o remédio era pego na farmácia e anotado na conta do fazendeiro que pagava posteriormente. Alguns deles chegaram a morar e constituir famílias nas fazendas antes de se mudarem para a comunidade, outros trabalhadores percorriam diariamente longas distâncias entre suas moradas e as fazendas (ITABORAHY, 2014). Era a época do auge do poder dos *coronéis*, que como nos lembra Itaborahy (2014), exploravam a mão de obra através de uma “estrutura de poder perversa, herdada do modelo colonial, escravista, elitista” (p. 89). Como necessitavam de ter a mão de obra por perto, os fazendeiros doavam terras para os camponeses e faziam falsas promessas de doações para quem trabalhasse com eles. Por outro lado, no processo de expansão de terras agricultáveis para o café, estes fazendeiros ocupavam as terras da comunidade por meio de ações violentas e grilagem (CARNEIRO; DANTAS, 2011).

Apesar das dificuldades da época, foi um período de intensa convivência entre os moradores da comunidade, que se manteve através das relações de solidariedade e reciprocidade, dos mutirões, dos *troca-dias* e trocas de itens de sobrevivência, das festas e dos ritos religiosos, relações estas que possibilitaram a “reprodução de um modo de vida social e cultural orientada pelos próprios moradores” (CARNEIRO; ITABORAHY, 2015b, p. 287).

⁴ Disponível em: <<http://www.ufjf.br/nugea/files/2010/09/sao.pdf>>.

Segundo os moradores locais, os primórdios da comunidade foram tempos difíceis, porém, o povo era mais unido e alegre. Segundo o relato do agricultor *Paulão*, “os antigos resistiam na alegria e na cantoria, inclusive durante o trabalho na roça” (ITABORAHY, 2014). Se amparavam também na religiosidade típica do catolicismo popular, por exemplo, na execução de ritos como a folia de reis, folia de São Sebastião, charola, encomendação das almas, vendação das almas (CARNEIRO, L. O., [2008?]) e nas festas, que eram relacionadas ao calendário religioso, como as festas da fogueira de São João, Santo Antônio e São Pedro (ITABORAHY, 2014).

3.4.2 A chegada das primeiras famílias não negras e a formação dos núcleos e das territorialidades familiares

A partir da década de 1960, transformações territoriais ocorreram com a chegada de famílias não negras também camponesas, oriundas de localidades próximas, e do apossamento e grilagem de fazendeiros interessados nas férteis terras da comunidade que têm a altitude apropriada para o plantio de café (entre 800 e 1200 metros de altitude) (FERRARI, 2010). A forma com que estes novos sujeitos adquiriram estas terras foram múltiplas, algumas através de troca por itens básicos de sobrevivência como toucinho, fumo, outros relatos dizem que se trocava por um burro e através de atos, muitas vezes, violentos (CARNEIRO, L. O., ITABORAHY, 2015a). Agricultores de *São Pedro de Cima* relataram que o fazendeiro chegava com um burro para trocar pela terra. Normalmente, era sinal para que a família pegasse tudo o que tivesse e fosse embora, se assim não fizessem seriam expulsos da terra ou até mortos.

Acredita-se que a nova configuração territorial também se expressou no surgimento de novos protagonistas religiosos, o que indica uma mudança nas esferas de poder na comunidade (CARNEIRO, L. O., [2008?]). Até a década de 1960 não existiam igrejas e visitas de padres católicos, a não ser através de um pedido feito por algum grande proprietário de terras em alguma ocasião especial, apenas os rituais de calendário como a folia-de-reis e a encomendação das almas. Em 1960 os moradores da comunidade construíram a primeira igreja católica, utilizando-se de materiais disponíveis no lugar e com as mesmas técnicas construtivas utilizadas para a construção das casas: “paredes de pau-a-pique, telhado de madeira, piso de terra batida lustrada com estrume de boi, mobiliário simples de madeira”

(CARNEIRO, L. O., [2008?], p. 11). Mas foi em 1970, já com a presença de novos moradores, que construíram uma igreja de alvenaria, o que “significou uma maior presença e controle da igreja católica na religiosidade local” (CARNEIRO, L. O., [2008?], p. 11) e o marco de uma rígida mudança moral dos moradores. Outro acontecimento que podemos destacar é a construção de uma igreja evangélica pentecostal na década de 1980, fato que também causou uma mudança na religiosidade local. O que se observa é o abandono das antigas manifestações, ritos e festividades das famílias negras mais antigas e o aumento da liderança religiosa das famílias não negras. Não só, e mostrando como as relações socioculturais se territorializam, as famílias não negras acabam por se tornarem os “novos” porta-vozes políticos, religiosos e econômicos do local” (CARNEIRO, L. O., [2008?], p.10).

Apesar da existência de conflitos gerados por disputa de terras, observa-se que a miscigenação, as relações compadrio, o trabalho coletivo e respeito mútuo entre as famílias remetem a um sentido de comunidade que envolve a todos, embora ainda existam preconceitos raciais e um controle hegemônico do território pelas famílias não negras. Com o tempo, a alcunha *São Pedro dos Crioulos* começa a ser rechaçada tanto pelos antigos moradores como pelos novos, substituindo-a definitivamente por *São Pedro de Cima*, conforme é até hoje (ITABORAHY, 2014).

Além dos fatos relatados acima, outros acontecimentos trouxeram mudanças radicais na dinâmica originária da comunidade, nas condições ambientais e transformações da estrutura produtiva. Trataremos sucintamente este assunto no próximo item do trabalho.

3.4.3 Marcos da modernização da estrutura produtiva: transformação da configuração territorial e da paisagem local

L. O. Carneiro ([2008?]) aponta três marcos históricos principais que transformaram a configuração territorial de *São Pedro de Cima*: 1) a construção da Rodovia BR 116 em 1950, que passa a 6 km da comunidade; 2) a implementação de um mineroduto da Samarco na década de 1970, que corta transversalmente as cabeceiras do córrego São Pedro, e uma estrada para manutenção da tubulação, que interligou a comunidade à cidade de Divino e; 3) políticas nacionais do governo Figueiredo de fomento à produção do café em pequenas propriedades, a partir dos anos 1980.

A construção da BR-116, com certeza facilitou a ocupação da região onde se insere *São Pedro de Cima*. Porém, o impacto da construção do mineroduto da Samarco, o primeiro mineroduto a ser construído no Brasil, provavelmente teve maior poder de transformação da paisagem. Este mineroduto, implantado em 1977, percorre 396 km de Mariana, Minas Gerais, à Anchieta no Espírito Santo, cortando vários municípios mineiros e capixabas. Segundo dados da empresa Samarco (2008), o objetivo do mineroduto é o transporte de minério de ferro com destino ao Terminal Portuário de Ubu, onde é embarcado e exportado. Os impactos ambientais decorrentes da construção e manejo do mineroduto causaram um processo de assoreamento que, segundo os moradores da comunidade, junto com uma crescente diminuição da vazão das águas, secou a várzea úmida que era utilizada para a agricultura de arroz, para a prática da pesca e da colheita de taboa para confecção de esteiras e colchões (CARNEIRO, L. O., [2008?]). O arroz de várzea era plantado em sistema de “meia”, cultivado nas terras do dono da terra e com seu produto dividido entre quem ajudou no manejo da cultura (ITABORAHY, 2014). Algumas reclamações dos moradores, escutadas por nós, é quanto às baixas indenizações pagas aos proprietários que tiveram que ceder terras para a construção do mineroduto, ao não pagamento de indenização aos moradores que foram atingidos indiretamente, entre outros conflitos.

Porém, apesar dos impactos sociais, econômicos e ambientais da construção, manejo e duplicações do mineroduto, alguns moradores de São Pedro identificam alguns pontos positivos da presença da Samarco na comunidade. Em parceria com o Conselho Comunitário, a empresa viabiliza obras como a construção do Posto de Saúde, oferece pacotes tecnológicos agrícolas, maquinário (trator), faz exames de solos das propriedades, oferece cursos de melhoria do café e técnicos agrícolas para o acompanhamento da aplicação dos pacotes tecnológicos, oferecem pequenos cursos e treinamentos. A comunidade tem uma visão positiva do papel da empresa.

A BR 116 e as estradas construídas para o manejo do mineroduto interligaram a comunidade à lógica de modernização agrícola governamental da época e foram fortes vetores de introdução do pacote tecnológico da Revolução Verde na ZMM. Com a política de crédito do governo Figueiredo na década de 1980, os moradores de *São Pedro* foram adquirindo a posse de terras e uma crescente autonomia produtiva e econômica ao cultivarem café em suas terras. O café foi um vetor de prosperidade material e simbólica e, segundo alguns moradores apontam para tempos de maior fartura, liberdade, prosperidade e progresso (ITABORAHY, 2014). Porém, a mudança do uso da terra evidentemente mudou a paisagem e trouxe consequências ambientais e socioeconômicas, como poluição das águas e do solo, acentuação

de processos erosivos, perda da biodiversidade, aumento das queimadas, desmatamento e fragmentação de florestas, intoxicação dos agricultores por agrotóxicos, dependência das sementes e dos insumos da agricultura industrial, aumento dos fluxos emigratórios, venda de terras, entre outros.

O café deixou os moradores de *São Pedro* independentes dos grandes fazendeiros, porém, esta dependência foi deslocada para o sistema econômico urbano-industrial. Como exemplo disso, em Divino, cada comprador de café tem seus próprios técnicos que examinam e qualificam a qualidade dos grãos (café de bebida mole, dura e rio), verificam o preço determinado pela bolsa de valores de Nova York - o café é uma *commodity* - e determinam o preço da saca. Isso faz com que os produtores fiquem à mercê da oscilação dos preços determinados pela economia global e pelos compradores que dominam hegemonicamente a comercialização do café. Além disso, com o mercado regional voltado exclusivamente para o café há uma clara relação entre um mercado pouco diverso e, conseqüentemente, uma produção agrícola também pouco diversa. Muitas vezes, os mesmos compradores de café são os vendedores de ferramentas, sementes e insumos agrícolas, representantes de empresas de agroquímicos e agentes de disseminação do pacote tecnológico da Revolução Verde, evidenciando um mercado e um sistema produtivo altamente oligopolizado por poucas empresas.

Escutamos o relato de um morador de *São Pedro* que levou o mesmo café em diferentes compradores e cada provador deu um veredicto diferente, causando no referido agricultor um sentimento de estar sendo enganado. O café deu autonomia produtiva aos outrora trabalhadores dependentes das grandes fazendas, porém, deixou-os dependentes de um mercado instável que não garante a longevidade da sustentabilidade econômica do produtor.

Outro problema relacionado ao processo de modernização da agricultura que transformou a paisagem de *São Pedro de Cima* e que causou uma ilusão da facilidade de retorno econômico, foi a introdução das monoculturas do gênero *Eucalyptos* a partir dos anos 2000 que, segundo Dantas (2011) e Bernardino e Carneiro (2013), representam uma ameaça à sustentabilidade dos moradores da comunidade e é vetor de problemas ambientais. Desde o começo da nossa presença na comunidade, acompanhamos o alastramento da monocultura do eucalipto e as reclamações dos moradores quanto às conseqüências: mudança da paisagem, substituição de lavouras policulturais por matas de eucalipto reduzindo a contratação da mão de obra, uso do eucalipto como fator de dominação espacial sobre terras em litígio de fronteira, causando um *imprensamento* (FERREIRA, 2009) e isolamento territorial de

famílias e seus agroecossistemas, impactos sobre nascentes e margens de córregos com consequente redução da vazão, aumento da degradação do solo, dos processos erosivos e sedimentares, redução da biodiversidade, entre outros.

Porém, observamos que as maiores matas de eucalipto que trouxeram os referidos impactos, estão localizadas na periferia geográfica da comunidade, são cultivadas em terras de forasteiros ou de pessoas que não moram mais na localidade e não tem muito contato com as famílias do lugar, sendo a venda destes destinada para atravessadores. Os agricultores da comunidade, por outro lado, plantam eucaliptos em pequenas matas, muitas vezes consorciados com plantas nativas ou espontâneas, com a finalidade de uso nas propriedades familiares, como para a construção de residências, moirão de cercas, lenha, como item de troca e de pequenas vendas nas relações econômicas intracomunitárias (BERNARDINO; CARNEIRO, 2013; DANTAS, 2011; ITABORAHY, 2014). É um evidente contraste entre sujeitos que usam o território como abrigo e outros que o usam como mercadoria, com territorialidades, visões de mundo, relações de poder e formas de apropriação da natureza diferentes (SILVA, C. E. M., 2007).

Através destes processos começamos a entender melhor o arranjo territorial de *São Pedro de Cima*. Neste contato, observamos a singularidade deste território que é constituído por diferentes sujeitos com diferentes estratégias territoriais. No próximo item buscaremos entender as relações intracomunitárias da comunidade e como isto se evidencia no espaço geográfico deste território camponês remanescente de quilombo.

3.4.4 Territorialidades intracomunitárias

Através de nossas observações de campo e da leitura, principalmente, dos trabalhos de L. O. Carneiro ([2008?]), Dantas (2011), Gouvêa Filho (2013) e Itaborahy (2014) nos aprofundamos nas territorialidades intracomunitárias de *São Pedro de Cima*.

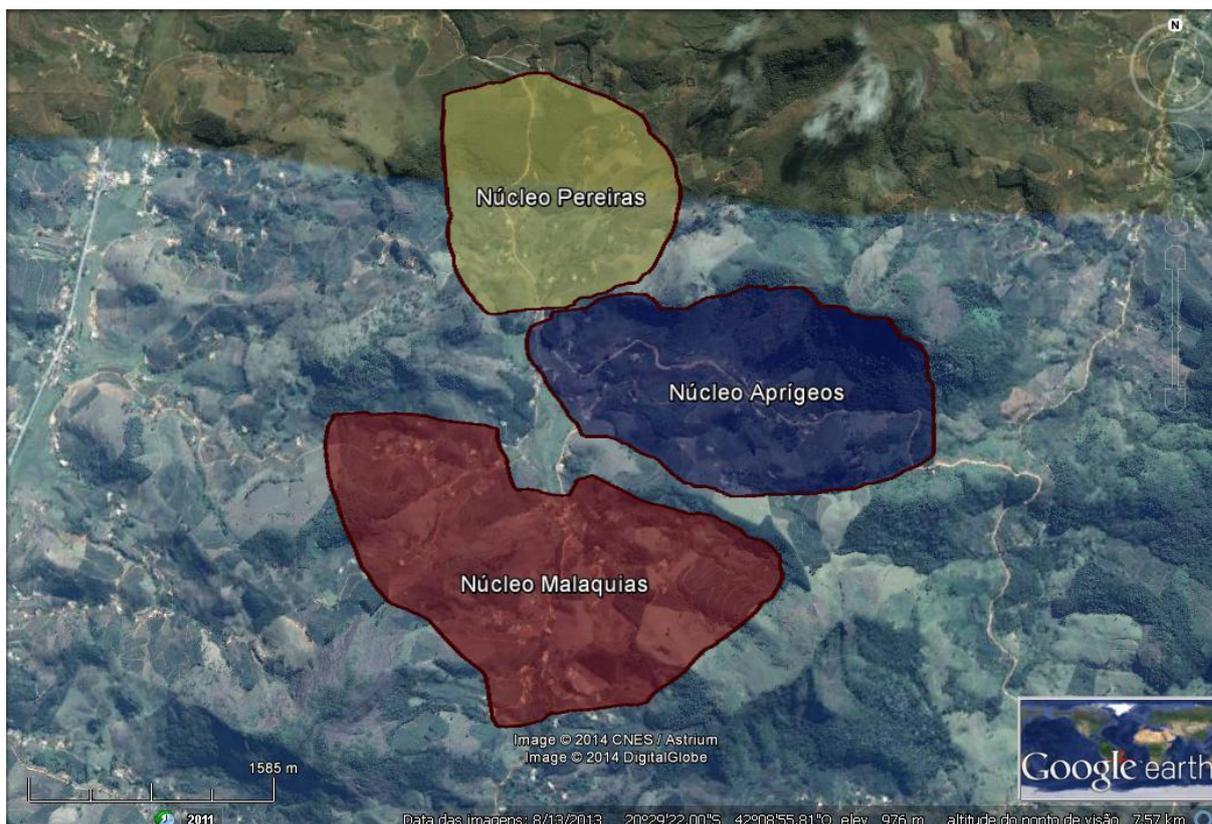
Um fato observado em toda a comunidade é a configuração espacial das moradias. As residências estão localizadas em grotas e fundos de vale, devido à necessidade de proximidade com os corpos d'água, estratégia necessária para a manutenção da vida nas casas e nas lavouras, antigamente não existiam encanamentos hidráulicos como hoje em dia. Os núcleos familiares seguiram esta lógica de proximidade, e a estrutura espacial da comunidade nos faz lembrar das diversas configurações de organização espacial das comunidades

quilombolas brasileiras (ANJOS, 2007). Em algumas casas ainda se encontram pias alocadas no terreiro com água corrente desviada de algum córrego da proximidade.

A espacialização dos subsistemas produtivos dos agroecossistemas da comunidade é algo que também atraiu nossa atenção, como a localização da casa em relação ao quintal, à horta, ao criatório de animais, à lavoura que, aliás, muitas vezes não é um terreno contíguo ao quintal da casa. Observou-se que isso se deve às lavouras serem de propriedade coletiva do núcleo familiar, terra de uso comum ou herança de vários parentes. Ocorrem, também, relações de compra e venda de terras ou de “cotas” entre parentes destas propriedades, entre os que ainda residem na comunidade e os que migraram para outras localidades. Os fatores que causam estas migrações estão a procura por melhores condições de trabalho, a escassez de terra produtiva com o crescimento das famílias e a fragmentação das terras por hereditariedade.

Observa-se uma estreita conexão entre os territórios familiares através das relações intrafamiliares, laços de parentesco e de vizinhança, coletivização do trabalho nas lavouras, aproveitamento coletivo do lugar, de recursos e de serviços: “tudo é dialogado e percebido criticamente pelas famílias” (ITABORAHY, 2014, p. 106). Estes núcleos são interconectados por um sistema de estradas e trilhas e não se veem muitas cercas entre as propriedades. Percebe-se assim uma estrutura espacial familiar muito bem definida no território, em que cada núcleo familiar ocupou e expandiu seus domínios, mantendo a proximidade espacial das residências. Resultado da interação das territorialidades exercidas pelos diversos sujeitos do lugar, a distribuição dos núcleos familiares no espaço geográfico de *São Pedro* se configura da seguinte forma: os *Malaquias* ocupam o extremo sul, os *Aprígeo* a área central e os *Pereiras* o extremo norte da comunidade (DANTAS, 2011; ITABORAHY, 2014) (Figura 1).

Figura 1 – Núcleos familiares principais da comunidade São Pedro de Cima



Fonte: Itaborahy (2014)

Concordamos com Itaborahy (2014) que só compreenderemos este território se analisarmos a sociabilidade comunitária entre todas as famílias do lugar e a expressão destas relações grafadas na paisagem. Olhar para a territorialidade comunitária é um exercício complexo e requer compreender os laços que dão um sentido de coletividade, “os ‘nós’ que dão unidade à diversidade” (ITABORAHY, 2014, p. 108). Estes laços são mantidos através das relações de trabalho e as relações de parentesco, baseado no modo de vida camponês, compartilhado e reproduzido em áreas de encontro ou de uso comum, como na escola, no posto de saúde, nas igrejas, no campo de futebol, nos mutirões nas propriedades, nos bares, nos caminhos comuns (ITABORAHY, 2014).

Na observação da relação entre as famílias, é difícil entender a totalidade da rede de “*compadres*” e “*comadres*”, quem é e quem não é parente, pois quase todos se chamam por esta denominação, além dos constantes pedidos de “*bença*” dos mais novos aos mais velhos, evidenciando um respeito pelos mais velhos generalizado na relação intracomunitária.

As festas e casamentos são bons exemplos de manifestação da identidade comunitária, momentos em que seus moradores se reúnem em grande número para organizar as festas em sistema de mutirão. Nelas se presencia o encontro de todos os núcleos familiares, inclusive pessoas que não moram mais em *São Pedro de Cima* (CARNEIRO, L. O., [2008?]).

Ao analisarmos o território comunitário, porém, surgiram algumas questões conflituosas que põe em xeque o sentido de coletividade entre todas as famílias. Uma destas questões é a discussão sobre a comunidade como remanescente de quilombo, que traz uma revalorização das famílias e cultura negras e um processo de identidade étnica referenciado no território, o que resulta na formação de relações de *outridade*. Esta relação acaba diferenciando as famílias negras das não negras. Este processo é delicado, pois resgata antigos conflitos e problemas de terra, além dos antigos ressentimentos dos maus tratos desde a escravidão. Separei um item deste capítulo para elucidar mais a fundo o processo de identificação quilombola que resultou no pedido de auto-atribuição como remanescentes de quilombo por parte de algumas famílias negras do lugar.

3.4.5 Da autoatribuição quilombola e do processo de titulação territorial em *São Pedro de Cima*

O início do processo de reconhecimento da comunidade *São Pedro de Cima* como um remanescente de quilombo se deve à presença das professoras *Dalgisa* e *Cida*, que lecionavam na Escola Municipal Lia Marta de Oliveira durante a década de 2000. Estas professoras estavam envolvidas com os movimentos sociais de luta pelos direitos e pela cidadania do povo negro e participavam do processo de fortalecimento do movimento negro da cidade de Divino. Estas professoras perceberam que o alto índice de reprovação, a baixa autoestima, as atitudes de introjeção do racismo e submissão às famílias não negras, refletiam a situação social das famílias negras de *São Pedro de Cima* (GOUVÊA FILHO, 2013).

Segundo a agricultora *Ivanete*, moradora da comunidade, além da *Dalgisa* e da *Cida*, uma senhora chamada *Ione* ajudou no início do trabalho com as famílias negras. *Ivanete* explica como se deu o embrião do movimento negro local.

Quem começou foi a Dalgisa e a Cida junto com nós. Com uma reunião na escola com só quatro pessoas. Dalgisa é uma professora que tem lá em Divino e a Cida também. A história começou assim: a Dalgisa era criança e morava em Carangola. E ela ouvia as histórias de São Pedro. Que aqui, um tempo atrás, as famílias negras não eram muito reconhecidas, não. Aí ela disse que tinha um sonho de um dia estudar e vir conhecer a comunidade. Estudou e virou professora, aí foi convidada a ser a diretora dessa escola aqui e aí que ela foi descobrindo que na sala de aula tinha uma diferença muito grande entre os brancos e os negros. Ela pensou que tinha que ajudar a mudar esse quadro. E como mudar isso? Os negros ficavam mais de lado. E pode ter maioria clara agora, mas a descendência é dos negros. Notou que os claros chamavam mais atenção. E veio também aqui uma tal de Ione que parece que sofreu muito na infância por ser de uma família negra... Eles convidaram ela em Divino para trabalhar como assistente social e aprofundou nisso aí. Ela juntou com a Dalgisa e focaram nisso aqui em São Pedro. Aí criou esse movimento negro. Porque ela falou que o negro também tem seu direito e seu valor.

A primeira ação afirmativa referente a remanescentes de quilombo na comunidade foi a luta da professora *Cida* em fazer valer a Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003 (BRASIL, 2003a) na escola local. Esta Lei institui a obrigatoriedade do ensino da história africana e do negro no Brasil. Ela e mais alguns colegas de militância escreveram um projeto para trabalhar com as diretrizes da referida Lei e o executaram com o apoio da prefeitura municipal de Divino (GOUVÊA FILHO, 2013). Alguns resultados deste projeto foram a organização de um desfile da beleza negra da comunidade, a obtenção de um material didático voltado para a história e importância negra no Brasil, apresentações de capoeira, de *hip-hop*, palestras sobre direitos e políticas afirmativas, entre outras atividades de informação e conscientização.

Numa articulação entre as referidas professoras, a Secretaria de Assistência Social do Município de Divino e a EMATER, houve um trabalho de sensibilização da comunidade quanto ao processo de autoatribuição quilombola. A solicitação de autoatribuição foi expedida para a Fundação Cultural Palmares do Ministério da Cultura que reconheceu a comunidade no ano 2004 como *remanescente das comunidades quilombolas*, como consta no Livro de Cadastro Geral n. 006, Registro n. 656, fl. 166 (CARNEIRO, L. O., [2008?]) (Fotografia13).

Fotografia 13 – Placa da comunidade *São Pedro de Cima*



Fonte: Acervo NEA Ewè (2013)

O movimento negro foi ganhando força com a adesão de representantes de famílias negras de *São Pedro de Cima* e outros sujeitos de diversas localidades do município à militância e protagonismo político da questão negra (GOUVÊA FILHO, 2013).

Fruto da articulação entre os protagonistas do movimento, a comunidade *São Pedro de Cima* sediou, em março de 2006, o 1º Encontro de Negros “AVURA” que teve como tema de debate “Negritude: orgulho e tradição”. Em 2007, organizado pelo mesmo grupo de militantes, aconteceu o “2º Encontro de Negros do AVURA” na cidade de Divino. No fim do segundo evento se constituiu o Movimento Cultural Negro de Divino AVURA (GOUVÊA FILHO, 2013).

Segundo o agricultor *Paulão*, morador da comunidade, *AVURA quer dizer alegria em língua africana. É o movimento negro de Divino. A Dalgisa é a presidente e eu sou o vice-presidente. O movimento surgiu da união do povo negro de Divino e nós de São Pedro de Cima.*

Os moradores de *São Pedro de Cima* reconhecem que o segundo momento de fortalecimento da questão negra dentro da comunidade acontece com a aproximação dos pesquisadores e extensionistas da UFJF na comunidade. Esta aproximação começou com trabalhos de campo da disciplina Geografia Agrária e evoluiu para projetos de pesquisa e

extensão rural. O primeiro projeto foi orientado pela professora Maria Lucia Pires Menezes e foi nomeado “*ECOMUSEU da comunidade quilombola de São Pedro de Cima*”⁵ (MENEZES, 2008). Este primeiro projeto objetivava reconhecer as bases para uma educação ambiental e patrimonial na comunidade, além de buscar formas de interação entre a Universidade e os moradores de *São Pedro de Cima*. Visitas às famílias, entrevistas, filmagens, produção de diversos artigos, uma cartilha chamada “*São Pedro de Cima: o nosso lugar*” (MENEZES et al., 2010) e o “*Atlas Geográfico e Cultural da Comunidade São Pedro de Cima*” (MENEZES et al., 2011). Todos estes trabalhos tinham por finalidade valorizar a identidade étnica quilombola e o sentido de comunidade para os moradores de *São Pedro de Cima*.

Além do projeto “ECOMUSEU”, como um desdobramento dos trabalhos, tivemos outro projeto aprovado “Da Diversidade Cultural à Diversidade Produtiva: a Construção dos Saberes Necessários para a Transição Agroecológica” (Edital 058/2012 – CNPq/MDA). Este projeto foi escrito por pesquisadores da UFJF com a orientação do professor Leonardo de Oliveira Carneiro, o que nos permitiu buscar sinergias entre a questão quilombola e a transição agroecológica da comunidade.

Este contato entre a comunidade e os pesquisadores-extensionistas da UFJF rendeu frutos maiores ainda: escrevemos mais projetos extrapolando os limites locais para uma abrangência regional do trabalho com quilombos e com a transição agroecológica. Os projetos foram: o “*ECOMUSEU das Comunidades Quilombolas da Zona da Mata mineira: entre Saberes e Sabores*”⁶ que contemplou 4 comunidades quilombolas (São Sebastião, *São Pedro de Cima*, Botafogo e Colônia do Paiol) e 4 grupos de Jongo/Caxambú (Bias Fortes, Carangola, Patrocínio do Muriaé e Recreio). O projeto previu encontros regionais chamados de *Kizomba* (*kizomba* significa “ *festa*” ou “ *encontro festivo*”) e teve a proposta de criar um *ECOMUSEU* multiterritorial e multidisciplinar para promover a articulação, patrimonialização e ações de salvaguarda das comunidades quilombolas da ZMM e sua cultura; o outro é o projeto “*Da Diversidade Cultural à Diversidade Produtiva: Construindo Saberes Necessários à Transição Agroecológica*” que abrange ações em quatro comunidades quilombolas (Botafogo, *São Pedro de Cima*, São Sebastião da Boa Vista e São Bento), no assentamento do MST Dênis Gonçalves e na Associação dos Córregos Unidos e Distrito de Brajaubinha, uma associação de pequenos agricultores de Governador Valadares.

⁵ Projeto de Extensão Da Universidade Federal de Juiz de Fora, desenvolvido em 2009, 2010 e 2012.

⁶ Projeto de Extensão da Universidade Federal de Juiz de Fora desenvolvido em 2013 e 2014.

O primeiro *Kizomba Namata* reuniu oito comunidades quilombolas da ZMM e uma do Estado do Rio de Janeiro, possibilitando o encontro de diversos sujeitos quilombolas com suas associações e múltiplas estratégias de resistência cultural e territorial. A participação de moradores de *São Pedro de Cima* nestes eventos fortaleceu a todos, a comunidade, o movimento quilombola regional e os projetos da UFJF. Nos encontros pudemos perceber características comuns entre as comunidades envolvidas, principalmente no que tange às manifestações religiosas e culturais, o sistema de organização familiar e comunitário, além dos problemas socioambientais e socioespaciais. São comunidades camponesas que tem uma produção agrícola voltada para a subsistência e com comercialização dos excedentes, porém, não diferente do quadro ambiental e socioeconômico da ZMM, vivem em contextos de degradação ambiental e social, com fortes processos de êxodo rural.

Segundo L. O. Carneiro ([2008?]), a força da articulação entre comunidades quilombolas e outras promovida nos *Kizombas* evidenciaram um processo de “requilombamento” das mesmas, ou seja, “estratégias políticas das comunidades negras rurais buscando os elos perdidos de suas origens ou os processos identitários coletivos para alcançarem a titulação de suas terras” (CARNEIRO, L. O., [2008?], p. 1). O grande número de pedidos de autoatribuição e de demarcação e titulação de terras quilombolas na ZMM são surpreendentes. Porém, percebe-se que o processo de autoatribuição e reconhecimento da Fundação Cultural Palmares não é tão difícil, mas sim os outros passos que levam à demarcação e titulação das terras. São processos complexos, lentos e conflituosos.

No Brasil, de modo geral, há uma morosidade absurda na condução destes processos. São cerca de 1.200 que estão parados no Incra, aguardando a publicação dos Relatórios Técnicos de Identificação Territorial (RTID), a etapa inicial para a titulação das terras. Isso fez com que o Ministério Público Federal (MPF) começasse a demandar a conclusão das titulações na Justiça.

Foi o que aconteceu em *São Pedro de Cima*: o MPF instaurou em 2013 um Inquérito Civil recomendando que o Incra desse início ao processo de demarcação e titulação das terras da comunidade. O Incra-MG organizou uma reunião no dia 19 de abril de 2013 na comunidade. Nela compareceram cerca de 30 moradores, o professor Leonardo Carneiro e alguns bolsistas dos projetos da UFJF. A velocidade com que o Incra marcou esta reunião foi surpreendente, devido ao quadro de morosidade dos processos de e os desdobramentos que vieram em seguida.

Na reunião, a superintendente regional do Incra, Luci Rodrigues explicou que a competência da titulação de terras era responsabilidade do Incra e que o processo deveria ser

autorizado pelos moradores da comunidade. A superintendente explicou todos os passos para se chegar à titulação territorial definitiva. Até aí tudo parecia correr bem, porém, quando se tocou no assunto da gestão e propriedade coletiva da terra, que esta seria inalienável, ou seja, não é permitida a comercialização ou passagem por herança das terras, e que poderiam ocorrer algumas expropriações de propriedades de famílias não negras da comunidade, os moradores de *São Pedro* começaram a manifestar receios, dúvida e medo frente ao processo.

Ao saírem da reunião e ao ouvirem relatos de que durante os 30 dias de prazo para a manifestação a favor ou contra a titulação não poderia haver nenhum processo administrativo e jurídico envolvendo assuntos da comunidade, os moradores presentes na reunião, principalmente os das famílias não negras, mobilizaram a comunidade contra o processo de demarcação. Fizeram abaixo assinados, anunciaram o assunto na igreja católica local, discutiram a possibilidade com suas respectivas famílias, enfim, assinaram contra a continuidade do processo de titulação.

Seis meses depois, o MPF agendou uma nova reunião, só que diferentemente da primeira que aconteceu na comunidade, esta aconteceu na cidade de Divino. A comunicação do MPF chegou à comunidade e, segundo o *Paulão*, *foi um alvoroço. O pessoal achou que o governo ia tirar a terra deles*. Resultado de toda a mobilização comunitária, as famílias não negras apareceram em peso com a presença de poucos representantes das famílias negras de *São Pedro de Cima*. Além deste quadro, os agricultores presentes na reunião afirmam que o técnico do MPF não foi educado e não soube explicar o processo. A agricultora *Ivanete* contou como ocorreu:

Aí veio o moço lá da Receita Federal pra fazer uma reunião em Divino. Mas em vez de chamar as famílias que estavam discutindo a coisa, chamou a comunidade inteira. Aí no meio de 10 brancos só foi 3 negros. Aí começaram a explicar, mas não ouviram a versão da comunidade. Quando o pessoal pegava a falar ele cortava. Mas é que não tem aqui uma família de lá que não conversa com as famílias de cá. Veio primeiro os Malaquias e os Pereiras, vieram os Souza e os Aprígeo, mas é tudo a mesma família. Então imagina um senhor que fez a vida toda aqui em São Pedro, tem mais de 60 anos, como vai ser mandado embora do próprio patrimônio? Como ele se sentiu nesse momento? Aí ele disse 'ô doutor, minha terra é parte da herança do meu pai e o resto tudo eu comprei com esses braços magros. Eu trabalhei, lutei e comprei'. Mas o homem falou que não existia isso não que ia ter que ser retirado mesmo e o povo voltou tudo enfezado. Aí falaram que a Dalgisa que era culpada disso, misturou o coitado do Leo no meio da bagunça, deu uma repercussão danada. Aí não voltou mais ninguém pra fazer reunião do Incra, não sei o que aconteceu.

Segundo o casal entrevistado, os sujeitos da comunidade contrários à demarcação são as famílias não negras e pessoas das famílias negras que trabalham para fazendeiros da cercania. *Paulão* completou nos evidenciando que uma dificuldade da mobilização a favor da questão quilombola é a fraca participação dos moradores de São Pedro em reuniões que tratam deste assunto:

O Leo me falou que o caso tá arquivado porque o pessoal deu a entender que não queria mesmo. Mas os que são contra são os que não participam de reunião, não sabe de nada. Porque o governo ia querer tirar terra dos outros se ta tentando comprar a terra pra dar pros outros que precisam? Aí o camarada que ta por fora chega lá e faz aquele alvoroço.

Perguntamos se acreditavam que *São Pedro de Cima* era remanescente de quilombo. *Ivanete* respondeu:

Quando fala que é branco, que é negro, é tudo quilombola aqui. Só não fala porque ninguém quer voltar aquele tempo em que era forçado a trabalhar pros outros. Tem uns negro daqui que acham que é bobiça. Foi um negro que falou 'onde é que já se viu tomar a terra dos outros? Vai morrer muita gente aqui'. É falta de conhecimento. Eu mesma quase não sou a favor da terra quilombola porque quero criar minhas filhas em paz. Eu tenho medo, a pouco tempo atrás morreu um agrimensur por causa de uma pirambeira que não dava pra plantar nada, mas o fazendeiro disse que a cerca era num lugar e outro morador falou que era em outro, pronto.

A partir da contextualização do território e dos relatos dos moradores da comunidade colhidos durante os trabalhos de campo da pesquisa, puderam-se observar alguns pontos do desenvolvimento da questão quilombola em *São Pedro de Cima*.

Autoatribuir-se como quilombola parece representar um resgate de todo um passado em que os negros eram escravizados e maltratados. É relembrar-se do tempo do cativeiro e todos os males e humilhações sofridos historicamente pelo povo negro, subjugado, oprimido e subalternizado pela mentalidade colonialista baseada na tríade monocultura, latifúndio e escravidão, reproduzida pelo “coronelismo” e por outros sujeitos até a contemporaneidade. Além disso, parece que a colonialidade ficou introjetada na mente da população que insiste em fazer a grande massa crer que as comunidades remanescentes de quilombo são classificadas apenas segundo o critério racial, ou seja, não reconhecem a sociobiodiversidade que envolve estas coletividades multiétnicas.

Apesar do grande avanço em relação às políticas públicas de reconhecimento de direitos territoriais desde a Constituição Federal de 1988, em especial a partir do governo do Partido dos Trabalhadores (PT), e a recente abertura de espaços de interlocução entre governo e comunidades quilombolas num sentido da construção participativa de novas políticas públicas mais adaptadas aos contextos específicos, parece haver ainda um descompasso muito grande entre os avanços obtidos e a aplicação real da salvaguarda territorial e cultural destas comunidades. Exemplo disto é a morosidade com que os territórios quilombolas brasileiros adquirem a sua titulação definitiva e as poucas titulações dos últimos anos.

A ordem de titulação do território da comunidade *São Pedro de Cima* expedida pelo MPF, por exemplo, pareceu, aos olhos dos moradores da comunidade, uma imposição verticalizada na qual as comunidades não negras seriam expulsas de suas terras, incontestemente das formas de organização e identidade locais. Talvez possa ter havido uma falha de comunicação em que os moradores da comunidade não tenham entendido como funciona o processo de titulação. O fato, porém, é que a reunião com o Incra foi encarada de forma negativa entre os moradores da comunidade.

Além disso, a falta de uma explicação coerente sobre o processo de titulação, especificidades e conceitos do que é uma comunidade quilombola na contemporaneidade causou um profundo estranhamento entre os moradores, resgatando antigos conflitos e cisões intra-comunitárias, que motivaram as famílias a se articularem contra o processo. É um claro quadro das verticalidades (expressão de forças exógenas ao lugar) entrando em choque com as horizontalidades (expressão das forças endógenas do lugar) (SANTOS, 1994). No caso, as horizontalidades comunitárias foram mais fortes e impediram a continuidade do processo de titulação.

Outro detalhe, observado também por Itaborahy (2014), é que a movimentação em prol da titulação do território representa um tipo de ruptura na estrutura de poder vigente, o que justifica a mobilização de algumas famílias não negras que se posicionaram contra o processo.

Por outro lado, a resistência ao processo por parte das próprias famílias negras indica que o mesmo representa uma ameaça ao sentido de identidade e coletividade comunitária construída e mantida através dos laços de parentesco, de vizinhança, nas manifestações religiosas, nas festas, nas redes de solidariedade e reciprocidade e no uso dos espaços comuns, características básicas do conceito socioantropológico de comunidades remanescentes de quilombo (O'DWYER, 2002). Isto fica claro na conceituação da Associação Brasileira de Antropologia que define as comunidades remanescentes de

quilombo como “grupos que desenvolveram práticas cotidianas de resistência na manutenção e reprodução dos seus meios de vida característicos e na consolidação de um território próprio” (O’DWYER, 2002, p. 15).

Esta concepção corrobora com o conceito de “território usado”, ou seja, em que o território “é o chão mais a identidade. A identidade é o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence. O território é o fundamento do trabalho, o lugar da residência, das trocas materiais e espirituais e do exercício da vida” (SANTOS, 2007, p. 14).

Os referenciais de identidade e pertencimento, além dos traços de origem comum, são os fatores que configuram o conceito de “território étnico” (ANJOS, 2007, p. 116). Desta maneira, quando a agricultora *Ivanete* afirma que os moradores da comunidade são todos *da mesma família* e que independentemente de serem negros ou não negros *aqui é tudo quilombola*, aproxima-se do conceito socioantropológico multiétnico de comunidade remanescente de quilombo.

Estes problemas sofridos pela comunidade *São Pedro de Cima* não são uma exceção local. Isto ficou claro quando participamos da “I Oficina Nacional de Gestão Territorial e Ambiental” em Brasília, na qual pudemos notar a quantidade de reclamações dos representantes de quilombos presentes no evento, sobre o desconhecimento de técnicos do Incra e de outras instituições estatais ou privadas envolvidas nos processos de titulação, acerca da evolução da semântica do termo comunidade remanescente de quilombo. Além disso, depois da titulação das terras, parece que o governo também não conseguiu dar o apoio e autonomia necessários para a salvaguarda, gestão e proteção dos territórios e sua população, ficando os quilombolas suscetíveis a invasões, grilagens e outros atos violentos. Sem contar as terras tituladas sem a devida indenização para as populações desintrudidas, o que aumenta os riscos de represálias. A Lei acaba ficando limitada a generalizações e, na realidade, o contexto de diversidade cultural, geográfica e socioeconômica das comunidades remanescentes de quilombo é tal que complica a gestão dos processos de titulação. Devido a esta situação, percebemos que cada comunidade desenvolve estratégias territoriais próprias, localmente adaptadas e, muitas vezes, independentes das ações do poder público.

Quanto às questões ecológicas das comunidades quilombolas, é fato de que têm uma importância fundamental relacionada a um modo de vida criado *com-a-natureza* (PORTO-GONÇALVES, 2002), assim preservando a geografia e a biodiversidade destes territórios. Neste aspecto, há uma discussão atual sobre a regularização das áreas protegidas brasileiras através do Cadastro Ambiental Rural (CAR) no qual, devido à sociobiodiversidade das comunidades quilombolas, seria necessário o desenvolvimento regularizações adaptadas

às condições socioeconômicas e socioambientais específicas de cada comunidade, ou seja, deve-se pensar em CARS e não em um CAR.

É fato que as comunidades tradicionais brasileiras, historicamente, sofreram e sofrem com os abusos do poder político e econômico hegemônicos. No caso das comunidades remanescentes de quilombo, especificamente, têm sofrido ataques sistemáticos em várias escalas: políticas públicas que diluem e esvaziam a dimensão étnica, ataques da bancada ruralista e neoliberal mudando as regras de demarcação (afirmam que as comunidades tradicionais têm “muita terra, água e biodiversidade para pouca gente”), a falta de “elasticidade” do Estado em tratar as especificidades socioambientais e socioculturais, entre inúmeros outros problemas.

Em *São Pedro de Cima*, por exemplo, pôde-se perceber, através dos depoimentos sobre a visita do Incra, que as famílias negras protagonistas da questão quilombola do lugar não almejam uma titulação que exclua as famílias não negras, pois elas também partilham do modo de vida comunitário, da rede de relações recíprocas e solidárias que garantiram, até hoje, a subsistência dos moradores da comunidade.

Desta maneira, assim como diagnosticado durante os diálogos tecidos com a família do *Paulão* e outros sujeitos do lugar, necessita-se fazer um amplo trabalho de esclarecimento e conscientização dos moradores da comunidade sobre as implicações, desafios, benefícios e etapas do processo.

Buscando nos aproximar das especificidades locais, mergulharemos, no próximo capítulo, nos *saberes, fazeres e poderes* de uma família camponesa que vive e protagoniza tanto as discussões acerca da transição agroecológica com suas questões, principalmente, produtivas, ecológicas e econômicas, quanto as questões étnicas, fundiárias e culturais locais referenciadas em um território contemporâneo remanescente de quilombo.

4 ENTRE OS SABERES, SABORES, FAZERES E PODERES DE UMA FAMÍLIA CAMPONESA DA COMUNIDADE SÃO PEDRO DE CIMA

A família escolhida para o diagnóstico participativo de agroecossistema é constituída por quatro pessoas, o casal de agricultores *Paulão* e *Ivanete* e suas duas filhas *Catiane* e *Karine* (Fotografia 14).

Fotografia 14 –*Família do Paulão*

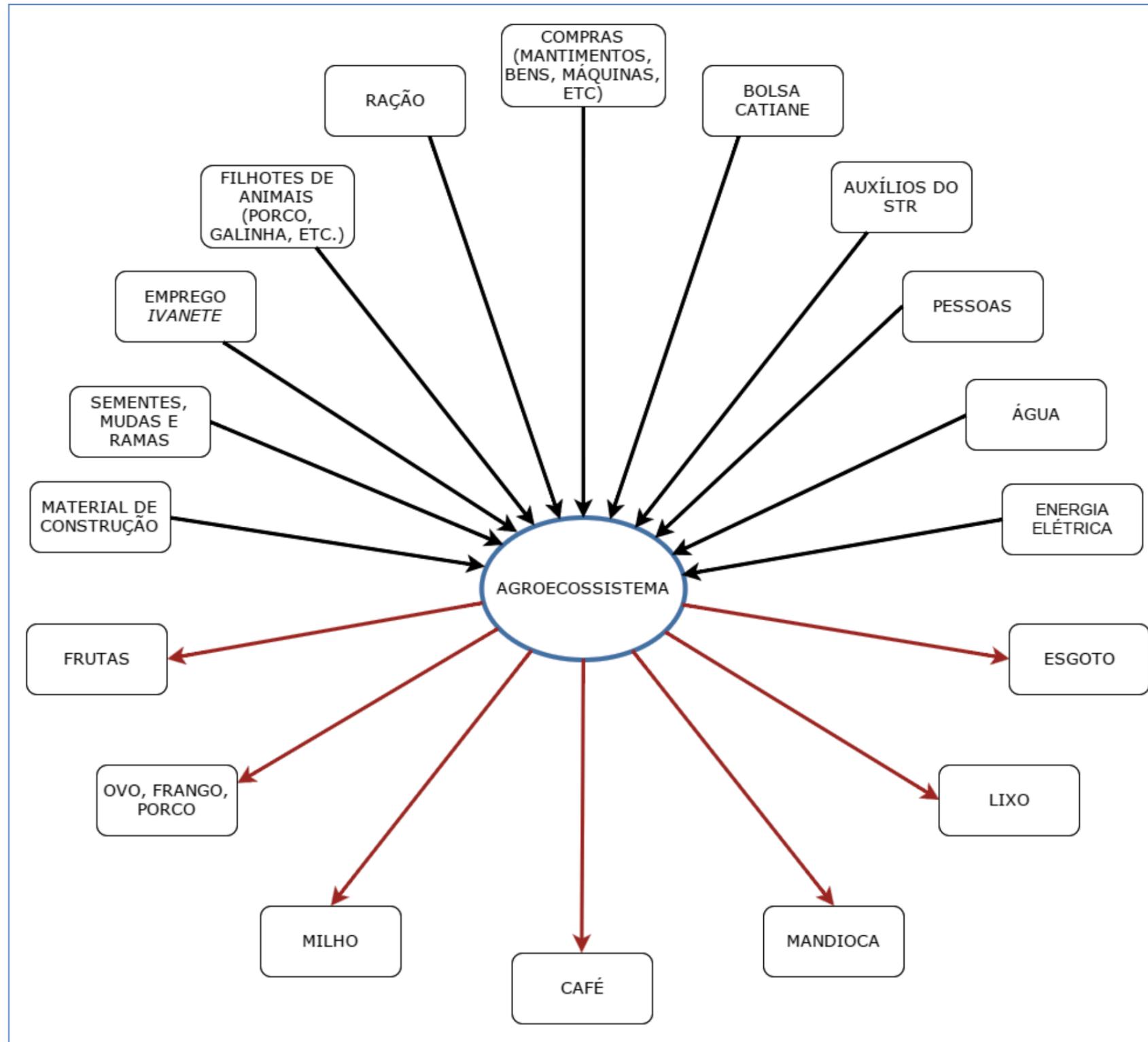


Nota: Da esquerda para a direita: *Paulão*, *Ivanete*, *Karine* e *Catiane*
Fonte: *Catiane Mônica Ferreira*, 2016

Considerar-se-á o agroecossistema como a unidade produtiva administrada pela família, inserida em um contexto socioambiental, com sua estrutura composta por subsistemas e funcionamento caracterizado pela dinâmica dos fluxos de insumos e produtos.

Uma primeira aproximação à conjuntura da estrutura e funcionamento do agroecossistema foi propiciada através da aplicação do método participativo *diagrama de fluxo* (Figura 2). Esta ferramenta suscitou uma discussão que auxiliou no diagnóstico e na problematização da origem e destinação dos fluxos intermediados pela estrutura do agroecossistema. Desta forma, percebe-se que o sistema de produção pode ser analisado como um mecanismo de transformação de insumos em produtos.

Figura 2 – Diagrama de fluxo do agroecossistema da família do *Paulão e Ivanete*. Setas pretas indicam o que entra no agroecossistema e setas vermelhas indicam o que sai



Fonte: O autor, *Paulão e Ivanete* (18 out. 2015)

Executamos, também, uma metodologia participativa de diagnóstico e avaliação participativa de solos e da agrobiodiversidade da lavoura do *Paulão*. Os métodos utilizados foram embasados nas experiências de Altieri e Nicholls (2002). O objetivo deste método é avaliar participativamente a fitossanidade da agrobiodiversidade e a qualidade do solo do agroecossistema através de indicadores simples de se estimar em campo, pontuados com notas 1, 5 ou 10 pelo agricultor em interlocução com técnicos ou extensionistas.

Observou-se em campo que o mais importante da aplicação de métodos dialógicos e participativos são as interlocuções e relatos suscitados pelos temas e problematizações direcionadas metodologicamente. Como a intenção aqui é diagnosticar um agroecossistema em transição agroecológica buscando evidenciar estratégias locais contemporâneas que garantem a sobrevivência e sustentabilidade da família, buscamos organizar e analisar os dados coletados de forma que se mantivesse a fidelidade dos saberes, das práticas e das relações estabelecidas com o núcleo familiar, comunidade, mercado e Estado.

As entrevistas abertas, as caminhadas pelas lavouras, o acompanhamento de atividades cotidianas e a participação em ambientes de construção da Agroecologia foram momentos de aprofundamento do entendimento da configuração da estrutura e funcionalidade e da conjuntura da transição agroecológica no agroecossistema da família do *Paulão*. Como o leitor (a) poderá perceber, este agricultor tem um papel central na presente pesquisa, sendo a referência principal na nossa interlocução com a família.

4.1 DA INFRAESTRUTURA DO NÚCLEO DE GESTÃO FAMILIAR DO AGROECOSSISTEMA

Tanto o *Paulão* quanto a *Ivanete* são descendentes da família *Malaquias*. A propriedade da família se localiza dentro da área compreendida por Dantas (2011) e Itaborahy (2014) como *núcleo familiar Malaquias* (Figura 2). Evidentemente, o agroecossistema com sua estrutura e temporalidade é ligado ao processo histórico de ocupação territorial das famílias.

Assim como relatado por outros moradores da comunidade, *Paulão e Ivanete* se referem ao passado como um período de dificuldades e de muito trabalho. Casaram-se e começaram a estabelecer a infraestrutura produtiva para o sustento da família, o seu *território-habitat*, o *lugar de viver* (SILVA, C. E. M., 2007), ou segundo as palavras do

Paulão, o lugar de morar. Conseguiram se fixar e não ceder ao movimento migratório que assolou a comunidade.

Um *lugar de morar*, segundo o *Paulão*, não se conquista facilmente. Depende de uma boa relação com a natureza e com a comunidade que partilha o cotidiano camponês. O carinho e zelo com a terra, com as plantas, com as criações, com a casa e com a família, além do respeito e observação da natureza, são relações estratégicas que garantem a sobrevivência da família no lugar.

Com o tempo, foram vencendo as dificuldades, estabelecendo itinerários produtivos, inserindo-se em redes de *troca-dias* e mutirões, *educando* as árvores (podas), cuidando da qualidade e fertilidade do solo, da fitossanidade da agrobiodiversidade. Hoje garantem a reprodução do seu modo de vida camponês através de uma diversificada produção agrícola orientada tanto para o auto-consumo da família quanto para a comercialização, tendo no café a sua principal moeda de troca no mercado externo à comunidade.

Paulão e Ivanete têm *pouco estudo*, segundo suas próprias palavras. Apesar de possuírem o Ensino Fundamental incompleto, sabem ler, escrever e fazer os cálculos matemáticos necessários para a administração do agroecossistema. Antigamente era muito difícil conciliar o trabalho e as funções cotidianas com o estudo. As filhas estão matriculadas na escola da comunidade, a *Catiane* no Ensino Médio e a *Karine* no Ensino Fundamental, graças a mudanças positivas na educação básica na comunidade. Estrategicamente, para garantir o Ensino Fundamental e Médio, o mesmo prédio abriga duas escolas diferentes, a Escola Municipal Lia Marta de Oliveira (Ensino Fundamental) e a Escola Estadual Melo Viana (Ensino Médio), arranjo que garante a permanência de muitos jovens na comunidade e atende à demanda de bairros vizinhos.

A casa da família é de alvenaria com telhas de amianto, mas antigamente, segundo o *Paulão*, a casa era feita de *pau-a-pique*³:

Nós moremos numa casa de pau-a-pique ali embaixo que tinha nove escoras. Uma parente minha dizia que tinha dia que ela nem dormia com medo da casa cair em cima de nós. E já tinha o terreninho, já tinha a lavoura... Mas era, que nem diziam os antigo, até o cobertor era curto, puxava pra cobrir em cima e descobria os pé, se cobria os pé passava frio no peito. E era muito mais frio que hoje.

A energia elétrica na comunidade também é relativamente recente. Segundo o *Paulão*:

Antigamente quase ninguém tinha energia da CEMIG, de trinta anos pra cá que todo mundo tem energia. Antes era lamparina de querosene, vela, farol, aqueles canudão de bambu ou taquara com querosene, tocha... Alumiava com aquilo. E o povo ainda vivia melhor do que hoje.

Proveniente da CEMIG (Companhia Energética de Minas Gerais), a energia elétrica é utilizada para iluminação, eletrodomésticos e pequenas máquinas. A conta mensal varia entre R\$ 30,00 e R\$ 90,00. A energia elétrica mudou a dimensão socioeconômica e produtiva local, expressa na aquisição de eletrodomésticos e pequenas máquinas que melhoraram o conforto das casas e a eficiência no processamento e conservação dos alimentos. O preço da energia foi aumentando com a mudança do padrão socioeconômico: *A gente tem bem mais coisa agora do que no começo. Aí vai aumentando a conta. É televisão, freezer, chapinha e outras coisa.*

A logística da família depende ou de caronas com moradores da comunidade ou do ônibus que faz a linha entre Luisburgo e Divino, pois não têm carro próprio. O ônibus passa na comunidade às 7h00min da manhã e retorna de Divino às 14h00min horas da tarde, todas as segundas, quartas e sextas-feiras. Esporadicamente contratam um táxi em Divino, mas é um serviço caro.

Para transportes de carga dentro da comunidade tem o trator, doado pela Samarco e administrado pelo Conselho Comunitário, e um motorista que presta fretes para os agricultores. Para o escoamento da produção agrícola local e a entrega de adubo e calcário nas propriedades contratam-se caminhoneiros e atravessadores, ou os próprios vendedores de mantimentos, produtos e insumos das mercearias e lojas agropecuárias, e/ou compradores de café, prestam este serviço.

Telefonia e internet são recursos recentes na comunidade. Como medida compensatória pelos problemas ocasionados pelo mineroduto que passa na porção setentrional do território, a empresa Samarco instalou uma antena de internet com acesso livre para a comunidade, um roteador e um telecentro com 12 computadores na escola. Estes computadores foram roubados pouco tempo depois da instalação do equipamento. Restou a antena, com pouco sinal e uma velocidade fraca de acesso. Depois do roubo dos computadores o acesso na escola ficou limitado e a senha sob a administração da diretoria.

Atestamos a lentidão da internet do roteador quando a utilizamos para preencher formulários, efetuar comunicações com os órgãos financiadores (CNPq/MDA), fazer um endereço de e-mail e o currículo Lattes da *Catiane*, procedimentos necessários para viabilizar uma bolsa ITI-B (Iniciação Tecnológica e Industrial) nível ensino médio voltada para jovens

da comunidade envolvidos no projeto de pesquisa e extensão “Da diversidade cultural a diversidade produtiva: construindo saberes necessários à transição agroecológica” da UFJF.

Esta bolsa tinha a finalidade de estimular o interesse e a participação de jovens estudantes das escolas das comunidades envolvidas no projeto em momentos e ambientes de discussão acerca de questões quilombolas e de construção do conhecimento agroecológico, como os *Intercâmbios de Saberes e Sabores*, as *Trocas de Saberes* e os *Kizomba Namata*. No caso de *São Pedro de Cima*, a escolha da *Catiane* como beneficiária da bolsa aconteceu de acordo com a indicação de moradores da comunidade envolvidos nos projetos de pesquisa e extensão da UFJF.

O acesso a sistemas de telecomunicação em *São Pedro de Cima*, também, carrega uma contraditória situação: há um precário e restrito sistema de livre acesso à população, porém, passa um cabo de fibra ótica dentro do território da comunidade paralelamente ao mineroduto da Samarco, o que há de melhor das tecnologias da informação.

Quanto à telefonia, há um fraco sinal de celular. Presenciamos diferentes estratégias desenvolvidas pela família para melhorar a qualidade das ligações telefônicas, como a definição dos locais da casa que pegam melhor o sinal da antena e colocar o celular dentro de um copo que, na teoria dos moradores locais, potencializa a captação do sinal.

Paulão demonstra algumas consequências do acesso às tecnologias da informação contemporâneas:

Não se via tanta coisa acontecer como hoje, antigamente acontecia um crime nos Estados Unidos, Itália, e ninguém sabia. Hoje, acontece lá agora, quando é daqui a um segundo tá espalhado pra tudo quanto é lugar do mundo pelo Facebook. Parece que vem no vento. Estamos com o mundo dentro de casa.

Apesar do inegável conforto propiciado pelas novas tecnologias, os moradores mais velhos da comunidade as apontam como responsáveis pela perda e desvalorização dos saberes ancestrais, das práticas tradicionais e do modo de vida camponês, das *coisas boas dos antigos*, principalmente pelos mais jovens, provavelmente por uma interrupção da oralidade e pela sedução e comodismo das tecnologias urbano-industriais, que aumentam a pressão sobre o generalizado êxodo de jovens de *São Pedro de Cima* para áreas urbanas.

Com a nossa presença (pesquisadores e extensionistas do NEA Ewè) desde 2009 pudemos observar uma mudança significativa dos materiais de construção utilizados nas casas, principalmente o uso cada vez mais recorrente da alvenaria. A casa do *Paulão*, por

exemplo, passou por reformas e ampliações: acompanhamos o crescimento de dependências, os *puxados*, como a varanda que serve de garagem para o carro de visitas, além de um aterramento ao redor da casa para expansão da área do terreiro e a reforma de outras dependências da estrutura da propriedade. Também, recentemente, instalaram um forro de PVC no teto dos quartos, pois anteriormente o segundo plano da casa era vazado, característica muito comum de casas da roça.

A família relata que a qualidade de vida melhorou com o tempo e que, aos poucos, foram melhorando a estrutura do sítio.

O Nathan [pesquisador do NEA Ewè] mesmo falou pra mim, “é engraçado, Paulão, mas toda vez que venho aqui você fez uma coisa diferente. Toda vez”. A gente tinha feito um galinheiro, depois demos uma reformada na casa, fiz essa varanda, agora pusemos o forro, você tem que aproveitar as chances. Como falam “cavalo arreado só passa na porta uma vez”, se você amontoa, amontoa, senão amontoa você fica a pé. Teve a chance, vai e compra. “não deixe para amanhã o que você pode fazer hoje”. Pode comprar um freezer, compra. Se não pode, não precisa fazer força só porque viu outro comprando. A gente tem que andar com a cabeça primeiro em Deus e depois na gente. Deus dá a nós o frio conforme o cobertor. Tem que sonhar com os pés no chão. Porque, sem ver, você faz muita coisa que não esperava.

A terra manejada pela família é parte deles mesmos e parte propriedade comum do núcleo familiar. Ou seja, assim como muitas outras famílias da comunidade, a propriedade não tem contiguidade espacial, mas dividida em duas ou mais porções (ITABORAHY, 2014), provavelmente como resquício de um uso comum da terra nos núcleos familiares, aos processos hereditários e devido a diferentes processos de apropriação.

No caso da família do *Paulão*, a propriedade é dividida em duas porções, uma menor e outra maior. A menor porção, onde se localiza a casa e o Núcleo Social de Gestão do Agroecossistema (NSGA), situa-se na *baixada do vale*, na beira do córrego São Pedro, área central do *núcleo Malaquias*. *Paulão* não tem a escritura, mas tem um contrato de compra e venda registrado em cartório. Em volta da moradia da família ficam alguns elementos estruturais do sistema produtivo: o sistema de criação animal, o terreiro de café, a horta, o quintal, e a *tuia* (paiol) utilizada para armazenamento das sementes, ferramentas, pequenas máquinas (esmeril elétrico e picadeira) e produtos da lavoura. Este fragmento tem, aproximadamente, 2.600 m² de área e é atravessado por uma estrada que dá acesso à entrada da comunidade via município de Orizânia, de um lado fica a casa e os subsistemas produtivos acima citados e do outro uma pequena área com plantio de café consorciado com frutíferas e

plantios rotacionais. A altitude da casa em relação ao nível do mar é de 936 m. Denominaremos esta área de *zona 1 (Z1)*.

O ponto de menor altitude desta área tem 1016 m e o ponto culminante 1100 m. Tanto a área da casa quanto a área da lavoura estão na altitude ideal para o plantio de café. A cor amarela simboliza os limites da propriedade administrada pela família, estando à esquerda a Z1 e à direita a Z2. A cor vermelha simboliza os caminhos que interligam a Z1 à Z2 e atravessam toda a Z2. Escala aproximada: 1:10.000 entre 800 e 1200 m (FERRARI, 2010). A lavoura é subdividida em uma área topograficamente mais alta, próxima ao topo da elevação, onde há uma pequena floresta secundária em regeneração utilizada como reserva de madeira para construções e lenha. Do ponto mais alto até o fundo da vertente, em que se encontra um afluente do córrego São Pedro, há a cultura de café consorciado com plantios rotacionais, principalmente milho, feijão e mandioca, e uma diversidade de espécies frutíferas, árvores de *madeira de lei*, espécies espontâneas de árvores nativas, plantas medicinais e alimentícias. Na porção de menor altitude da lavoura há uma mata de eucalipto consorciada com plantas nativas, espontâneas, frutíferas e algumas moitas de bambu. Chamaremos a área da lavoura de *zona 2 (Z2)* (Figura 3).

Figura 3 – Agroecossistema da família do *Paulão* e da *Ivanete*



Fonte: *Google Earth* (2015)

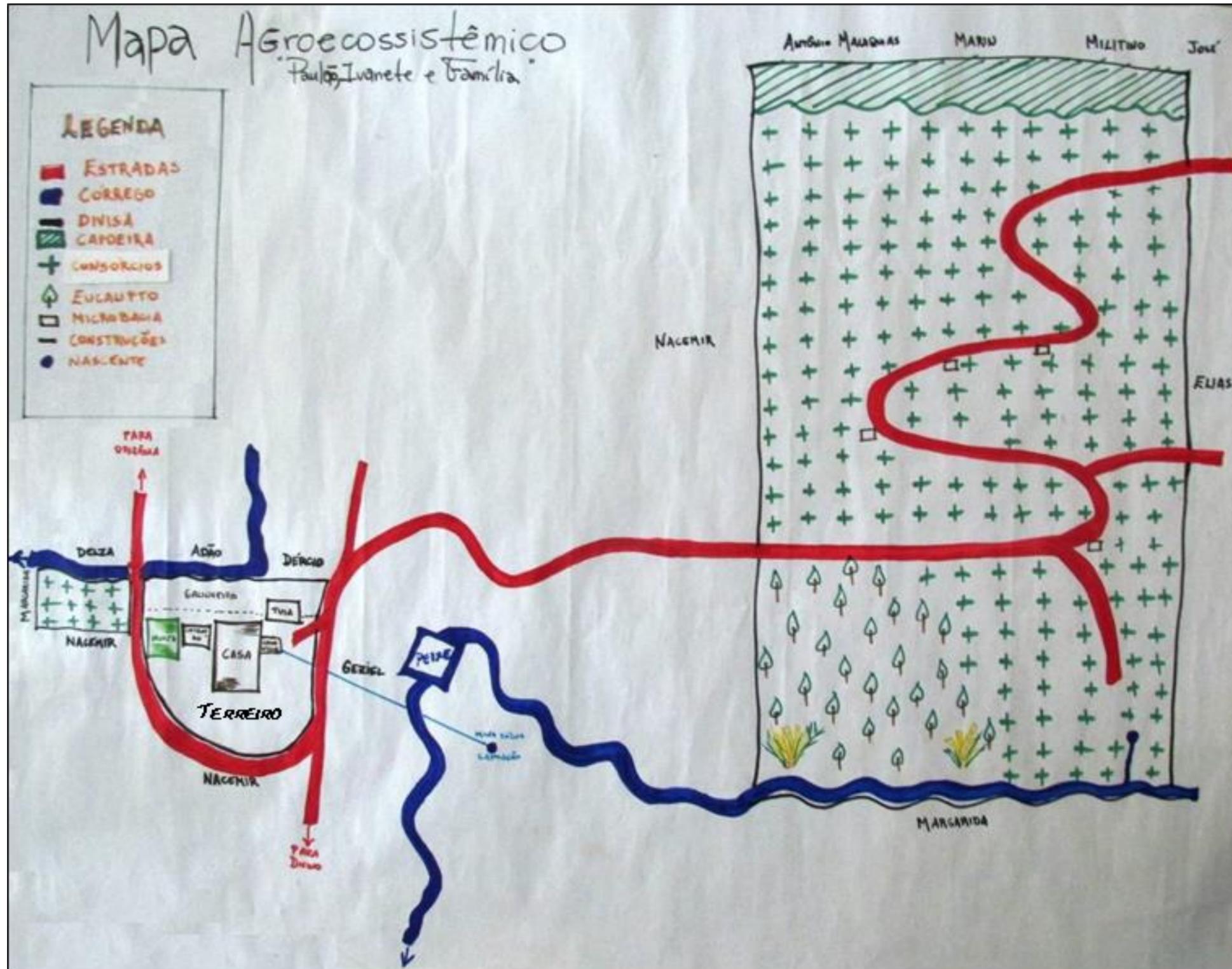
Próximo a casa, em terrenos de propriedade comum do núcleo familiar, ainda há um pequeno lago para criação de peixes e a captação de abastecimento de água da casa (Figuras 4 e 5). Além disso, a família ainda acessa alguns outros recursos fora da área

administrada por eles e fora do território do núcleo familiar, como algumas plantas medicinais que só são encontradas em fragmentos de mata ou em locais de maior altitude, como a *taquara*, por exemplo, um tipo de bambu nativo utilizado para a fabricação de balaios e peneiras.

A uma distância aproximada de 500 m da casa se localiza a lavoura administrada pela família, com uma área aproximada de 2 hectares. Esta área está localizada em uma vertente de um pequeno vale orientada para o sudoeste. *Paulão* não tem a documentação desta área, pois ela é uma herança da família, de propriedade comum com outros irmãos, porém, é ele quem a administra atualmente.

A forma de distribuição e localização dos cultivos e demais subsistemas na unidade de produção são baseados no conhecimento tradicional perpassado através da oralidade, mas também orientados pela experiência e adaptação de técnicas agronômicas de acordo com os objetivos, finalidades e eficiência da produção. O “*Mapa Agroecossistêmico do Paulão, Ivanete e família*” (Figuras 4 e 5), construído a partir de metodologias participativas com a família na Excursão Científica do Comboio Agroecológico em outubro de 2015, dão uma boa ideia da espacialização e organização da estrutura do sistema produtivo.

Figura 4 – Mapa agroecossistêmico da propriedade do Paulão, Ivanete e família

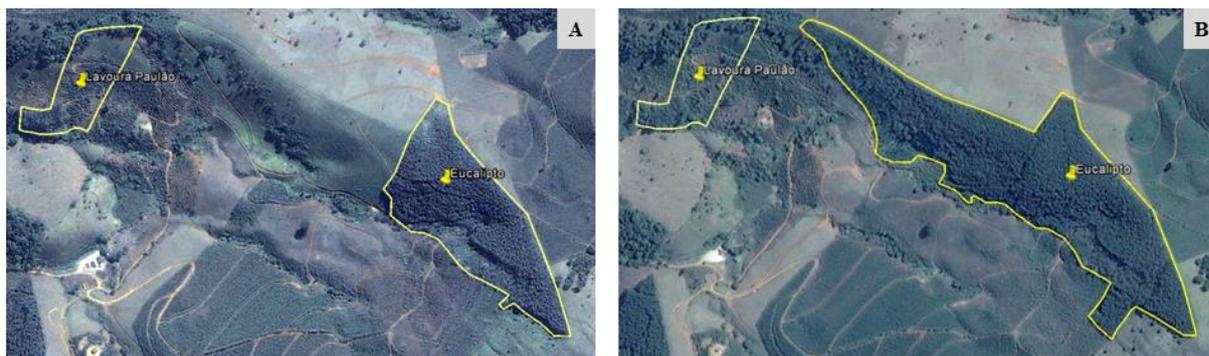


A água utilizada pela família do *Paulão* brota de uma nascente a cerca de 300 m da casa, dentro do *núcleo Malaquias*, no terreno de um parente. A captação se encontra poucos metros abaixo. Apesar de haver pastos com gado e matas de eucalipto, não há lavouras com emprego de agrotóxico à montante da captação. *É água pura*, afirmou *Paulão*. Antigamente o volume de água era muito maior e as condições meteorológicas também foram alteradas. *Paulão* demonstra uma visão crítica das mudanças ambientais ocorridas na comunidade e as consequências da ação dos sujeitos do lugar com o seu ambiente (desmatamento, queimadas, plantio de eucaliptos, etc.), mas, também, a consciência da influência de processos de mudança de conjuntura econômica, social e ambiental em escalas regionais e planetárias (como mudanças de governo e políticas públicas e transformações tecnológicas e climáticas). Segue um relato do *Paulão* retratando fatores e transformações referentes à água.

Antigamente tinha muito mais água do que tem hoje. Hoje acabou com tudo, desmatou as matas e tudo quanto há. Antigamente não tinha chuveiro, tomava o dito banho de cavalo, de caneco. Hoje não, entro no banheiro e tomo um banho confortável. Antigamente tinha muita água. As bicas eram de madeira, tinha água até para rodar moinho, tinha água direto. Não tinha torneira fechada. Hoje, acabou de usar, fecha. O córrego tinha muito mais água. E já vinha diminuindo antes do eucalipto, quando chegou o eucalipto aí que diminuiu mesmo. Antigamente você descia por aí abaixo nessa mesma época e via roça já quase pendoando. Hoje por aqui, neste ano, ninguém ainda não plantou nem um pé de milho, por quê? Antigamente a chuva era mais constante. A gente ficava na janela e via chover a semana inteira. Hoje dá uma chuvona, com dois dias já tá tudo seco. Antigamente via carro atolado na beira da estrada daqui até Divino. O clima mudou demais. Do jeito que o povo mudou aquele negócio de internet, e não sei o que, é televisão, é celular, o clima também mudou. Teve muita queimada antigamente, também. Antes de plantar café tinha mais mata, mas o povo, na ganância de ficar rico, que só pensa em bem material, foi acabando com as matas. E se nós não pedir a Deus vai ficando pior, porque se começou a afetar a água, é o mesmo caso de afetar o sangue do nosso corpo. Que é que vale uma casa sem água? Não tem nada igual à água que nós bebe. E onde tem água tem vida. Tem floresta, tem bicho. E ela não tem doce, não tem sal, não tem cheiro, não tem nada. É coisa divina.

Pode-se ter uma ideia do avanço dos plantios de eucalipto à montante da lavoura da família, possível fator de diminuição da vazão da água, nas cabeceiras do afluente que passa no limite da área da Z2, observando-se fotos do *Google Earth* dos anos 2011 a 2014 (Figura 6). A área em 2011 era de 6 hectares, aumentando para 12 hectares em apenas três anos. O dono da mata de eucaliptos não é morador da comunidade ou da localidade, mora na cidade e contrata empregados para plantarem e manejarem.

Figura 6 – Avanço dos plantios de eucalipto à montante da lavoura da família



Legenda: (A) imagem do Google Earth do ano 2011

(B) imagem do Google Earth do ano 2014

Fonte: *Google Earth* (2016)

Quanto ao saneamento do esgoto da casa, era jogado em uma *fossa negra*, um buraco tampado com uma estrutura de madeira, lona e terra, com um cano para a saída de gases. Mas excedeu a capacidade de carga e a cobertura ruiu, momento em que passaram a despejar o esgoto diretamente no córrego. Segundo o *Paulão*:

Poucos aqui da comunidade tem fossa, praticamente só as casas mais novas feitas pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais, umas muito bem feitas, de concreto. Tem um menino ali que tem duas fossas, o esgoto entra em uma, sai e cai na outra. A água sai limpinha. Acho que se chama fossa séptica. E o certo era todo mundo ter aquilo. Que bateu ali, já não contamina mais. Ainda mais nessa falta de água atual.

O córrego *São Pedro de Cima*, outrora farto de peixes, recebe diretamente o esgoto doméstico sem qualquer tratamento. Além do esgoto, há um forte processo erosivo nas encostas cultivadas com monocultura de café e uma conseqüente sedimentação do leito do córrego. Com o escoamento superficial e com a infiltração nestas áreas, ainda há a contaminação dos corpos d'água por adubos químicos e agrotóxicos erodidos das lavouras. O material que vazou na explosão do mineroduto da Samarco em março de 2014 atingiu o córrego e matou peixes, segundo relatos de moradores, apesar da empresa afirmar que o líquido viscoso que saiu do mineroduto não contém produtos tóxicos, apenas minério de ferro misturado com água.

O lixo inorgânico é levado para a cidade de Divino por conta dos próprios moradores e o orgânico é totalmente consumido pelas criações do agroecossistema ou reincorporado ao solo como matéria orgânica.

Aqui a produção do nosso orgânico é pouco, mas eu queria fazer um cômodo com casqueiros de árvores para ir jogando a matéria orgânica e eu juntar um esterco orgânico ali dentro. Uma vez começamos a fazer aqui em mutirão. Botava capim, cana de milho, era uma composteira que dava esterco bom demais. Zé Ventura mesmo fez um tal de minhocário. Que tudo ajuda, a terra quando ela tá boa, você encontra muita minhoca. A minhoca come a matéria orgânica e transforma em húmus. E ainda tem a minhoca que antigamente, quando a gente era menor, a gente usava pra pescar lambari, lambari bocar, carazinha... No lugar onde tinha uma matéria orgânica acumulada, uma terra mais gorda, era só cavar e pegar aquelas minhocas na terra gorda para pescar. Então se botar num cômodo o que tiver de orgânico, palhada, palha de café, palha de milho, tora de banana, roupa velha, uns troço, põe tudo ali dentro. Depois de pronto podia separar aquilo e levar tudo pra adubar a roça, ajudava na economia de adubo.

4.2 TRABALHO NO AGROECOSSISTEMA E RELAÇÕES ECONÔMICAS

Toda a família participa das atividades agrícolas da propriedade e, embora todos compartilhem as funções dos diferentes subsistemas da propriedade, o *Paulão* é responsável pelo trabalho na lavoura, comercialização da produção, obras de infra-estrutura (casa, galinheiro, chiqueiro, *tuia*, cercas, rede hidráulica, etc.) e alimentação das criações com produtos da lavoura.

O trabalho na lavoura é principalmente familiar, mas na época de manejo dos cafezais, do plantio rotativo e da *panha* do café, há a recorrente prática de *troca-dia* e mutirões com vizinhos, parentes e outros agricultores (as) da região. A rede de *troca-dias* extrapola os limites da comunidade *São Pedro de Cima*. Acompanhamos, por exemplo, um mutirão na propriedade de uma família da comunidade *São Pedro de Baixo*. Nesta ocasião, o mutirão foi marcado como forma de ajudar uma família que passa por dificuldades, o que denota uma rede de solidariedade que se fortalece através do trabalho compartilhado e nas relações de reciprocidade.

A *Ivanete* periodicamente auxilia o *Paulão* no manejo, colheita e secagem do café. Com a ajuda das filhas, cuida da funcionalidade da casa, do manejo das plantas do quintal, da horta e das criações. Também trabalha na escola da comunidade, prestando serviços diversos.

Catiane e *Karine* têm a obrigação principal de cumprirem as atividades escolares, porém, também auxiliam a *Ivanete* nos trabalhos da casa, além de colherem a *rapa do café*, ou seja, os grãos que caem no chão durante a colheita. O capital gerado com a comercialização da *rapa* é revertido a elas para investimentos em cursos ou aquisição de bens.

Em *Intercâmbios de Saberes* presenciamos relatos de agricultores envolvidos com a transição agroecológica, reconhecendo o papel das mulheres neste processo. As mesmas, preocupadas com a saúde da família, os aromas, sabores e com a beleza da casa e arredores, são responsáveis por enriquecerem a agrobiodiversidade e por conservarem saberes ancestrais relacionados às plantas alimentícias e medicinais. Percebemos a veracidade destas afirmações ao conhecer um pouco da diversidade de culturas existentes dos quintais das casas, muitos deles manejados, principalmente, pelas mulheres da comunidade. Na casa do *Paulão*, em uma pesquisa anterior (ITABORAHY, 2014), com uma simples caminhada pelo quintal, se encontrou facilmente 75 tipos de plantas alimentícias, medicinais e ornamentais.

Percebendo demandas de organização e desenvolvimento social e econômico das mulheres da comunidade, pesquisadoras do NEA Ewè se envolveram com a articulação de uma Associação de Mulheres de *São Pedro de Cima*, fazendo reuniões, levantamento de produtos potenciais para a produção artesanal e possíveis formas de comercialização. Uma das lideranças e referência dos projetos do STR que relacionam o trabalho das mulheres com a Agroecologia, participante do projeto do CTA-ZM “Mulheres e Agroecologia em Rede”, manifestou a vontade de estimular e integrar a produção artesanal das mulheres de *São Pedro de Cima*, afirmando a disponibilidade de venda destes produtos em uma loja que vende artesanatos de agricultoras associadas ao STR.

Além da renda gerada com a comercialização da produção de café há vendas esporádicas e um sistema trocas de outros produtos da lavoura com familiares e vizinhos, prática que ajuda a garantir a sustentabilidade econômica.

Outros recursos externos auxiliam na renda familiar, como o emprego da *Ivanete* na escola da comunidade e uma bolsa de estudos da *Catiane* nível Ensino Médio oferecida pelo projeto “Da diversidade cultural à diversidade produtiva: a construção dos saberes necessários para a transição agroecológica”.

Fora os recursos monetários, a família exerce uma intensa troca de produtos e serviços com os moradores do próprio núcleo familiar e da comunidade. Além de trocarem produtos, trocam mudas, sementes, técnicas agrícolas *dos antigos*, inovações e práticas alternativas. Ou seja, a sustentabilidade econômica da família depende de rendas monetárias e não monetárias. As não monetárias normalmente não são computadas como renda, porém, com a participação da família nos Intercâmbios de Saberes, começaram a valorizar estes mecanismos alternativos. Presenciamos, por exemplo, uma agricultora de Divino relatando aos participantes que anotou em uma caderneta tudo o que foi produzido no sítio e que não

entrava nos cálculos da renda monetária, desde ervas medicinais até hortaliças da horta, e que se surpreendeu com o resultado.

Entre os maiores dispêndios de capital da família estão as compras de mantimentos em mercados urbanos, principalmente, itens alimentares que não são produzidos localmente (sal, arroz, açúcar, entre outros para a família e ração para as criações “de granja”), produtos para a higiene básica (sabonete, shampoo, pasta e escova de dente, etc.), medicamentos (alopáticos para a família e remédios para tratar doenças das criações de animais), máquinas, ferramentas e materiais de construção.

As compras são planejadas de forma que os mantimentos durem de cinco a seis meses, para isso, a família encomenda grandes compras que o vendedor entrega em domicílio. Outra forma de comprar mantimentos, principalmente alimentares, é através do *carro ambulante*, caminhoneiro que passa periodicamente pela comunidade anunciando sua presença com alto-falantes, uma típica mercearia ambulante.

4.3 O SISTEMA DE CULTIVO E O SISTEMA DE CRIAÇÃO

Segundo o *Paulão*, as práticas agrícolas no tempo *dos antigos* eram diferentes.

Segundo ele:

Dos antigos pra cá mudou muita coisa. Eu, por exemplo, planto milho diferente do que meu pai plantava. Eu planto o milho no meio da rua com uma distância de cerca de um palmo, já ele dava uma distância de cerca de um metro. A gente chama isso de compasso. O compasso que meu pai plantava era assim: um braço e uma cova. Falavam que era plantar compassado, um passo e uma cova. Era um litro de terra para um litro de milho. Agora a gente planta em fileira, em carreira. Antigamente tinha arroz aqui. Se falar pras minhas meninas sobre plantar arroz, nem sabe o que é. O jeito que planta, o jeito que colhe. Eu já plantei trinta quilos de arroz de morro aqui no serviço. E essa terra sustenta arroz novo, claro. E o amendoim é o mesmo espaçamento do feijão. E pode plantar o milho e o feijão na mesma cova. Ou pode plantar separado, o milho no meio da rua e o feijão entre o milho e o café. Duas sementes de milho e duas de feijão, ou três de milho e três de feijão. Um não atrapalha o outro, só na época de colher que é mais enjoado um pouco. Você pode arrancar o feijão primeiro que dá em três meses e o milho depois, em seis meses. O feijão planta duas vezes: planta agora das águas e planta no meio de março o do tempo. Quando o milho está madurando você planta o feijão do tempo. O milho, antigamente, plantava em outubro, mas agora planta em novembro, dezembro porque tá chovendo mais tarde. E colhe lá para abril. E a melhor lua pra plantar o feijão é a minguante. E o milho também, pois se você

plantar o feijão na fase da lua nova ele dá muita cinza na folha e não produz bem, e o milho não fica com um pendão muito bom, não. Quase tudo é plantado na minguante. A fase da lua nova é boa apenas para plantar arroz. A mandioca eu prefiro plantar na lua minguante para comer. Agora, se for pra ralar, moer pra fazer polvilho, pode plantar em qualquer tempo.

Atualmente, as mudas de café são compradas em viveiros e adubadas com fertilizantes comprados nas lojas agropecuárias, mas antigamente os agricultores utilizavam outros meios. Em uma caminhada pela *Mata dos Lourenço*, nos depararmos com pés de café dentro da floresta suscitou um relato do *Paulão* sobre a forma de aquisição de mudas dos primeiros cafezais da comunidade *São Pedro de Cima*:

Antigamente a turma puxava muda de café da mata pra plantar. Essas que a gente está vendo aqui é de passarinho que come e caga aqui, é jacu, bem te vi, trinca ferro, curió, alma de gato, siriema e outros bicho, que come nas lavouras, caga aqui e nasce o pé de café. Era assim que fazia muda antes de começar a ser plantado na gaveta. Já o café de gaveta fazia assim: uma cova, um berço de um palmo de fundura e na beirada do berço cavava um buraquinho que nem uma gavetinha e colocava dois favos ali. Mas antes pegava as mudas que nasciam no mato.

O café *dos antigos* demoravam 4 a 6 anos para dar os grãos de café, mas duravam muito mais tempo do que as mudas adquiridas atualmente no mercado, cerca de 80 anos, sem a necessidade de emprego de adubos e agrotóxicos. Nesta época, depois das crises do café na região da Zona da Mata Mineira na década de 1930, o café era apenas um cultivo de subsistência, tendo uma retomada da atividade cafeeira na região a partir da década de 1970 através de incentivos governamentais (ITABORAHY, 2014).

As variedades de café cultivadas pela família são o *catuai*, o *catucaí* e o *mundo novo*. O café é plantado principalmente na Z2, com uma distância de cerca de 1 m entre cada pé, em fileiras dispostas nas curvas de nível do terreno. A distância entre as fileiras é de 3 metros e este espaço entre elas, chamado de *rua*, é utilizado para os plantios rotacionais. *Paulão* informou que *o café dá bem de dois em dois anos, mas o ano que dá bem o preço cai, porque se aqui em São Pedro dá bem, em outros lugares dá igual, ao mesmo tempo, ta todo mundo na mesma.*

Quando amadurece ao ponto de ficar *cor de cana*, o café é colhido neste e nos demais agroecossistemas da comunidade, normalmente, no período compreendido entre abril e setembro: estica-se um tecido de algum material resistente nas *ruas* sob os pés de café e colhe-se, manualmente ou com a *derriçadeira* (roçadeira à gasolina com um complemento

que trepida os galhos fazendo com que os grãos caiam). *Paulão* e família preferem colher manualmente, justificando que *a derriçadeira colhe mais rápido, mas machuca os galhos da planta*.

Depois de colhido, o café é transportado até o terreiro da casa, que costuma ser de terra batida ou de concreto, no qual é espalhado e revirado periodicamente durante o dia, amontoado e coberto com uma lona para protegê-lo do sereno durante a noite. Quando o café fica no ponto certo de secagem contratam um serviço mecanizado que descasca e ensaca o café (Fotografia 15). Um caminhoneiro presta este serviço atendendo os agricultores nas suas propriedades, normalmente por núcleos familiares, mas alguns moradores do lugar também possuem a máquina.

Uma tecnologia mais recente na comunidade é a secagem artificial do café em um sistema aquecido à lenha e outros combustíveis. Com este sistema ganha-se tempo, pois os grãos secam mais rápido e são encaminhados rapidamente para o mercado. Porém, aumenta-se o gasto com lenha e combustíveis e alguns agricultores relataram alterações no sabor e na qualidade do café. Além disso, observamos o aumento de focos de fumaça na paisagem de *São Pedro de Cima* durante a época de secagem.

Fotografia 15 – Máquina de descascar e ensacar os grãos de café



Fonte: Acervo NEA Ewè (2012)

Depois do ponto certo de secagem e ensacamento, os agricultores negociam a venda das sacas com compradores da região, principalmente dos municípios de Divino, Luisburgo e Orizânia.

Acompanhamos o *Paulão* durante a venda de uma saca de *rapa do café*. Ele já tinha negociado o preço da saca com um comprador de Divino anteriormente, então só acompanhamos a entrega e o pagamento. Observamos alguns detalhes da loja em que recebeu o pagamento: tem uma arquitetura e estilo modernos, com cartazes de propaganda de insumos e máquinas para lavouras; em um canto havia uma televisão expondo a cotação do preço do café na bolsa de valores de Nova York e; dispostos em um balcão, havia uma infinidade de pequenos saquinhos transparentes, cheios de sementes de café, etiquetados segundo a qualidade do grão atestada pelo provador. No fundo da loja há uma sala onde são feitas as combinações de preço da saca e acordos que envolvem a compra antecipada de adubo e posterior pagamento em café. Como já dito anteriormente, os mesmos compradores de café são, também, vendedores de ferramentas, sementes e insumos agrícolas, representantes de empresas de agroquímicos e agentes de disseminação do pacote tecnológico da Revolução Verde. Os agricultores de *São Pedro de Cima* reclamam desta prática, pois perdem a possibilidade de renegociação do preço do café caso a produtividade seja diferente da estimada (ITABORAHY, 2014). Apesar da insegurança, muitos agricultores incorrem neste risco.

Depois do recebimento do pagamento na loja levamos a saca a um depósito localizado na periferia da área urbana do município. É um depósito enorme com pilhas de sete sacas de café de altura. Descarregamos a saca que foi colocada em uma balança e um funcionário da empresa verificou a identificação emitida pela loja compradora. Ao ser indagado sobre o destino da produção de café do município, o funcionário nos informou que 80% das sacas são carregadas e transportadas em caminhões até portos dos estados do Espírito Santo e Rio de Janeiro, e exportadas para países da Europa (principalmente França, Espanha e Itália) e Estados Unidos.

Apesar da centralidade econômica ao entorno da produção de café, a policultura se mostra uma estratégia fundamental para a sobrevivência familiar em períodos de incertezas econômicas, principalmente dos agricultores que garantem sua renda com a produção e comercialização do café, *commodity* com preço definido na bolsa de valores de Nova York, ou seja, os agricultores ficam sujeitos às oscilações do mercado externo globalizado. Além disso, a falta de um nicho de mercado que valorize o café orgânico ou agroecológico também não estimula esta produção, escutamos relatos de agricultores que muito lutaram para

conseguirem a certificação orgânica, mas não há este mercado diferenciado, ficando a saca de café com o mesmo preço de uma lavoura cultivada com agrotóxicos.

Pode-se perceber que a prática policultural é uma estratégia para a sustentabilidade familiar analisando-se a riqueza da agrobiodiversidade encontrada na Z2 do agroecossistema. Caminhando com o *Paulão* na sua lavoura quantificamos algumas que encontrávamos pelo caminho, as chamaremos aqui de etnoespécies.

Na mata de eucalipto da Z2 encontramos as etnoespécies:

[...] *melão de São Caetano, amora, capim roxo, capim gordura, eucalipto preto, jacaré, cedro rosa, palmito juçara, canela amarela, bico de pato, quaresminha roxa, pau-brasil verdadeiro, pau-brasil falso, garapa, pitanga, pororoca, ipê mulato, cinco folhas, murici, capoeira branca, palmito-juçara...*

No “Mapa Agroecossistêmico do *Paulão*, *Ivanete* e família” (Figura 5), a área da Z2 representada com a simbologia “consórcios” se trata do cafezal consorciado com cultivos rotacionais, frutíferas, adubadeiras, árvores e plantas espontâneas medicinais e alimentícias. A família deixa as plantas nascerem espontaneamente e preferem capinar o mato seletivamente para deixar as mudas de árvores e as *plantas miúdas* (PANC, alimentícias e/ou medicinais). Por isso não gostam de utilizar roçadeira e herbicidas como o *Round up*.

Segundo a *Ivanete*, algumas *plantas miúdas* são só medicinais e outras são medicinais e alimentícias:

A erva moura é comestível (refogada) e se comer o frutinho preto dá um sono danado. O cura-tombo, ou sapatinho de judeu, serve pra aliviar dores de tombo, machucado, pancada... Tem o mentrasto que mistura na comida da porca pra ela entrar no cio. Amarra-coruja que dizem que é bom pra tratar febre amarela. O picão é medicinal e dá pra comer: é antibiótico natural, combate tiriça ou amarelão, que alguns chamam de hepatite, mas os brotos mais novos são comestíveis refogados no meio de couve ou almeirão, só os galhinhos viçosos. Os Pereiras mesmo comiam de tudo destas plantas miúdas quando eram mais novos. E eles tem uma saúde de ferro. E muita gente não come essas miudezas, roça, capina, mata tudo. É taioba, serrália, picão, erva moura, almeirão, cura tombo, trançagem, mentrasto, begônia, é muita coisa que é planta miúda.

Paulão completou:

De remédio tem muito. Porque serrália dá pra fazer um chá. Se você tiver azia, você mastiga a folha. Tem o picão que é contra tiriça. Tem o

arrebenta-pedra, tem o mentrúcio que é anti-inflamatório. Tem também o bugre... Nunca fiz chá dele, mas minha avó tomava o chá da folha dele pra dor na boca do estômago. Tem muitos tipos de remédio. E de comer também: só de bananeira tenho seis tipos: nanica, nanicão, prata nanica, três pencas, três quinas e banana-pão. Mas tem abacaxi amarelo, abacaxi roxo, uvaia, laranja (serra d'água, dos antigos), limão, mexerica candongueira, ameixa amarela, manga... Seis tipos de mandioca: bico de arara, cacau, rosinha, espanta miséria, amarela, vassourinha e a vermelhinha... Tem batata doce, batata baroa, inhame, taioba... Milho agrocere e macabu que peguei em um Intercâmbio... Várias variedades de feijão: pretinho, terrinha bico de ouro e feijão de corda... Vixe, é muita coisa: fava, araruta, tomatinho... Ih, tem muita coisa, desde as miudinhas até as grandes.

As plantas miúdas ainda têm outras utilidades, como por exemplo, algumas são indicadoras da qualidade do solo. Diz o *Paulão* que o manejo do solo deve ser orientado pelo tipo de mato que nasce sozinho, aquele cabelo da terra:

Tem o fel da terra. Aquele capinzinho roxo que quando começa a surgir mostra que o terreno ta fraco. Onde o terreno é bom como aqui você não vê o fel da terra. Ainda tem o capim umbeca que é de solo ruim. Aqui que é bom você vê marmelada, erva moura ou maria pretinha, trapoeiraba, voadeira ou corda de viola, picão. Muito mato de terra boa. O terreno que é fraco você conhece ele no trabalhar, que da terra fraca não sai muito mato. Porque aqui você nota que o terreno é mais gordo, mas lá onde estou jogando um monte de palha a terra é mais pelada, mais avermelhada. Onde a terra é gorda tem muita mistura no meio dela que esterca. To tentando controlar de um jeito que fique todo o solo bom, mas toda carne tem osso, né? O lugar que a terra é mais fraca é osso. Mas to tentando colocar um esterco, uma bananeira, um troço qualquer que a gente corta pra ir melhorando o solo.

Paulão tem plantado e educado as árvores da lavoura, podando-as nas épocas adequadas e espacializando-as no meio do serviço de forma que potencialize as sinergias entre as espécies manejadas e garanta uma maior fertilidade ao sistema. A diversificação da lavoura é uma estratégia que vai além da segurança alimentar da família e das criações:

De árvore estou melhorando. Tinha umas 4 árvores no meio do serviço, mas agora tô deixando mais. Tem o ipê mulato que dá flor amarela, manga, nativas, cinco folha que é pra remédio e pra dar sombra na lavoura, tem cedro nativo, cedro rosa, capoeira branca, fedegoso. Serve de sombra e pra fazer forragem no solo. Tem que ir educando as árvores na lavoura porque faz um esterquinho no solo, dá sombra, fruta pra nós e pros bicho. E se a gente for viver só do café passa aperto demais. Não tem jeito não. Café é só aquela febre. Eu nunca afirmei que ia plantar só pé de café, é só ver meu serviço. É pouco, mas se for ver eu tenho quase de tudo um pouquinho. O serviço não pode ficar só com café. Tem uma turma pro lado de cá que só

planta café. Uns pezinhos de planta como uma ameixa, um pé de ipê roxo, sempre são as mulheres deles que plantam. Eu não, eu misturo tudo quanto há. Quando vou no serviço sempre levo um balaio de taioba para os porcos, jogo para os patos, pras galinhas. Levo sempre um facão para colher mandioca e já pico as ramas pra plantar e jogar a folhada no solo, pra fazer a cobertura. Eu tendo isso aqui pra que é que eu vou comprar coisa lá na cidade? E tem que plantar pra nós e pra natureza.

Poucos produtos são beneficiados, processados e armazenados dentro do agroecossistema. Além dos que são consumidos in natura como as frutas e hortaliças. Alguns outros são armazenados na *tuiá* (milho, feijão, entre outros) ou em um *freezer*, eletrodoméstico adquirido recentemente. O feijão tem um tratamento especial com uma técnica *dos antigos*: seca-se o pé de feijão de cabeça para baixo e o *cura* (armazena) na terra de formigueiro. O benefício de *curar* o feijão desta forma é *porque a terra de formigueiro é uma tirada lá no fundo, terra boa, e os antigos faziam isso. Hoje em dia o povo coloca remédio, mas não é bom para a saúde. Tem gente de São Pedro de Cima que ainda usa.*

O milho é a base da alimentação das criações da propriedade, mas também da alimentação da família. Para fazer o fubá para as criações *Paulão* mói o milho em uma picadeira, mas para fazer fubá para o consumo da família leva para algum amigo que tenha moinho d'água.

Paulão já utilizou agrotóxicos na lavoura, mas não usa mais. Teve problemas com o *berne da raiz do café, a ferrugem da folha e o bicho mineiro* e aplicou os agrotóxicos Trinity e Galeão (ITABORAHY, 2014), mas descobriu em um *Intercâmbio de Saberes* uma alternativa e deixou de usar. Segundo a *Ivanete*,

Falaram no Intercâmbio que o berne não aguenta os raios solares. Então podemos o café e capinamos a lavoura para matar eles e assim acabou com tudo. E não pode colher o café e deixar a rapa no chão, senão dá broca dentro da semente. Quando paramos de usar os venenos foi melhoramento tanto na saúde, quanto no bolso, pois evita de fazer uma conta sem futuro.

O uso do agrotóxico, evidentemente, é utilizado para combater as pragas que são atraídas pelas plantas e ambientes desequilibrados. *Paulão* explica como evitar os agrotóxicos:

É só plantar para o sustento, para a terra e para os bichos. Você planta um pé de bananeira e atrai o passarinho, aí ele pousa no chão e come um inseto. Tem uma música do Teixeira que falava que uma coisa combatia a outra. E depois que mudou para o veneno é só veneno que o povo come.

Então um inseto combate o outro. Antigamente ninguém tinha veneno. Eu até já usei veneno pra controlar formiga. A formiga acaba com tudo. A formiga parece que só não gosta muito de tangerina, aquela da casca grossa. Parece que ela não gosta da folha. Dizem que batata baroa tem um vinagre que você põe num pão e as formigas levam pro formigueiro. Parece que mata tudo.

Segundo ele, outras alternativas são cavar e encontrar a *formiga-mestre*, pois matando-a *o resto morre tudo*, ou abrir um buraco em cada lado do formigueiro e acender uma fogueira em um deles.

Os agricultores de *São Pedro de Cima* envolvidos com a transição agroecológica e partícipes dos *Intercâmbios* têm um claro posicionamento contrário ao uso do herbicida *Round up*, sementes transgênicas, monocultivos e algumas outras técnicas e insumos agrícolas modernos. Provavelmente devido ao impacto e experiências negativas proporcionadas pelo emprego destes insumos e técnicas da Revolução Verde na saúde dos agricultores e dos ambientes, além da dependência dos insumos externos ao agroecossistema e o risco de agravamento da insegurança alimentar. *Paulão* relata algumas consequências e problemas relacionados a práticas agrícolas modernas:

Outro dia até falei num encontro do Intercâmbio de Saberes: esse negócio de Round up e roçadeira acabou muito com as plantas miúdas. Por quê? Aonde você joga Round up não fica planta miúda não. Lá no meu serviço, você pode rodar lá, você encontra serrália, você encontra taioba, você encontra pé de mandioca novo, você encontra velho, encontra pé de cana, encontra pé de abacaxi que eu plantei lá, uvaia, muitas covas de banana. E se você jogar Round up, as plantinha miúdas acaba tudo. Acaba com a terra e acaba com as plantas miúdas. Você pode notar. O terreno pode ser terra fértil que for, terra boa. Você começa a jogar Round up, ela fica uma terra solta, com pouco tempo ela começa a dar aquelas pelotinhas, fica uma terra canjiquenta, a terra fica intoxicada. E as plantinhas miúdas acabam toda, uma cenourinha, uma batata baroa, taioba, serrália, mostarda. E esses milhos transgênicos? Nem passarinho gosta de comer ele. Igual o que eu falei pra você lá na mata: a fruta que o passarinho não come ela não presta para a saúde. Eu falo pra você porque a gente tem uma experiência. Pode chegar num cacho de banana lá na roça, o passarinho belisca aquilo tudo. Tem que observar a natureza. O Júlio plantou lá, a espiga de milho tava do mesmo jeito, os passarinhos não pegaram, nem o boi quis comer. E o milho você compra hoje a 22 reais o kg. É muito barato, fica até difícil de entrar na competição.

Paulão, assim como muitos outros agricultores da região, entrou na transição agroecológica e diversificou a lavoura para garantir, além da alimentação, a fertilidade do

sistema. Porém, é fato que não há um mercado consumidor para a produção policultural, o mercado é todo voltado para o café.

Como exemplo de um agroecossistema em transição agroecológica, visitamos o agricultor *Gilberto* do STR que diversificou a lavoura com diferentes variedades de bananeira. Colhe, em média, 200 kg de banana por semana e não tem para aonde escoar.

Paulão também produz muita banana, mas não a comercializa. Alimenta as criações e a família, porém, em nossas caminhadas pela sua lavoura presenciamos muitos cachos colhidos e abandonados. *Eu produzo mais do que a família e as criações aguentam comer. Deixo aí pros passarinhos.*

Uma solução discutida em *Intercâmbios* se trata de fazer banana-passa, um beneficiamento que aumenta a validade da fruta e, com isso, aumenta a chance de venda e o acesso a maiores mercados consumidores mais longínquos. Pode-se, também, produzir farinha de banana para alimentação animal.

Quanto ao sistema de criação animal, a família cria *porco, galinha caipira e de granja, pato, marreco, peixe, cachorro e gato*. Alimentam os bichos duas vezes por dia, com muito zelo, praticamente só com produtos da lavoura. Ração é apenas para alimentar os pintinhos de granja. Segundo o *Paulão*, *tem que cuidar bem das criação:*

Você zelando o chiqueiro, o galinheiro, é a mesma coisa de cuidar da casa da gente, a gente não gosta do zelo? A criação não fala, mas gosta também. Você cuida bem, mata aquilo e come, fica até mais alegre, mais saudável. Se o porco tiver cheio de verme, com as costelas aparecendo, tadinho... O bicho tá sofrendo. Aí você come aquilo e não come uma coisa com um bom sabor, com um gosto, saudável. Saudável pra saúde e para os olhos também. A gente tem que caprichar com tudo que a gente mexe. É melhor até mexer com mais pouco. Pra fazer direito. Se for pra mexer e não dar conta é melhor nem mexer.

As criações não são comercializadas, a não ser em casos especiais. A produção é voltada para o *consumo da casa*, pois a produção é pequena. *Só da gente ter em casa uma criação para evitar de comprar já é muito bom. Você sabe o que está comendo.* A família utiliza gordura de porco ao em vez de óleo de cozinha e gostam de lembrar as antigas formas de processamento e armazenamento da carne do porco, em especial, carne frita conservada em uma lata cheia de gordura. Vimos na cozinha da casa duas grandes panelas nas quais reproduzem este processo mesmo tendo um *freezer*.

Os *capados* (porcos) são comprados pequenos, castrados e criados dentro de uma estrutura concretada. De um lado fica o *cocho* onde comem e do outro fica uma saída de água.

Os porcos só defecam nesta saída. Do outro lado, as galinhas caipiras, patos e marrecos se alimentam do esterco do porco.

A carne de galinha caipira e de pato é muito apreciada. Em uma visita nossa a *Ivanete* fez questão de matar um pato para uma receita tradicional da Zona da Mata Mineira: pato com macarrão. Como já conhecem nossa curiosidade sobre as práticas cotidianas de manejo dos subsistemas da propriedade, nos convidaram a assistir o abate e explicaram como aproveitam ao máximo todos os derivados, desde a carne até o sangue que é cozido e misturado na comida.

Diariamente *Paulão* vai até sua lavoura e enche um balaio de folhas de taioba, inhame, cana-de-açúcar, mandioca, batatas, banana e outras frutas, pica tudo, ferve em um caldeirão e alimenta as criações (Fotografia 16), o que demonstra a relação e circulação dos insumos e produtos entre o sistema de cultivo e o sistema de criação animal, o que propicia uma maior autossuficiência alimentar e uma menor dependência de insumos externos ao agroecossistema.

Fotografia 16 – Balaio com produtos da lavoura e caldeirão de ferro para preparo da alimentação dos porcos



Fonte: Acervo NEA Ewè (2008)

São poucos os medicamentos comprados no mercado para *tratar* as criações, basicamente apenas vacinas vermífugas e um medicamento utilizado na hora de castrar as porcas. Utilizam recursos locais, como colocar mentrasto na comida da porca para que ela entre no cio, folha de bananeira como vermífugo e casco de tatu para *desenfezar* porco:

Quando acabar a buchada e ficar só o casco você leva e deixa secar na chapa do fogão. Quando secar você soca e põe numa vasilha e mistura na comida do porco. Desinfeza ele se ele estiver toído, com o cabelo meio arrepiado. É melhor do que esses remédios que se compra no mercado.

Os pintinhos são adquiridos no mercado ou com vizinhos. Tem dois tipos: *pintinho de granja e caipira*. O primeiro é criado preso e alimentado com ração para ter um rápido crescimento. O segundo é criado solto e alimentado com restos de lixo orgânico, produtos da lavoura, restos da horta, chuchu, folha de batata, entre outros. A folha da bananeira também é utilizada como vermífugo para galinha. Os únicos predadores das criações, principalmente as aves, são os *gatos do mato, gambás e cachorros*.

O açude da família é utilizado para a criação de tilápias. São alimentadas com restos de comida e ração e servem de alimento para a família. O único problema enfrentado foi o ataque de *lontras*.

Paulão relatou que os problemas ocasionados pelos animais nativos no agroecossistema são devidos à redução das florestas. O próprio agroecossistema dele não possui mata nativa conservadas, nem reserva legal, a não ser a faixa de mata ciliar na área da lavoura que é utilizada, principalmente, para a produção de madeira para construções e lenha, chamada por *Paulão* de *matinha agroecológica*. Inclusive, não existem muitas florestas na comunidade, apenas poucas matas secundárias em regeneração.

Para analisar o saber ambiental, a importância da conservação da natureza para o *Paulão* e os seus saberes ligados à biodiversidade nativa, propusemos uma visita a um frondoso fragmento florestal denominado localmente como *Mata dos Lourenço* que dista cerca de 6 km da comunidade.

Esta mata foi utilizada para extrativismo seletivo de madeira até o início dos anos 2000, porém, ainda possui árvores de grande porte. Durante o transecto percorrido dentro da mata encontramos estradas de retirada de madeira, tocos e casqueiros das árvores extraídas, recipientes plásticos de óleo e combustível utilizados para motosserra e outros maquinários. Esta paisagem contraditória (grandes árvores e os resquícios do extrativismo) suscitou uma série de interessantes interlocuções com o nosso guia. Conversamos sobre os recursos naturais

estratégicos para o dia-a-dia na roça (água, solo, radiação solar e biodiversidade) e o reflexo dos problemas ambientais no sistema ecológico e produtivo local.

Ao discutirmos diferentes pontos de vista a partir do conhecimento de cada um baseado em sua própria cultura e racionalidade, dialogamos, também, sobre a relação entre saberes populares e conhecimento científico, e como os primeiros foram desqualificados e subalternizados. Concluímos que são conhecimentos de matrizes de racionalidade diferentes, porém complementares. Observamos como é importante preservar os etnosaberes que foram criados e desenvolvidos pelos sujeitos rurais em íntima relação *com-a-natureza*, diferente da relação moderna *contra-a-natureza* (PORTO-GONÇALVES, 2002), tão degradante social, cultural e ecologicamente, pautada no poder *sobre-a-natureza* (relação de dominação), diferente do *poder-com-a-natureza* (relação de apropriação aproveitando as sinergias positivas no metabolismo entre sociedade e natureza).

Coerente com a afirmação, além da percepção das transformações socioambientais e produtivas, nos surpreendemos com o conhecimento etnoecológico e etnobotânico do *Paulão*. *De conhecimento teórico sou até meio analfabeto, mas sobre conhecimento de madeira e essas coisas a gente entende um bocadinho*, disse-nos. Durante nosso transecto na *mata dos Lourenço* listamos algumas plantas reconhecidas por ele, de vários estratos florestais diferentes, que encontramos no caminho:

[...] jaborandi, jaborandi falso, folha larga, coeté do mato, garapa, angico vermelho ou angico prego, bico de pato, espeto, taquaruçu, navalha do mato, bugru, breu, negramina, embaúba, braúna, barba de pau, vinhático, pau frango, ingazeiro, palmito juçara, jequitibá, palmeira coquinho, maria preta, cipó mata pau, cipó correia, gabirola, camboetá, cedro rosa, canela amarela, palmito vermelho, orquídeas, bromélias...

Paulão possui uma taxonomia aprendida com os mais velhos da comunidade e aprimorada através da sua experiência de vida: reconhece as árvores pela aparência e, na dúvida, analisa a dureza, cor, cheiro e formato da casca, da madeira e das folhas. Sobre a utilidade dos produtos florestais, nos esclareceu:

Usa aqui de tudo enquanto há: madeira dá pra fazer móvel, casa, raízes e matos que são remédio... Tem umas que tem vários usos como o açáí aí que dá remédio, madeira, se come o fruto e o palmito... Às vezes temos um remédio dentro da mata e estamos indo na farmácia comprar... Trazendo as drogas fulano de tal para dentro das nossas casas, sendo que tem natural dentro da mata... Mas muitas vezes não sabemos usar e não valorizamos o que temos, né? Porque o que tem aqui é nativo e o que tem lá é droga... É da

drogaria, né? Eles buscam mato aqui para fazer, mas botam um punhado de químicas. E o nosso aqui da mata é natural. Mas alguns saberes tão se perdendo porque, São Pedro de Cima, por exemplo, antigamente o pessoal dependia mais da floresta. Tinha muito artesanato, é balaio, é cabo de ferramenta, peneira... Hoje é poucos que faz. Compra muitas coisas na cidade. E remédio também. Tinha um tal de Jorge Morais, um cara idoso, que buscava remédio aqui para fazer garrafada de remédio. Pegava raiz, essas coisas. Ele pegava os remédios aqui e a gente tinha que ir lá buscar. Já peguei umas pra minha mãe na casa dele. Aqui tem muita coisa, é raiz, pau, cipó, mato, tem muita riqueza de remédio dentro dessa mata aqui. E de madeira também. Tem um caso aqui nessa mata de uma árvore tão grande que seis juntas de boi e um trator não foram suficientes pra carregar ela. Na época que tiraram mais madeira daqui não tinha nem motosserra. Era tudo no curupião, aquele serrote com dois cabos, ficava um homem puxando de um lado e outro puxando pro outro.

Paulão nos relatou porque é importante conservar as florestas:

A floresta para mim é vida, é saúde, tudo quanto há de bom, lugar da pessoa refrescar a mente, viver. Porque na cidade você não vive, você vegeta. E aqui na mata você só vê as coisas naturais: é árvore, é passarinho, é cigarra, é borboleta. Tudo enquanto há que pertence à natureza. Então isso aqui para mim é uma vida. Porque eu já sou criado e crescido no mato, um caboclo nato, eu não tenho vergonha nenhuma de falar que sou um caboclo nato, nativo. Isso aqui pra mim é vida. Representa um amor, um cuidado, um carinho, uma sobrevivência natural, não é coisa improvisada, não é nada. Isso aqui é criatura divina, que Deus deixou e o ser humano, muitas das vezes não está valorizando, está destruindo e nós tem que valorizar uma coisa dessa que é benção de Deus. É coisa que a gente precisa para sobreviver. Pra mim essa mata representa o pulmão de Santa Cruz, de São Pedro, Viana, tudo. Que é pouco lugar que você vê uma mata nativa como essa, estamos aqui no pé de um jequitibá... Quantos anos tem uma árvore dessa? Deve ter mais de dois centenários, né? Deve ter muita história pra contar. E o ser humano começou a cutucar o pé dela com motosserra, de tão ingrato que ele é. Em vez de deixar ela aqui para representar, para a juventude conhecer, não! Começou a destruir e Deus que ajudou a não deixar derrubar ela. Isso é vida, rapaz. Onde está o guião de uma árvore dessa no chão adentro? Se é que a árvore puxa água, uma árvore dessa puxa muito para a natureza. Porque estamos vendo o exemplo aí, né? O tanto que as águas estão diminuindo o tanto que vai secando... O tanto que os eucaliptos evoluiu... E outra coisa que não é nada boa para a natureza daqui são esses braquiário do morro, também. Antigamente tinha água à vontade, muita gente tinha moinho. Hoje não roda mais por quê? Porque acabou com a natureza. O ser humano mesmo ta destruindo o que Deus deixou. Num próximo dia a gente tira um dia inteiro e atravessa essa mata toda. Traz até uma marmita. Eu gosto de andar no mato. Pra esse trem tem que gostar, senão não vem não. Tudo que a gente faz, a gente tem que ter amor por aquilo.

Este depoimento demonstra que a forma como os agroecossistemas são manejados é orientada de acordo com a racionalidade e as necessidades dos sujeitos. Demonstra que as

formas de apropriação do espaço são tanto materiais quanto simbólicas e que os instrumentos, tecnologias, conhecimentos e o *saber-fazer* popular são mediadores da relação sociedade-natureza, orientadores da apropriação e produção do espaço-geográfico.

Desta maneira, buscando diagnosticar limites e as potencialidades da transição agroecológica em um agroecossistema foi necessário considerar os sujeitos envolvidos e suas respectivas racionalidades, o arranjo socioeconômico, produtivo, ecológico e fundiário.

4.4 O MANEJO DA FERTILIDADE DO SOLO: DE DIAGNÓSTICOS CONVENCIONAIS E ALTERNATIVOS ÀS PRÁTICAS DE MANEJO

Dialogando sobre como o solo é tanto mineral quanto vivo, *Paulão* evidenciou-nos um amplo conhecimento empírico sobre qualidade, limites e potencialidades do solo de sua lavoura. Explicou que existem dois tipos na área manejada pela família, uma *terra boa* e uma *terra fraca*, e a necessidade de se ter um cuidado com o solo de forma que se garanta a fertilidade, a prevenção de possíveis ataques de pragas e a longevidade da produção.

A gente mexe com várias diversidades. Porque o lugar seco não é ideal pro milho, cada coisa tem o seu devido lugar. Lugar que não é bom para milho você planta uma mandioca, um abacaxi. E lá na baixada onde o solo é bom a gente não planta as coisas como abacaxi, mandioca. Lá é bom para plantar feijão e milho, pois é um lugar mais estercoado. No lugar que é bom não precisa de esterco então você tem que cuidar melhor onde a terra é mais seca, mais fraca. Onde a terra é fraca não sai nada. Já viu matar um capado [porco]? Tem uns pedaços da carne que não dá pra fazer nada não. E a terra também, quando você vai cavacando, vai saindo aquelas pelotas duras. Quando a terra é boa ela é soltinha. Você planta um pé de milho sai bonito, planta um pé de mandioca e ele sai bem. Ali tem uns bichinhos, uns microorganismos. Você pode notar que, você corta um pé de bananeira e joga ele no chão, com pouco tempo você levanta e vê um monte de verminhos, com uma aguinha. Tem que cuidar dos bichinhos da terra. Se jogar Round up você ta cuidando deles? Se jogar um veneno ta cuidando deles? Nesses lugares a terra é morta. Cheia de torrão. A formiga e o tatu também ajudam a diminuir a erosão. Se for enxergar a realidade não podia nem matar a formiga. Ela que também não deixa dar erosão. E os pais tem que ensinar para os filhos que você não pode queimar nenhum esterco da terra. Se não vai fazer nada com ele, faz uma lera no serviço ou faz uns montes igual fazia para plantar arroz. Depois de um tempo espalha que a terra não fica fraca. Agora, se queimar, só vai enfraquecendo. E mata os bichinhos. O que é que vale uma terra se não tiver uns vermezinhas? Pode olhar na cabeceira do meu serviço, tem uma beirada lá que não nasce nada. Lugar daquele você tem que fazer umas valas pra água, umas microbacias e jogar um esterco.

Há alguns anos atrás, como estratégia de conservação do solo, *Paulão* executou intervenções no talude aonde se localiza a lavoura: cavou alguns buracos estrategicamente localizados onde se concentra a drenagem do terreno, denominados por ele como *microbacia* (Fotografia 17). Feitos *a braço*, servem para barrar a velocidade da água superficial quando chove forte, conservar a água dentro do agroecossistema, alimentar o lençol freático e impedir a perda de adubo e matéria orgânica do subsistema.

Eu fui lá no serviço de um padrinho meu lá no Córrego dos Ferreiras lá perto de Divino e eu vi lá o que eles fizeram, mas eles fizeram de máquina. Gostei tanto que cheguei aqui e comecei a fazer. E fiz mais três aí pra cima na lavoura. Antigamente, quando não tinha isso, a água descia pela estrada esburacando tudo. Gastava um dia inteiro pra aterrar. Agora, além de ajudar o terreno e a água, não faz buraco na estrada. A microbacia pára a enxurrada ali e não leva embora o adubo, a palha, o calcário.

Fotografia 17 – *Microbacia* na lavoura do *Paulão*



Nota: Na foto, *Paulão* e pesquisadores do NEA Ewè
Fonte: acervo próprio (2012)

Paulão emprega na lavoura o adubo Micro Total (fertilizante que contém nitrogênio, fósforo e potássio, respectivamente na proporção 5-25-15) da empresa Heringer, que custa cerca de R\$73,00 o saco de 50 kg. Afirmou que sua vontade é substituir o adubo por húmus de composteira e esterco de animais. Porém, devido a sua propriedade ter uma área

pequena, não tem espaço suficiente para grandes criações, o que evidencia uma dependência de insumos externos ao agroecossistema.

Ele explica a importância do manejo da matéria orgânica e da adubação com esterco pautado no seu conhecimento sobre usos potenciais de plantas, solos e ambientes:

A matéria orgânica na terra é muito importante. Porque o solo fica mais fértil, mais gordo, não fica lavado. Se você capinar demais e não concentrar a água em alguns buracos, a água bate em cima e cai embaixo de repente, aí fica um tipo de terra com o chamado alumínio brioso. Por quê? O esterco é o que tá em cima, a água leva ele tudo... Você joga um adubo, ele vai embora... Você joga uma palha de café e ela vai embora... O esterco que podia fazer para a cobertura do solo também vai tudo para a baixada. E onde precisa mais de esterco é no morro. Porque o solo não precisa de remédio não, quem precisa de remédio é doente. Assim eu só levo esterco para o alto do morro, porque na baixada eu planto um feijão, mas lá já é acomodado de esterco. No morro, se você não caprichar, fica tudo lavado. Eu falo por experiência. Uma vez nós tinha um chiqueiro que era de chão, não tinha cimento... E nós plantava arroz e jogava palha de arroz ali dentro, cana de milho, folha de banana seca e o porco foi misturando aquele trem, fuçando...aquilo dava uma catinga danada...um dia calcei uma bota de borracha, passei a mão numa enxada e rapei aquilo tudo pra fora. Catingava daqui até os eucaliptos ali [a uns 300 m de distância de onde estávamos]. Deu um montão e deixei num canto. Quando aquilo secou um bocado, tava bem seco, passei a mão num balaio, joguei dentro de um trator e levei lá para cima pra lavoura. O trator tava tão pesado que subiu cavacando. Joguei tudo num lugar onde a terra era mais ruim, mais vermelha, na parte de cima da estrada. Fiz um covão atrás de uns pé de café. Plantei feijão no canto da cova. Rapaz, deu cada pé de feijão enorme, de tão pesado o pé deitou, deu vagem de mais de palmo. Não faço mais isso porque tenho pouca criação. Se desse pra ter um curral e tirar 10 a 15 carroças de esterco? Você aduba 1 vez por ano e a fertilização do esterco dura 3 anos, o Micro Total mesmo tem que colocar 3 vez. Dava pra plantar feijão pro sustento e para vender pros outros.

Quanto ao tipo de solo, uma pesquisa (ainda não publicada) desenvolvida por pesquisadores do NEA Ewè e outros alunos da graduação em Geografia da UFJF, analisou duas amostras de solo coletadas na lavoura do *Paulão*, uma retirada em uma área com predominância de pés de café e outra retirada em um local policultural. A partir dos resultados da análise física e química encomendada ao Departamento de Solos da Universidade Federal de Viçosa concluiu-se que o tipo de solo das duas amostras se consiste em um *Latossolo vermelho amarelo distrófico*, ou seja, um solo depauperado quimicamente e ácido devido a altas taxas de alumínio (EITERER et al., 2014).

Houve ainda outra análise química oferecida como medida compensatória pela Samarco, que disponibiliza técnicos para coleta e análise química do solo dos moradores de

São Pedro de Cima. Dois engenheiros agrônomos da empresa visitaram os agricultores e aconselharam práticas de melhorias do café nos moldes do pacote tecnológico da Revolução Verde. *Paulão* adubava a lavoura duas vezes ao ano, como a maioria dos agricultores do lugar, mas com o resultado da análise do solo em mãos, os técnicos o aconselharam a adubar três vezes ao ano em menor quantidade e a aumentar a quantidade da aplicação de calcário, devido à acidez do solo.

Ainda tenho muito que melhorar porque ainda tem terra vermelha no serviço. O resultado da Samarco pediu mais calcário do que adubo. Calcário pediu 500g e 100g de adubo por pé de café. Eu estava jogando 200g, 100g a mais. Desta vez pediu 100g 3 vezes ao ano. Eu jogava 4 vezes de 200g. Ano passado eu comprei 3 toneladas de calcário, este ano eu comprei 4.

Quem entrega o adubo e o calcário na comunidade são atravessadores da cidade de Manhauçu. O frete até a comunidade está incluído no preço. Depois precisam contratar outro frete para levar da casa até a lavoura, às vezes utilizam o trator doado aos agricultores do Conselho Comunitário pela Samarco.

O calcário também é da *Heringer*. Custa ao entorno de R\$ 160,00 a tonelada. Joga-se uma mãozada de calcário ao entorno de cada pé de café. Não o jogam no meio das *ruas* da lavoura para economizar e porque a acidez se concentra no solo aonde se espalha o adubo.

Uma prática de manejo do solo que auxilia no controle da fertilidade é o *manejo do cisco*, ou seja, a biomassa produzida pelos plantios rotacionais e pelas árvores da lavoura é capinada e acumulada ora no pé de café ora no meio da *rua*, de acordo com a época e função dos plantios, além de utilizar a palha do café como cobertura do solo. Porém, *Paulão* relata a sua dificuldade em deixar toda a terra da lavoura coberta de matéria orgânica:

Tô tentando cobrir, mas falar que tá todo coberto tô falando mentira. Tem alguns meios que ainda tá precisando. Eu capino e espalho o mato pra plantar milho, feijão. Na primeira é a capina que a gente chama de embolada. Quando é na segunda que a planta tá mais grande você espalha no pé da planta e no pé do café. Eu já venho melhorando o serviço ainda mais depois que eu entrei para a Agroecologia. Nas trocas de saberes a gente vai aprendendo muito mais coisas.

Paulão relatou como os *Intercâmbios de Saberes* o fizeram perceber que muitos problemas produtivos podem ser solucionados através da promoção de encontros entre os

agricultores da própria comunidade, um pensamento coerente com a ideia de construção do conhecimento “camponês a camponês” (SOSA et al., 2012).

Que nem a gente está nessas trocas de saberes, de experiência, de sementes... É um picado que é cercado, como dizem os antigos. Universidade, sindicato, os produtores rurais, incluiu todo mundo numa família só e ali estamos discutindo. Você sabe uma coisinha que eu não sei, o outro ensina o que outro não sabe e tá todo mundo, os que tem estudo e os que não tem, pra ir aprendendo um com o outro e ensinando. É uma evolução, junta os que tem leitura, os que não tem, os que tão na zona rural, os que tão na urbana, une todo mundo. Vem até gente de outras cidades, outros países, como italiano, francês, africano. Então é uma coisa unindo a outra, é que nem uma panelada de feijoada, põe tudo ali e no final das contas fica gostoso.

Orientados pelo pressuposto do diálogo horizontal e inspirados pelas metodologias aprendidas nos *Intercâmbios* propusemos executar uma metodologia de diagnóstico e avaliação participativa de solos e da agrobiodiversidade da lavoura (Fotografia 18).

Fotografia 18 – Execução de métodos de diagnósticos de qualidade do solo e fitossanidade da agrobiodiversidade, seguindo a numeração



Legenda: (A) cheiro do solo
 (B) análise de microrganismos do solo
 (C) análise da presença de microfauna endopodônica
 (D) análise da relação entre a qualidade do solo e a fitossanidade da agrobiodiversidade

Fonte: Acervo pessoal (2015)

Intencionamos com esta metodologia analisar o manejo do agroecossistema através de uma lista de indicadores trabalhados dialogicamente entre a família e pesquisadores de NEA do Sudeste. Nossa intenção metodológica previa considerar a família como sujeitos ativos do processo de diagnóstico, assim, o resultado foi avaliado e pontuado por seus integrantes. O Quadro 1 demonstra os indicadores utilizados e a pontuação dada pela família através de nossa interlocução.

Quadro 1 – Indicadores de qualidade do solo e fitossanidade da agrobiodiversidade

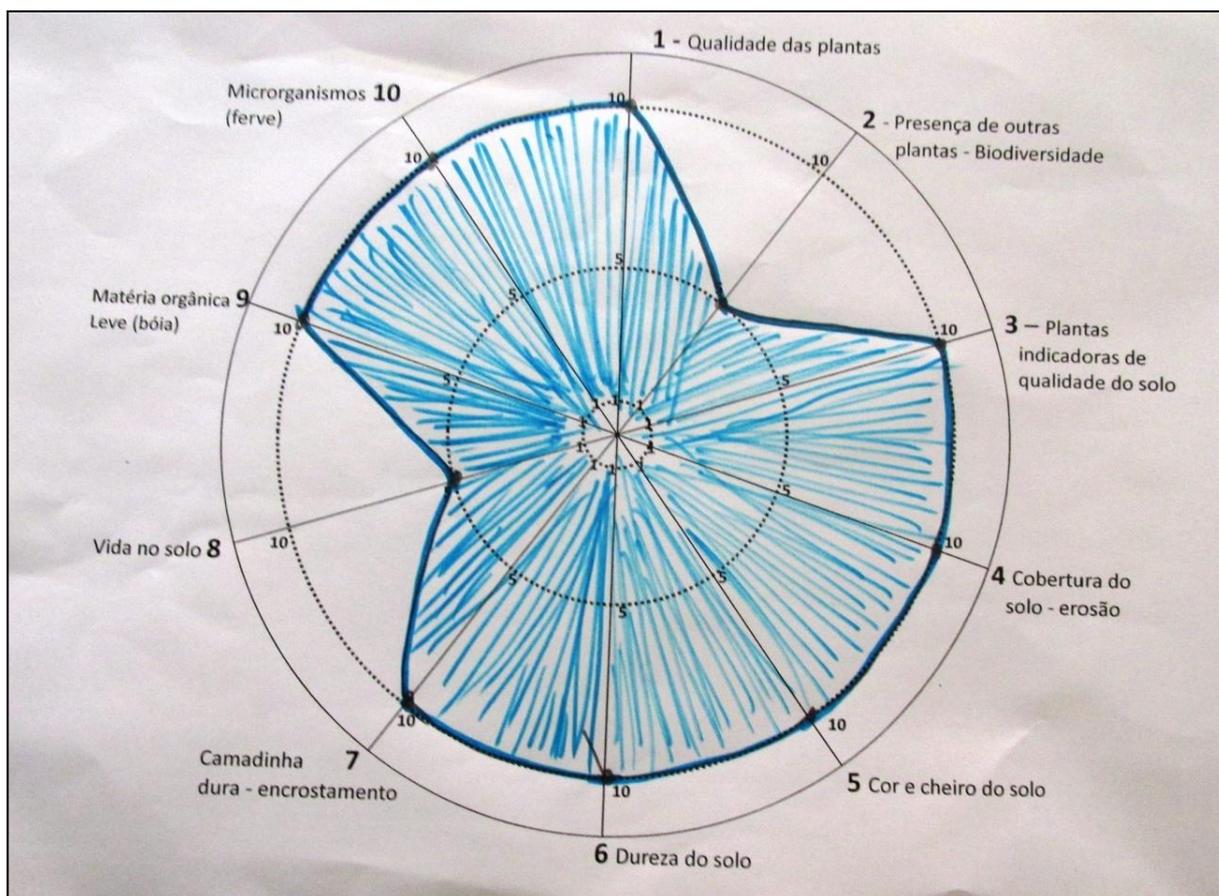
Indicador	Nota	O que observar para dar nota	Nota
1. Qualidade das plantas de café, horta/frutas, pasto, milho/feijão	1	As plantas não estão muito saudas	
	5	As plantas estão mais ou menos saudas	
	10	As plantas estão muito saudas	X
2. Presença de plantas de comer, fazer chá, flor e árvores (Biodiversidade)	1	Só café (monocultivo), sem árvore por perto	
	5	Presença de mato, plantas de chá, plantas de comer, mas sem árvores	
	10	Presença de mato, plantas de chá, plantas de comer e com árvores (mais de 25 por 1 mil pés de café)	X
3. Mato: plantas indicadoras de qualidade do solo	1	Observam muitas plantas que indicam solo ácido e fraco	
	5	Observam muitas plantas que indicam solo mais ou menos	
	10	Observam plantas que indicam solo forte	X
4. Cobertura do solo	1	Solo não está coberto e algumas raízes do café aparecendo	
	5	Solo está um pouco coberto	
	10	Solo escuro, com cheiro bom, muito esterco	X
5. Cor e cheiro do solo	1	Solo com cor clara ou com cheiro ruim ou com pouco esterco (matéria orgânica)	
	5	Solo mais ou menos escuro, sem cheiro ruim, um pouco mais de esterco	
	10	Solo escuro, com cheiro bom, muito esterco	X
6. “Dureza” do solo (tentar cavar um pouco – relacionar com a umidade do solo)	1	Solo duro ou muito poento	
	5	Solo mais ou menos duro e mais ou menos poento	
	10	Solo macio e não poento	X
7. Camadinha dura na parte de cima do solo (encrostamento)	1	Fácil de observar a presença da camadinha	
	5	Observou só uma camadinha bem fininha	
	10	Não observou a camadinha	X
8. Seres do solo – vida no solo (mexer um pouco no solo e observar os bichinhos que aparecem) –	1	Não observam minhocas e outros bichos no solo	
	5	Observam poucas minhocas e outros bichos no solo	X

Indicador	Nota	O que observar para dar nota	Nota
relacionar com a umidade do solo	10	Observam muitas minhocas e outros bichos no solo	
9. Matéria orgânica leve	1	Pouco material orgânico boiando	
	5	Mais ou menos material boiando	
	10	Muito material boiando	X
10. Seres muito pequenos no solo (microrganismos) e qualidade da matéria orgânica	1	Ferve pouco com água oxigenada	
	5	Ferve mais ou menos com água oxigenada	
	10	Ferve muito com água oxigenada	

Fonte: Baseado em Altieri e Nicholls (2002), com a pontuação determinada pelo *Paulão*

Para melhor visualização dos resultados elaboramos um gráfico ameba com os resultados do diagnóstico (Figura 7).

Figura 7 – Pontuação do diagnóstico de qualidade do solo e fitossanidade da agrobiodiversidade do agroecossistema do *Paulão, Ivanete e família*



Fonte: Acervo pessoal

A sustentabilidade de um agroecossistema, como procuramos demonstrar anteriormente, é medida pela capacidade de sustentação da produção e da produtividade do sistema ao longo do tempo com gradual melhora das condições sociais, econômicas e ambientais.

Como se pode observar no gráfico (Figura 7), o agroecossistema do *Paulão* se apresentou bastante sustentável. Apenas os itens 2 (presença de outras plantas – biodiversidade) e 8 (vida no solo) não receberam nota máxima. Apesar do resultado positivo geral, os indicadores 2 e 8 denotam que a lavoura precisa de uma “bomba de fertilidade”, ou seja, do cultivo de plantas que produzam matéria orgânica suficiente para garantir a cobertura do solo e para a reposição da fertilidade. Provavelmente, com o aporte de matéria orgânica no solo, haverá um aumento da agrobiodiversidade, da fauna e flora endopedônica e uma consequente possibilidade de substituição definitiva do adubo proveniente do mercado externo.

5 SABERES, SABORES, FAZERES E PODERES: POTENCIALIDADES E LIMITES DA TRANSIÇÃO AGROECOLÓGICA

Como se pode perceber, os agricultores a que nos referimos nesta pesquisa são detentores e reprodutores de um rico conhecimento empírico. Este conhecimento foi construído a partir dos *saberes* ancestrais, perpetuados através da oralidade e na criação, experimentação e adaptação de soluções para os problemas quotidianos enfrentados no lugar. É um conhecimento complexo que tem de ser entendido na diversidade tanto biofísica quanto cultural, na materialidade e na imaterialidade da produção e reprodução da vida, refletidas nos *sabores*, nos *fazer*s e nos *poderes* estabelecidos nas relações sociais e destas com a natureza.

Desta maneira, ao acompanharmos o cotidiano dos moradores do agroecossistema, pudemos vivenciar estratégias fundamentais para a sobrevivência das famílias agricultoras.

Experimentamos os *sabores*, por exemplo, manifestados no tradicional café, na culinária produzida com a agrobiodiversidade da lavoura, da horta, do sistema de criações e dos quintais produtivos como broas, *quitutes*, bolos etc., na qual quase não se utiliza ingredientes externos ao agroecossistema. Estas receitas, muitas delas herdadas através da oralidade, são valorizadas pelos agricultores locais por representarem uma ligação com o conhecimento dos *antigos*.

Neste sentido, um dado observado não só nesta família como em outras da comunidade, é que nem todos os moradores consomem o café produzido. O *Paulão*, por exemplo, não gosta de tomar café, apenas *água doce* (água quente com açúcar). *Café é só pra vender mesmo, não dá pra comer, né? Mas se for um café de garapa eu até tomo. O café de garapa é um café feito com o caldo de cana em vez de água, muito apreciado pela família. O seu Antônio Dorico também, morador mais velho da comunidade (98 anos), afirma que o segredo da sua longevidade é não beber álcool, não usar drogas e não beber café. Isto demonstra que, para eles, o café tem uma importância quase exclusiva para a geração de renda monetária, evidente na seguinte afirmação do *Paulão*: *café não se come, né? É só pra renda. Por isso tem que plantar mais umas coisa miúda junto.**

Acompanhamos os *fazer*s da família, desde as incursões na lavoura para cultivo, manejo do solo, da água, da agrobiodiversidade para a alimentação da família e das criações, até em eventos fora do agroecossistema como os mutirões, *Intercâmbios de Saberes*,

manifestações religiosas, festas, visitas a amigos e parentes etc. Com o tempo fomos desenvolvendo uma relação mais proximal e um diálogo mais horizontal.

Como já visto anteriormente, este grupo social tem um modo de vida baseado em uma compreensão de mundo construída coletivamente e centrada no território, com aspectos singulares da vida material e simbólica mantida e tensionada através dos laços de parentesco, vizinhança, de uma rede de ações e relações recíprocas e solidárias no trabalho agrícola, na religiosidade e nas festividades, como defendido por O'Dwyer (2002).

Estes laços internos denotam as relações de poder, ou *poderes*, os consensos e discordâncias internas, as formas de se relacionar com a natureza, mas também as relações dos locais com sujeitos externos, como os agentes do Estado, manifestados nas organizações sindicais, políticas públicas, Universidades, institutos e empresas públicas ou privadas. Exemplo deste diálogo com “o exterior”, e evidenciando a permuta de poderes, podemos observar a participação engajada do *Paulão* e sua família nos *Intercâmbios de Saberes*, nos encontros *Kizomba Namata* e nos encontros regionais do AVURA, como ambientes de fortalecimento da transição agroecológica e da questão quilombola.

O agroecossistema como o produto da relação sociedade-natureza, é percebido aqui como um sistema aberto em constante construção e reconstrução de acordo com as relações sociais e ambientais internas e destas com o mundo além das fronteiras locais.

Na agricultura mesmo, principalmente a do café para exportação (Figura 2), denota-se uma relação de influência do global sobre o local, principalmente devido ao café ser uma *commodity* de exportação. Apesar disso, podemos notar que esta agricultura com dupla finalidade, exportação e subsistência, é uma estratégia de redução das consequências negativas do modelo de desenvolvimento rural pautado no pacote tecnológico da Revolução Verde, e a opção de uma agricultura diversificada que tenha capacidade de suprir tanto a demanda interna de alimentos como a da produção de café como moeda de troca. Evidentemente uma estratégia. Possuem uma *práxis* orientada por uma racionalidade e resistência camponesa voltada, primeiramente, para a segurança alimentar da família. Assim, trata-se de uma agricultura que carrega a contradição complexa de ser um arranjo entre dois modelos agrícolas e agrários contrastantes, orientados por diferentes cosmovisões, racionalidades e formas de apropriação do território e de seus recursos.

Observamos que a agricultura é um arranjo que traz matizes de uma biodiversa produção agrícola tradicional, pautada nos saberes ancestrais locais, que passou por uma transformação produtiva, social, econômica e ambiental mediante a construção da BR-116, a implementação do mineroduto da Samarco e o advento da Revolução Verde, ou seja, é o

resultado da interação entre as horizontalidades cotidianas e as verticalidades ou forças externas.

A transição agroecológica surge, por um lado, com a missão de resgatar os saberes e as práticas ancestrais de racionalidade camponesa e, por outro, lançar mão de práticas, com base científica, de estratégias múltiplas de uso da terra, técnicas tradicionais de manejo de recursos naturais, desenho e manejo de agroecossistemas de base local, uso de recursos localmente disponíveis, conservação e reprodução de variedades locais. Através da aliança entre conhecimentos de diferentes matrizes de racionalidade, visa-se garantir a preservação dos etnosaberes, melhorar a sustentabilidade do agroecossistema com tecnologias apropriadas, conservar os recursos locais, prevenir risco de pragas e doenças, propiciar maior autossuficiência e segurança alimentar, independência de insumos externos, adaptabilidade e sobrevivência da família mesmo em períodos de condições econômicas incertas (ALTIERI, 2012).

No entanto, apesar das evidentes potencialidades, levantamos alguns pontos críticos que limitam a transição agroecológica do agroecossistema estudado e que são um terreno fértil para possíveis desdobramentos da pesquisa em busca de soluções:

- (a) Solo exposto denotando processos ativos de erosão, adubo, água, matéria orgânica e sementes na lavoura;
- (b) Dificuldade para solucionar os problemas da *terra ruim*, solo pobre quimicamente, sem cobertura de matéria orgânica suficiente devido à baixa produção de biomassa;
- (c) O plantio de monocultura de eucalipto em uma propriedade localizada à montante do agroecossistema que reduziu a vazão da água e acentuou os processos erosivos;
- (d) A dificuldade em produzir a fertilidade do solo, ficando ainda dependente da compra de adubo derivado do mercado;
- (e) Dificuldades relacionadas ao beneficiamento da produção;
- (f) Dificuldade de acesso a um mercado diferenciado que absorva a produção policultural e não apenas a do café;
- (g) Falta de autonomia em relação à comercialização do café e dependência dos insumos do mercado para a agricultura;
- (h) Falta de um meio de transporte próprio.

Apesar destas limitações, observamos durante a pesquisa que a diversificação da agrobiodiversidade da lavoura do *Paulão* garante uma boa produtividade do solo e isto se

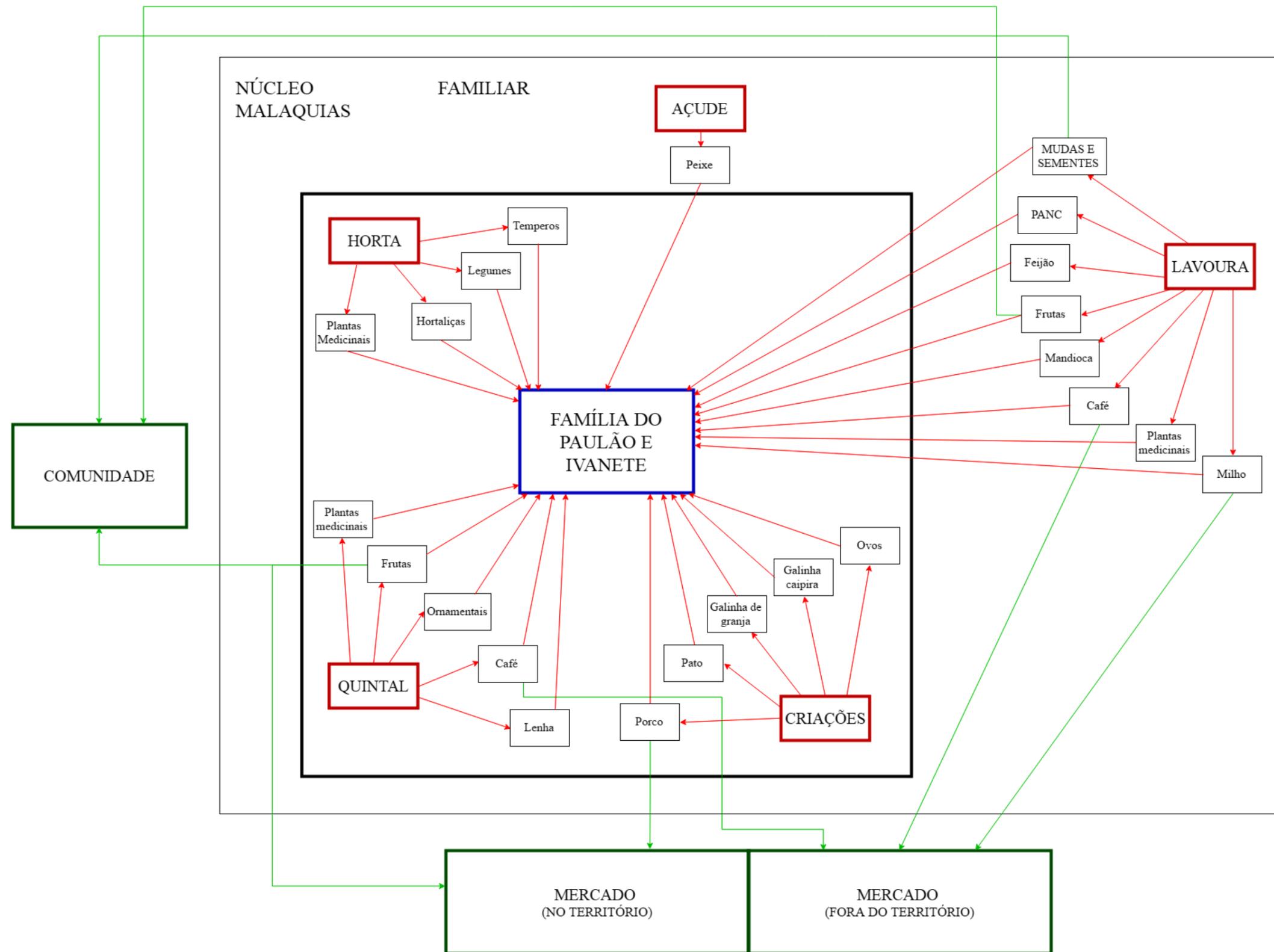
manifesta na boa aparência dos cultivos, na baixa incidência de pragas e doenças, nas melhorias estruturais do agroecossistema, no bem-estar e segurança alimentar da família.

Ficou claro que a policultura praticada pela família é voltada tanto para o consumo familiar quanto para o mercado, mas que de toda esta agrobiodiversidade, praticamente apenas o café é revertido em renda monetária, o que podemos perceber ao analisarmos o diagrama de fluxo da destinação dos produtos do agroecossistema (Figura 8). Analisando a entrada de insumos e a saída de produtos do agroecossistema, também ficou evidente que a produção que não é revertida em renda monetária é o que garante a verdadeira sustentabilidade da família. Esta produção diversificada pode ser ainda mais benéfica se encontrarmos formas de comercialização das mesmas. Isto denota uma necessidade de uma articulação entre a produção da família com as redes de economia solidária da região, com programas como o PAA e o PNAE, com as feiras municipais e outros sistemas de comercialização alternativa.

Porém, urge a necessidade de se encontrarem formas de beneficiamento dos produtos para que sejam valorizados economicamente e para que tenham uma validade maior, alcançando assim diferentes nichos de mercado. Para a valorização econômica dos produtos, o acesso à certificação orgânica, agroecológica e ao Selo Quilombola podem trazer benefícios potenciais que garantirão a sustentabilidade da família e a garantia da perpetuação da cultura policultural agrícola.

Desta forma, acreditamos que a transição agroecológica pode garantir: o equilíbrio ecológico e a flexibilidade necessária capaz de absorver efeitos de perturbações naturais (secas prolongadas, mudanças climáticas, doenças e pragas etc.); a produtividade de bens, serviços e da própria produção; com retorno econômico satisfatório; fortalecer as resiliências locais e os mecanismos de adaptabilidade frente a mudanças de longo prazo nas condições ecológicas, econômicas, técnicas etc.; a equidade da gestão e administração da força produtiva e distribuição igualitária dos custos e benefícios em todos os campos das relações sociais em que se insere o sistema; um sistema produtivo com autonomia quanto à regulação e controle das relações sociais locais com agentes externos (bancos, técnicos, agroindústrias, atravessadores etc.), processos de organização, tomadas de decisões, prioridades e estratégias locais de reprodução econômica, técnica, cultural etc.

Figura 8 – Diagrama de fluxo do destino dos produtos do agroecossistema da família do *Paulão* e da *Ivanete*



Fonte: O autor

Além da conservação e diversificação da agrobiodiversidade, outras pré-condições garantem a sustentabilidade, como o intenso convívio familiar e comunitário manifestado na prática do *troca-dias*, mutirões, festividades, religiosidades e de um sistema de trocas de produtos. Concluimos, portanto, que a sustentabilidade local depende de uma rede de relações solidárias e recíprocas entre os moradores da comunidade, em que a principal estratégia de sobrevivência está baseada em uma policultura orientada tanto para o auto-consumo quanto para a comercialização. Desta maneira, a agricultura local carrega a contradição complexa de ser um arranjo entre dois modelos agrícolas e agrários orientados por diferentes racionalidades.

Ser uma comunidade remanescente de quilombo também pode ajudar a superar as limitações do processo, principalmente no que tange a políticas públicas e à questão fundiária. Porém, como visto nas transformações políticas a partir de maio de 2016, a salvaguarda cultural e territorial dos camponeses e quilombolas é sensível e suscetível a transformações. Por exemplo, na drástica mudança do quadro político brasileiro em março de 2016, com uma “canetada” nos primeiros dias do governo interino Temer, se transferiu a competência dos assuntos fundiários quilombolas do Incra para a Casa Civil da Presidência da República. Para piorar, a Casa Civil está dominada por políticos que militam contra a evolução do conceito socioantropológico de remanescente de quilombo e a quantidade de terra necessária para a reprodução do modo de vida das populações tradicionais rurais. Esperamos por dias melhores e pela recuperação dos avanços propiciados pelos movimentos sociais fortalecidos nos últimos anos.

A resistência dos moradores da comunidade ao processo de titulação evidencia um forte senso crítico desta coletividade, que depois de tantos anos de subalternidade, maus tratos e abandono governamental, desconfiam e resistem ao que vem pronto, “de fora” e “de cima”, as verticalidades. Lembramo-nos aqui do comentário do *Paulão* sobre a titulação territorial quilombola: *é tão bão que a gente desconfia. Têm coisa que até o Santo desconfia, né? Quem vai garantir o território de São Pedro, o governo? A comunidade tem que primeiro estar unida.* Ao sentirem que o processo estava enfraquecendo os já sensíveis laços comunitários, muitos ficaram contra o processo, temendo piorar a situação já sensível. Assim, observando-se as estratégias comunitárias e as transformações políticas, esta intensa relação comunitária é o fator principal que garante a sustentabilidade desta população.

Devido às resistências locais, mantivemos uma postura de diálogo menos propositiva e mais ligada ao resgate e na valorização dos saberes e práticas tradicionais, as experiências locais que são fundamentais para a transição agroecológica e à organização

comunitária. Este foi o nosso objetivo da aplicação do “Círculo dos Sonhos”, suscitar uma visão coletiva de como seria a “comunidade dos sonhos”.

Com o tempo, mais familiarizados, pudemos nos aproximar melhor das famílias, acompanhar seus itinerários nos sistemas produtivos, tecer interlocuções e trocas de saberes e conhecimentos. A presente pesquisa, inclusive, é um resultado desta aproximação e do estabelecimento de uma relação de confiança entre pesquisadores do NEA Ewè e a família do *Paulão*, onde pesquisadores, extensionistas e agricultores direcionam suas intencionalidades e militam juntos por um mundo melhor para todos.

Dito isso e mediante a nossa trajetória de pesquisa e extensão na comunidade, acreditamos que a melhor estratégia de aprendizado e construção de alternativas viáveis para a transição agroecológica na região é, certamente, participar dos *Intercâmbios de Saberes* e dos *Kizomba Namata*. Inclusive, consideramos a participação de famílias de *São Pedro de Cima* nos referidos eventos como resultado proeminente dos projetos de pesquisa e extensão da UFJF na comunidade, resultado acrescido através da continuidade da participação de moradores da comunidade mesmo sem o nosso estímulo e apoio. É com muita satisfação que acompanhamos o processo de transição agroecológica da comunidade inserida neste contexto regional de construção da Agroecologia.

Além disso, nossa atitude compromissada com as causas da Agroecologia e da salvaguarda dos direitos das comunidades tradicionais nos trouxeram inúmeras satisfações, transformações individuais, aprendizados e discernimentos. A Agroecologia está, mais do que nunca, presente em nossas vidas.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, A. W. B. Terras tradicionalmente ocupadas: processos de territorialização, movimentos sociais e uso comum. In: ENCONTRO DOS POVOS DOS FAXINAIS, 1., 2005, Irati. **Anais...** Irati: IAP, 2005. p. 124.

ALTIERI, M. **Agroecologia**: bases científicas para uma agricultura sustentável. 3. ed. Rio de Janeiro: AS/PTA, 2012.

ALTIERI, M.; NICHOLLS, C. I. Un método agroecológico rápido para la evaluación de la sostenibilidad de cafetales. **Manejo integrado de plagas y agroecología**. Turrialba, v. 64, p. 17-24, 2002.

ANJOS, R. S. Territórios étnicos: o espaço dos quilombos. In: SANTOS, E. (Org.). **Diversidade, espaço e relações étnico-raciais**: o negro na geografia do Brasil. Belo Horizonte: Autêntica, 2007. p.119-122.

BANCO DE DESENVOLVIMENTO DE MINAS GERAIS. **Zona da Mata**: diagnóstico e indicações de ações prioritárias para o seu desenvolvimento. Belo Horizonte: BDMG, 2000.

BANCO DE DESENVOLVIMENTO DE MINAS GERAIS. **Zona da Mata**: diagnóstico e indicações de ações prioritárias para seu desenvolvimento. Belo Horizonte: BDMG, 2001.

BARTH, F. Os grupos étnicos e suas fronteiras. In: _____. **O guru, o iniciador e outras variações antropológicas**. Tradução de John Cunha Comerford. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2000. p. 25-67.

BERNARDINO, J. L.; CARNEIRO, L. O. Territorialidade agrária e econômica na Mesorregião da Zona da Mata Mineira: estudo de caso da silvicultura de eucalipto em território quilombola. **Revista geografia**, Juiz de Fora, v.3, n.1, p.1-12, 2013.

BRANDÃO, C. R. **Pesquisa participante**. São Paulo: Brasiliense, 1981.

BRASIL. Decreto-Lei nº 3.912, de 10 de setembro de 2001. Regulamenta as disposições relativas ao processo administrativo para identificação dos remanescentes das comunidades dos quilombos e para o reconhecimento, a delimitação, a demarcação, a titulação e o registro imobiliário das terras por eles ocupadas. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 11 set. 2001. Seção 1, p.6-7. (Revogado pelo Decreto-Lei n. 4887/2003).

BRASIL. Decreto nº 4.074, de 4 de janeiro de 2002. Regulamenta a Lei no 7.802, de 11 de julho de 1989, que dispõe sobre a pesquisa, a experimentação, a produção, a embalagem e

rotulagem, o transporte, o armazenamento, a comercialização, a propaganda comercial, a utilização, a importação, a exportação, o destino final dos resíduos e embalagens, o registro, a classificação, o controle, a inspeção e a fiscalização de agrotóxicos, seus componentes e afins, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 8 jan. 2002a. Seção 1, p. 1.

BRASIL. Decreto nº 143, de 20 de junho de 2002. Aprova o texto da Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho sobre os povos indígenas e tribais em países independentes. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 21 jun. 2002b. Seção 1, p. 2.

BRASIL. Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 10 jan. 2003a. Seção 1, p. 1.

BRASIL. Decreto-Lei nº 4.886, de 20 de novembro de 2003. Institui a Política Nacional de Igualdade Racial – PNIR e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 21 nov. 2003b. Seção 1, p. 3-4.

BRASIL. Decreto-Lei nº 4.887, de 20 de novembro de 2003. Regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que trata o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 21 nov. 2003c. Seção 1, p. 4-5.

BRASIL. Decreto nº 5.051, de 19 de abril de 2004. Promulga a Convenção no 169 da Organização Internacional do Trabalho - OIT sobre Povos Indígenas e Tribais. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 20 abr. 2004a. Seção 1, p. 1.

BRASIL. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. Instrução Normativa nº 16, de 24 de março de 2004. Regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que trata o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 26 abr. 2004b. Seção 1, p. 64.

BRASIL. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. Instrução Normativa nº 20, de 19 de setembro de 2005. Regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação, desintrusão, titulação e registro das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que tratam o Art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988 e o Decreto nº 4.887, de 20 de novembro de 2003. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 26 set. 2005. Seção 1, p. 79.

BRASIL. Decreto nº 6.261, de 20 de novembro de 2007. Dispõe sobre a gestão integrada para o desenvolvimento da Agenda Social Quilombola no âmbito do Programa Brasil Quilombola, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 21 nov. 2007. Seção 1, p. 21.

BRASIL. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. Instrução Normativa nº 57, de 20 de outubro de 2009. Regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação, desinversão, titulação e registro das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que tratam o Art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988 e o Decreto nº 4.887, de 20 de novembro de 2003. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 21 out. 2009. Seção 1, p. 52.

BRASIL. Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial. Portaria nº 22, de 14 abr. 2010. Institui o selo de certificação de origem de produtos oriundos das comunidades quilombolas denominado "SELO QUILOMBOLA", e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 15 abr. 2010a. Seção 1, p. 2.

BRASIL. Lei nº 12.288, de 20 de julho de 2010. Institui o Estatuto da Igualdade Racial; altera as Leis nos 7.716, de 5 de janeiro de 1989, 9.029, de 13 de abril de 1995, 7.347, de 24 de julho de 1985, e 10.778, de 24 de novembro de 2003. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 21 jul. 2010b. Seção 1, p. 1.

BRASIL. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Gerência Geral de Toxicologia. **Programa de Análise de Resíduos de Agrotóxicos em Alimentos (PARA)**: relatório de atividades de 2010. Brasília: Anvisa, 2011.

BRASIL. Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial. Portaria Interministerial nº 5, de 21 de novembro de 2012. Associa e promove a articulação entre o "Selo Quilombos do Brasil", instituído pela Portaria Seppir/PR nº 22, de 14 de abril de 2010, e o Selo de Identificação da Participação da Agricultura Familiar - Sipaf, instituído pela Portaria MDA nº 7, de 13 de janeiro de 2010, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 14 jan. 2013a. Seção 1, p. 8.

BRASIL. Decreto nº 8.136, de 5 de novembro de 2013. Aprova o regulamento do Sistema Nacional de Promoção da Igualdade Racial - Sinapir, instituído pela Lei nº 12.288, de 20 de julho de 2010. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 6 nov. 2013b. Seção 1, p. 1.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**: texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com as alterações adotadas pelas Emendas constitucionais nºs 1/1992 a 90/2015, pelo Decreto legislativo nº 186/2008 e pelas Emendas constitucionais de revisão nºs 1 a 6/1994. 48. ed. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2015. (Série textos básicos; n. 119).

BRAVO, A. L. **Agricultura syngente/a**: monopólios, transgênicos y plaguicidas. Quito: Swissaid, 2011. 176 p. Disponível em: <<http://www.rallt.org/PUBLICACIONES/SYNGENTA23-Septiembre-2011.pdf>>. Acesso em: 16 jul. 2015.

CAPORAL, F. R. (Coord.). et al. **Extensão rural e agroecologia**: temas sobre um novo desenvolvimento rural necessário e possível. Brasília: [s.n.], 2009. Disponível em: <http://www.cpatsa.embrapa.br:8080/public_eletronica/downloads/OPB2444.pdf>. Acesso em: 5 abr. 2014.

CAPORAL, F. R.; AZEVEDO, E. O. **Princípios e perspectivas da agroecologia**. Curitiba: IFET, 2011.

CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, J. A. **Agroecologia**: alguns conceitos e princípios. MDA: SAF: DATER-IICA, 2004.

CARDOSO, I. M.; FERRARI, E. A. **Construindo o conhecimento agroecológico**: trajetória de interação entre ONG, universidade e organizações de agricultores. **Revista agriculturas**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 4, p. 28-32, 2006.

CARNEIRO, F. F. et al. **Dossiê Abrasco**: um alerta sobre os impactos dos agrotóxicos na saúde. Rio de Janeiro: EPSJV; São Paulo: Expressão Popular, 2015.

CARNEIRO, L. O. **Requilombarse São Pedro dos crioulos**: magia e religião em São Pedro de Cima. Juiz de Fora: NUGEA, [2008?]. 16p. Disponível em: <<http://www.ufjf.br/nugea/files/2010/09/sao.pdf>> Acesso em: 20 ago. 2014.

CARNEIRO, L. O.; DANTAS, T. S. **Enoterritorialidades quilombolas em São Pedro de Cima**: Notas Sobre Família, Terra, Tensões e Poderes Estabelecidos. In: SINGA-V Simpósio Internacional de Geografia Agrária; VI Simpósio Nacional de Geografia Agrária, 2011, Belém. Simpósio Internacional de Geografia Agrária. Belém: Açaí, 2011.

CARNEIRO, L. O.; ITABORAHY, N. Z. Caminhos da transição agroecológica na comunidade quilombola de São Pedro de Cima. **Sociedade e território**, Natal, v. 27, n. 2, p. 95-110, 2015a.

CARNEIRO, L. O.; ITABORAHY, N. Z. Aprendendo com quilombolas: caminhos da transição agroecológica em São Pedro de Cima. In: SILVA, H. B. C.; CAVALCANTI, D. C.; PEDROSO, A. F. (Orgs.). **Pesquisa e extensão para a agricultura familiar**: no âmbito da política nacional de assistência técnica e extensão rural. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2015b. p. 287-295.

CARRARA, A. A. **Agricultura e pecuária na capitania de Minas Gerais (1674-1807)**. 1997. 141 f. Tese (Doutorado em História)– Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1997.

CASTRO, L. F. S. Dinâmica demográfica da Zona da Mata mineira e a Microrregião Geográfica de Juiz de Fora. **Revista virtú**, Juiz de Fora, 2006. 10p. Disponível em: <http://www.ufjf.br/virtu/files/2010/05/artigo-3a5.pdf>>. Acesso em: 12 abr. 2014.

CHAVES, C. M. G. **Perfeitos negociantes: mercadores das Minas setecentistas**. São Paulo: Annablume, 1999.

CHAVEZ-TAFUR, J. **Aprender com a prática: uma metodologia para sistematização de experiências**. Brasil: AS-PTA, 2007.

CICHOSKI, P.; SAQUET, M. Concepções de Geografia, espaço e território. **Sociedade e território**, Natal, v. 23, n. 2, p. 146-158, jul./dez. 2011.

CRUZ, V. C. Povos e Comunidades tradicionais. In: CALDART, R. S. et al. (Orgs.). **Dicionário da educação do campo**. Rio de Janeiro: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio; São Paulo: Expressão Popular, 2012. p. 594-600.

DANTAS, T. S. **Desafios da agricultura familiar camponesa e estratégias de resistência territorial na Comunidade São Pedro de Cima**. 2011. 103 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Geografia)– Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2011.

DELGADO, G. C. **Capital financeiro e agricultura no Brasil, 1965-1985**. São Paulo: Ícone, 1985.

DIVINO. Prefeitura Municipal de Divino. **Dados gerais do município de Divino, Minas Gerais**. [c201-]. Disponível em: <http://www.divino.mg.gov.br/Materia_especifica/6504/Dados-Gerais-do-Municipio>. Acesso em: 20 maio 2016.

EDUARDO, M. F.; SAQUET, M. A. A abordagem territorial como perspectiva teórico-conceitual: insights sobre a agroecologia no sudoeste paranaense. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEÓGRAFOS, 16., 2010, Porto Alegre. **Anais...** Porto Alegre: UFRGS, 2010. p. 33-41.

EITERER, A. F. et al. A relação entre solo e café: um estudo pedológico de uma propriedade na comunidade São Pedro de Cima. In: SEMINÁRIO DA PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA, 3., 2014, Juiz de Fora. **Anais...** Juiz de Fora: UFJF, 2014.

FARIA, A. A. C.; FERREIRA NETO, P. S. **Ferramentas de Diálogo**: qualificando o uso das técnicas de DRP, Diagnóstico Rural Participativo. 2. ed. Brasília: MMA/IEB, 2006. 76 p.

FEIDEN, A. et al. Processo de conversão de sistemas de produção convencionais para sistemas de produção orgânicos. **Cadernos de ciência e tecnologia**, Brasília, v. 19, n. 2, p. 179-204, 2002.

FERRARI, E. A. **Agricultura familiar camponesa, agroecologia e estratégias de reprodução socioeconômica**. 2010. 127 f. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural)– Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2010.

FERREIRA, S. R. B. **“Donos do lugar”**: a territorialidade quilombola no Sapê do Norte – ES. 2009. 522 f. Tese (Doutorado em Geografia)– Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2009.

FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION. **FAO diz que caiu para 795 milhões número de famintos no mundo**. Nova York, 2015. Disponível em: <<http://www.unmultimedia.org/radio/portuguese/2015/05/fao-diz-que-caiu-para-795-milhoes-numero-de-famintos-no-mundo/#.V1BowTUrKM9>>. Acesso em: 27 jun. 2015.

FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION. **International Symposium on Agroecology for Food Security and Nutrition**. Roma, 2014. Disponível em: <<http://www.fao.org/about/meetings/afns/en/>>. Acesso em: 12 ago. 2015.

FREIRE, P. **A educação como prática da liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

FRENCH, J. H. Os quilombos e seus direitos hoje: entre a construção das identidades e a história. **Revista de História**, São Paulo, n. 149, p. 45-68, 2003.

GARCIA FILHO, D. P. **Análise diagnóstico de sistemas agrários**: guia metodológico. Brasília: Incra/FAO, 1999. (Projeto de cooperação Técnica).

GLIESSMAN, S. R.; ROSEMEYER, M. **The conversion to sustainable agriculture: principles, process and practices**. Boca Raton: CRC Press, 2010.

GLIESSMAN, S. R. Agroecología: plantando las raíces de la resistencia. **Agroecología**, Murcia, v. 8, n. 2, p. 19-26, 2013.

GLIESSMAN, S. R. et al. Agroecología: promoviendo una transición hacia la sostenibilidad. **Ecosistemas**, Alicante, v. 16, n. 1, p. 13-23, 2007.

GLIESSMAN, S. R. Researching the ecological basis for sustainable agriculture. In: GLIESSMAN, S. R. (Ed.). **Agroecology: researching the ecological basis for sustainable agriculture**. Santa Cruz: University of California, 1990. p. 3-10.

GOMES DE ALMEIDA, S.; CORDEIRO, A.; PETERSEN, P. **Crise socioambiental e conversão ecológica da agricultura brasileira**: subsídios para a formulação de diretrizes ambientais para a agricultura. Rio de Janeiro: AS-PTA, 1996.

GOMES, F. S. **Mocambos e quilombos**: uma história do campesinato negro no Brasil. Rio de Janeiro: Claro Enigma, 2015.

GOUVÊA FILHO, S. R. **Memórias do reconhecimento**: o movimento negro Avura e o reconhecimento quilombola da comunidade rural de São Pedro de Cima em Divino - MG. 2013. 78 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em História)– Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2013.

GOVERNO DE MINAS GERAIS. **Perfil regional Mata**. [c201-]. Disponível em: <<https://www.mg.gov.br/governomg/portal/c/governomg/518653-estado-em-rede-perfil-regional-mata/0/5315?termo=perfil+regional+da+zona+da+mata&termos=s>>. Acesso em: 3 fev. 2016.

HAESBAERT, R. **O mito da desterritorialização**: do “fim dos territórios” à multi-territorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

HALFELD, H. G. F.; TSCHUDI, J. J. V. **A província brasileira de Minas Gerais**. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1998.

HESPANHOL, A. N. Desafios da geração de renda em pequenas propriedades e a questão do desenvolvimento rural sustentável no Brasil. In: ALVES, A. F.; CARRIJO, B. R.; CANDIOTTO, L. Z. P. (Orgs.). **Desenvolvimento territorial e agroecologia**. São Paulo: Expressão Popular, 2008. p. 81-94.

IGLÉSIAS, F. Periodização da história de Minas Gerais. **Revista brasileira de estudos políticos**, Belo Horizonte, v. 29, p. 181-194, jul. 1970.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Cartas topográficas de escala 1: 50.000** (folhas SF-23-X-B-VI-2, SF-23-X-B-VI-1, SF-X-B-III-3, SF-24-V-A-VI-1, SF-24-V-A-I-3). c2016. Disponível em: <http://downloads.ibge.gov.br/downloads_geociencias.htm>. Acesso em: 18 abr. 2016.

ITABORAHY, N. Z. et al. Verde e negro: cores de uma mesma paisagem. **Revista agrícolas**, Rio de Janeiro, v. 11, p. 22-27, 2014.

ITABORAHY, N. Z. **Interações agroecológicas**: a comunidade de São Pedro de Cima em movimento. 2014. 193 f. Dissertação (Mestrado em Geografia)– Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2014.

JESUS, E. L. Diferentes abordagens de agricultura não convencional: história e filosofia. In: AQUINO, A. M.; ASSIS, R. L. (Orgs.). **Agroecologia**: princípios e técnicas para uma agricultura orgânica sustentável. Brasília: Embrapa Informação Tecnológica, 2005. p. 21-48.

LAMAS, F. G. Povoamento e colonização da Zona da Mata mineira. **Revista histórica**, São Paulo, v. único, n. 8, p. 1-9, 2006. Disponível em: <<http://www.historica.arquivoestado.sp.gov.br/materias/anteriores/edicao08/materia01/texto01.pdf>>. Acesso em: 11 abr. 2014.

LEFF, E. **Saber ambiental**: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder. 6. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2008.

LEOPOLDO, D. F.; MORAIS, V. C. Território e territorialidade: estudo de caso na comunidade quilombola de São Pedro de Cima. In: SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 4., SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 5., 2009, Niterói. **Anais...** Niterói: Instituto de Geociências UFF, 2009. Disponível em: <<http://www.uff.br/vsinga/trabalhos/Trabalhos%20Completo/Dayana%20Francisco%20Leopoldo.pdf>>. Acesso em: 20 ago. 2015.

LUZZI, N. **O debate agroecológico no Brasil**: uma construção a partir de diferentes atores sociais. 2007. 182 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade)– Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.

MACHADO, L. C. P.; MACHADO FILHO, L. C. P. **A dialética da agroecologia**: Contribuição para um mundo com alimentos sem veneno. São Paulo: Expressão Popular, 2014.

MASSEY, D. **Pelo espaço**: uma nova política da espacialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

MÉNDEZ, V. E.; BACON, C. M.; COHEN, R. Agroecology as a transdisciplinary, participatory, and action-oriented approach. **Agroecology and sustainable food systems**, Abingdon, v. 1, n. 37, p. 3-18, 2013.

MENESES, J. N. C. **O continente rústico**: abastecimento alimentar nas Minas Gerais setecentistas. Diamantina: Maria Fumaça, 2000.

MENEZES, M. L. P. (Coord.). et al. **São Pedro de Cima: o nosso lugar**. Juiz de Fora: UFJF/Depto. de Geociências, 2010. Disponível em: <<http://www.ufjf.br/latur/files/2016/03/S%C3%A3o-Pedro-de-Cima.pdf>>. Acesso em: 17 ago. 2015.

MENEZES, M. L. P. (Coord.). et al. **Atlas Geográfico-cultural de São Pedro de Cima**. Juiz de Fora: UFJF/Depto. de Geociências, 2008. Disponível em: <<http://www.ufjf.br/latur/files/2012/10/ATLAS-GEOGR%C3%81FICO-CULTURAL.pdf>>. Acesso em: 18 ago. 2015.

MENEZES, M. L. P. **Ecomuseu da comunidade quilombola de São Pedro de Cima**. Juiz de Fora: UFJF, 2008. (Projeto de Extensão submetido ao Ministério da Cultura).

MOURA, C. **Quilombos: resistência ao escravismo**. São Paulo: Ática, 1987. (Série Princípios).

MOREIRA, L. S.; RIBEIRO, R.; MENDES, S. L. Ocorrência de *Brachyteles hypoxanthus* nos Parques Estaduais da Serra do Brigadeiro e de Ibitipoca. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE MASTOZOOLOGIA, 2, 2003, Belo Horizonte. **Livro de resumos...** Belo Horizonte, Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, 2003. p. 221.

MOREIRA, V. D. L. B. et al. Intercâmbios para troca de saberes: fortalecendo a agroecologia na Zona da Mata de Minas Gerais. **Revista brasileira de agroecologia**, Pelotas, v. 4, n. 2, p. 3212-3215, 2009.

MUNANGA, K. Origem e histórico do quilombo na África. **Revista USP**, São Paulo, n. 28, p. 56-63, 1996.

NOCE, C. M. et al. **Programa Geologia do Brasil: Folha Manhuaçu 1:100.000: SF-23-X-B-III: relatório final**. Belo Horizonte: UFMG; CPRM, 2006.

O'DWYER, E. C. (Org.). **Quilombos: identidade étnica e territorialidade**. Rio de Janeiro: FGV/ABA, 2002.

OLIVEIRA, L. A. Sementário da Rede de Grupos de Agroecologia do Brasil (REGA). **Cadernos de agroecologia**, Recife, v. 8, p. 15237, 2013. Disponível em: <<http://www.aba-agroecologia.org.br/revistas/index.php/cad/article/viewFile/15237/9406>>. Acesso em: 24 set. 2015.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. **Convenção nº 169 sobre povos indígenas e tribais e Resolução referente à ação da OIT**. Brasília: OIT, 2011.

PAULA, R. Z. A. Região e regionalização: um estudo da formação regional da Zona da Mata de Minas Gerais. **Revista de História Econômica e Economia Regional Aplicada**, Juiz de Fora, v. 1, n. 1, p. 66-80, jul./dez. 2006.

PETERSEN, P.; ALMEIDA, S. G. **Rincões transformadores**: trajetória e desafios do movimento agroecológico brasileiro – uma perspectiva a partir da Rede PTA. Rio de Janeiro: [s.n.], 2006. (versão provisória).

PETERSEN, P. **Modelização dos agroecossistemas**: proposta de diagramação dos sistemas de fluxo. Feira de Santana: Rede Parceiros da Terra, [2011?]. Documento elaborado para a padronização dos procedimentos adotados pela AS-PTA nos seus exercícios de análise de agroecossistemas. Disponível em: <http://www.redereparte.org.br/arquivos/reparte06-04-2011_234153.pdf>. Acesso em: 17 ago. 2015.

PORTO-GONÇALVES, C. W. **A globalização da natureza e a natureza da globalização**. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.

PORTO-GONÇALVES, C. W. Da geografia às geografias: um mundo em busca de novas territorialidades. In: CECEÑA, A. E.; SADER, E. (Orgs.). **La guerra infinita**: hegemonía y terror mundial. Buenos Aires: Clacso, 2002. p. 217-256.

PRADO JÚNIOR, Caio. **Formação do Brasil contemporâneo**: colônia. 10. ed. reimp. São Paulo: Brasiliense, 2007.

RATTS, A. J. P. (Re)conhecer quilombos no território brasileiro. In: FONSECA, M. N. S. (Org.). **Brasil afro-brasileiro**. Belo Horizonte: Autêntica, 2001. p. 307-326.

RIBEIRO, D. **O povo brasileiro**: a formação e o sentido de Brasil. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

ROCHA, E. G. T. "O Decreto 4887 e a regulamentação das terras dos remanescentes das comunidades dos quilombos". **Boletim Informativo do Nuer: Territórios quilombolas: reconhecimento e titulação das terras**, Florianópolis, v. 2, n. 2, p. 97-102, 2005.

ROCHA, C. H. Barra. **Zona da Mata mineira**: pioneirismo, atualidade e potencial para investimento. Juiz de Fora: Funalfa, 2008.

RODRIGUES, A. F. Os sertões proibidos da Mantiqueira: desbravamento, ocupação da terra e as observações do Governador Dom Rodrigo José de Meneses. **Revista brasileira de história**, São Paulo, v. 23, n. 46, p. 253-270, 2003.

SAMARCO. **Relatório anual de sustentabilidade 2008**. 2008. Disponível em: <<http://www.samarco.com/wp-content/uploads/2015/11/Relatorio-Anual-de-Sustentabilidade-20081.pdf>>. Acesso em: 20 jul. 2015.

SANTILLI, J. **Agrobiodiversidade e direitos dos agricultores**. São Paulo: Peirópolis, 2009.

SANTOS, M. O retorno do território. In: SANTOS, M.; SOUZA, M. A.; SILVEIRA, M. L. **Território: globalização e fragmentação**. São Paulo: Hucitec, 1994. p. 251-265.

SANTOS, M. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo, HUCITEC, 1996.

SANTOS, M. **Território e sociedade: entrevista com Milton Santos**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000.

SANTOS, M. **Da totalidade ao lugar**. São Paulo: Edusp, 2002.

SANTOS, M. O dinheiro e o território. In: SANTOS, M. et. al. **Territórios, territórios: ensaios sobre o ordenamento territorial**. 3. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2007. p. 13-21.

SANTOS, M. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. 4. ed., São Paulo: EDUSP, 2014.

SANTOS, M. et al. O papel ativo da geografia: um manifesto. **Revista território**, Rio de Janeiro, ano 5, n. 9, p. 103-109, jul./dez. 2000.

SAQUET, M. **Abordagens e concepções de território**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

SILVA, C. E. M. Modo de apropriação da natureza e territorialidade camponesa: revisitando e ressignificando o conceito de campesinato. **Geografias**, Belo Horizonte, v. 3, p. 46-63, 2007.

SILVA, J. F. G. O novo rural brasileiro. **Nova economia**, Belo Horizonte, v. 7, n. 1, p. 43-81, maio 1997.

SILVA, L. M. S. et al. Editorial IX CBA. **Cadernos de agroecologia**, Recife, v. 10, n. 3, out. 2015. Disponível em: <<http://www.aba-agroecologia.org.br/revistas/index.php/cad/article/view/20734/12142>>. Acesso em: 15 out. 2015.

SOS MATA ATLÂNTICA. **Nossa causa**. Florestas. A Mata Atlântica. [c201-]. Disponível em: <<https://www.sosma.org.br/nossa-causa/a-mata-atlantica/>>. Acesso em: 15 nov. 2015.

SOSA, B. M. et al. (Orgs.). **Revolução agroecológica**: o movimento de camponês a camponês da ANAP em Cuba. São Paulo: Outras Expressões, 2012.

SOUZA, M. J. L. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, I. E.; GOMES, P. C. C.; CORRÊA, R. L. **Geografia**: conceitos e temas. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995. p. 77-116

THIOLLENT, Michel. **Metodologia da pesquisa-ação**. São Paulo: Cortez, 2011.

VALVERDE, O. Estudo regional da Zona da Mata de Minas Gerais. **Revista brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, v. 20, n. 1, p. 3-82, jan./mar. 1958.

WEZEL, A. et al. Agroecology as a science, a movement and a practice. A review. **Agronomy for sustainable development**, Berlin, v. 29, n. 4, p. 503-515, 2009.